MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CHARLENE CORREIA FIGUEIREDO

GRUPO ESCOLAR LUIZ DE ALBUQUERQUE
Sua história no processo de institucionalização do ensino primário público em Corumbá - MT (1908-1930)

DOURADOS-MS
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Educação

GRUPO ESCOLAR LUIZ DE ALBUQUERQUE
Sua história no processo de institucionalização do ensino primário público em Corumbá -MT (1908-1930)

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, sob orientação da Profª Draª Maria do Carmo Brazil.

DOURADOS-MS
2013

CHARLENE CORREIA FIGUEIREDO

GRUPO ESCOLAR LUIZ DE ALBUQUERQUE
Sua história no processo de institucionalização do ensino primário público em Corumbá - MT (1908-1930)

Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGedu/UFGD

Aprovada em:

Banca Examinadora:

_____

Professora Drª Maria do Carmo Brazil

(Presidente e orientadora)

_____

Professora Drº Sauloéber Tarsio de Souza

(examinador)

_____

Professor Drº Ademir Gebara

(examinador)

“É melhor tentar e falhar, que preocupar-se e ver a vida passar. É melhor tentar, ainda que em vão, que sentar-se, fazendo nada até o final. Eu prefiro na chuva caminhar a, em dias frios em casa, me esconder. Prefiro ser feliz, embora louco, a conformidade de viver.”

(Martin Luther King)

AGRADECIMENTOS

À Deus, força suprema.

À professora doutora Maria do Carmo Brazil, que me deu a oportunidade de alcançar a pós-graduação e não mediu esforços em seu apoio, atenção e paciência nessa caminhada.

Ao professor doutor Sauloéber Tarsio de Souza.

À professora doutora Jacira Helena do Valle Pereira.

À professora doutora Alessandra Cristina Furtado.

Ao Professor doutor Ademir Gebara e demais professores do Programa de Pós- Graduação em Educação da UFGD.

À Josiane, pela amizade.

Ao Thiago Lucas, que surgiu na hora certa com seu amor, carinho e dedicação.

À minha família: pai (José), mãe (Silvana), irmã (Mônica), irmão (Airã), Luzia, Luciana, Norato, Cássio, Paulo e Danilo, que tiveram de aguentar todos os meus momentos de inseguranças. Obrigada por tudo!

RESUMO

Esta investigação refere-se à subárea História das Instituições Escolares (HIE) no Brasil, com destaque para o cenário sul-mato-grossense. Elegemos o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque (GELA) como objeto de pesquisa, com ênfase para a escolarização da infância em Corumbá. Esta instituição escolar foi criada no ano de 1912 e acompanhou o modelo educacional propagado pelo estado de São Paulo no período de 1893. A discussão envolve as dimensões históricas da cidade e da escola. O recorte temporal envolve o período compreendido entre 1908, ano em que foi autorizada a criação de três grupos escolares, sendo dois para a capital, Cuiabá, e um para Corumbá, e 1930 – ano da consolidação do GELA no contexto educacional corumbaense. Como suporte teórico, utilizamos o método que estabelece o particular à luz do contexto econômico, político, social e cultural (NOSSELA; BUFFA, 2005) considerando também as orientações da corrente francesa no que se refere à escrita da história. Para discorrer sobre a cultura material escolar, seguimos as trilhas abertas por Vidal (2005, 2009, 2010), Julia (2001), Frago (1995) e Escolano (1998). No que se refere ao suporte historiográfico, recorremos aos estudos de Faria Filho (2002), Saviani (2007), Reis (2007), Sá (2007), Souza (1998), Vidal (2005), Brito (2001), Corrêa Filho (1969) e Leite (1971). Sobre o Grupo Luiz de Albuquerque, utilizamos os trabalhos de Sena (2005, 2006, 2007) e Brito (2005, 2006, 2008). Quanto as fontes às fontes históricas, valemo-nos de documentos iconográficos, materiais jornalísticos, registros arquivais, como ofícios e circulares, documentação escolar, como portarias dos diretores, livros de matrículas, atas de exames finais e semestrais, livros de visitas, mensagens presidenciais, leis e resoluções. Os dados obtidos sobre a institucionalização do ensino primário público e a cidade de Corumbá foram cotejados à luz do quadro econômico, político, social e cultural em nível nacional e regional. Do material analisado, foi possível identificar o processo de criação e implantação do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, com destaque para seu funcionamento, ações dos sujeitos (alunos, professores, inspetores de alunos, entre outros), questões de ensino e estruturação do prédio escolar entre os anos de 1908 e 1930.

Palavras-chaves Instituições Escolares, Corumbá e Grupo escolar

ABSTRACT

This investigation refers to the thematic History of School Institutions (HIE) in Brazil, especially to the southern Mato Grosso scenerio. The Luiz de Albuquerque School Group (GELA) was elected as the object of our research, with emphasis to childhood education in Corumbá. This school institution was created in 1912 and accompanied the educational model propagated by the state of São Paulo in the period of 1880 and 1886. The discussion involved the historic dimensions of the city and the school. The time frame involves a period between 1908, the year of creation of three school groups was authorized, two for the capita, Cuiabá and another to Corumbá and 1930 – consolidation year of GELA in the educational context of Corumbá. As a theoretical support we utilize the dialectic method establishing the particular in light of the economic, politic, social and cultural context, considering also the orientation of the French current regarding to the writing of the history. To discuss about the material culture of the school we followed the trails open by Vidal (2005, 2009, 2010), Julia (2001), Frago (1995) and Escolano (1998). Regarding to historiographical support we resorted to studies of Faria Filho (2002), Saviani (2007), Reis (2007), Sá (2007), Souza (1998), Vidal (2005), Brito (2001), Corrêa Filho (1969) and Leite (1971), about the Luiz de Albuquerque Group we will utilize the works of Sena (2005, 2006, 2007) and Brito (2005, 2006, 2008). In which refers to the historical sources we make use of iconographic documents, journalistic materials, archival registries such as crafts and circulars, documentation such as school ordinances of directors, registration books, protocol of final exams and semester, guestbook, presidential messages, laws and resolutions. The data obtained institutionalization of public primary education and the city of Corumbá were compared in the representation of the economic, political, social and cultural development at national and regional. From the material analyzed was possible to identify the process of creation and implantation of the Luiz de Albuquerque School Group highlighting to its operation, the actions of subject (students, professors, inspectors of students, among others), issues of teaching and structuration of the school building between the years of 1908 and 1930.

Key-words: School Institutions, Corumbá and School Group.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dissertações e teses sobre grupos escolares em 2010.....21
Quadro 2 – Dissertações com abordagem aos grupos escolares 2011.....22
Quadro 3 – Dissertações com abordagem aos grupos escolares 2012.....24
Quadro 4 – Teses e dissertações sobre grupos escolares em MT/MS – 2000-2009.....28
Quadro 5 – Grupos escolares em Mato Grosso – 1910-1950.....29
Quadro 6 – Dissertações da UFGD com o tema central os Grupos Escolares – 2011 30
Quadro 7 – Trabalhos sobre o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque.....32
Quadro 8 – Grupos Escolares criados entre os anos de 1910-1912.....53
Quadro 9 – Número de escolas isoladas em Mato Grosso de 1910-1924.....69
Quadro 10 – Escolas isoladas estaduais em Corumbá 1910-1928.....70
Quadro 11 – Total de escolas primárias, segundo a dependência administrativa em Corumbá 1931-1938.....70
Quadro 12 – Profissão/posição social dos pais dos alunos do Gela 1924-1929.....100
Quadro 13 – 1º ano A: seção feminina 1924.....101
Quadro 14 – 1º ano B: seção feminina 1924.....102
Quadro 15 – 1º ano: seção masculina 1924.....102
Quadro 16 – 2º ano: seção feminina 1924.....103
Quadro 17 – 2º ano: seção masculina 1924.....103
Quadro 18 – 3º ano: seção feminina 1924.....103
Quadro 19 – 3º ano: seção masculina 1924.....104
Quadro 20 – 4º ano: seção feminina 1924.....104
Quadro 21 – 4º ano: seção masculina 1924.....105
Quadro 22– Frequência da seção feminina 1925.....106
Quadro 23 – Frequência da seção masculina 1925.....106
Quadro 24 – Professoras/es do Gela 1924-1929.....114

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quantitativos de teses e dissertações por ano (2006-2012) 25
Figura 2 – Publicação das dissertações e teses dos anos 2006-2009 e 2010-2012.....26
Figura 3 – Distribuição dos grupos escolares em Mato Grosso e no atual Mato Grosso do Sul até 1927.....53
Figura 4 – Prédio do antigo Grupo Escolar Luiz de Albuquerque/Atual ILA - 2011.....57
Figura 5 – Localização do município de Corumbá.....61
Figura 6 – Planta do município de Corumbá 1875.....63
Figura 7 – Foto do conjunto arquitetônico urbano, dispondo o Prédio Escolar, a Igreja Nossa Senhora da Candelária, fundada em 1887 e o Clube Italiano (próximo ao templo).....75
Figura 8 – Grupo Escolar Luiz de Albuquerque em obras na década de 1910.....76
Figura 09 – Arquitetura do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque - 1927.....80
Figura 10 – Localização do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque.....84
Figura 11 – Fachada do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque.....88
Figura 12 – Frente do prédio do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque.....89
Figura 13 – Planta do Porão do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque.....91
Figura 14 – Pátio do grupo escolar 1.....91
Figura 15 – Pátio do grupo escolar 2.....91
Figura 16 – Térreo do GE Luiz de Albuquerque.....92
Figura 17 – Entrada do grupo escolar.....92
Figura 18 – Interior do grupo escolar (térreo)..... 92
Figura 19 – Escadaria do prédio.....93
Figura 20 – Varanda do prédio..... 93
Figura 21 – Pavimento superior do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque.....94
Figura 22 – Sala de aula do G.E Luiz de Albuquerque..... 94
Figura 23 – Carteira usada pelos alunos no Grupo..... 95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de dissertações e teses por município de estado 2010-2012 27
Tabela 2 – Matrículas no Gela em 1924 a 1930.....98
Tabela 3 – População infantil de Corumbá – 1920 99

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....1
A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA.....2
A Família.....2
Anos de formação.....4
Longe de casa.....5
O percurso da pesquisa.....7
INTRODUÇÃO.....10
CAPÍTULO I.....16
CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE GRUPOS ESCOLARES SUL-MATO-GROSSENSES.....16
1.1 A temática "Instituições Escolares" na historiografia educacional brasileira.....17
1.2 Os grupos escolares na historiografia educacional nacional e sul-mato-grossense.....20
1.2.1 Os escritos sobre o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque.....31
1.3 Métodos e fontes.....34
1.3.1 Abordagem metodológica.....34
1.3.2 Fontes históricas.....35
1.3.3 Produção acadêmica sobre Corumbá.....36
1.3.4 Memórias e narrativas.....37
1.3.5 Documentos regionais.....38
1.3.6 Os documentos oficiais do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque.....39
CAPÍTULO II.....41
A IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL E EM MATO GROSSO..41
2.1 A implantação dos grupos escolares: termos nacionais.....42
2.1.1 O contexto educacional e os grupos escolares no Brasil República.....44
2.2 A implantação dos grupos escolares em Mato Grosso.....48
2.2.1 Os grupos escolares em Mato Grosso.....50
CAPÍTULO III.....59
A CIDADE E A ESCOLA: O GRUPO ESCOLAR LUIZ DE ALBUQUERQUE EM CORUMBÁ/MT.....59
3.1 A cidade de Corumbá.....60
3.2 O ensino primário em Corumbá.....67
3.3 A implantação do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque.....73
3.3.1 A inauguração do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque.....80
3.3.2 A toponímia do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque.....82
CAPÍTULO IV.....84
FUNCIONAMENTO DO GRUPO ESCOLAR LUIZ DE ALBUQUERQUE.....84
4.1 Aspectos da cultura escolar: funcionamento do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque.....85
4.1.1 Aspectos construtivos do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque.....86
4.1.2 Fachada.....88
4.1.3 Espaço interno.....90
4.1.4 A organização do grupo escolar e seus atores sociais.....96
4.1.4.1 O espaço e os alunos do grupo escolar.....97
4.1.4.2 O método de ensino.....107
4.1.4.3 Os diretores.....110
4.1.4.4 Os professores.....112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....116

BIBLIOGRAFIA E FONTES.....119
ANEXO A – Ficha catalográfica da Ata de fundação do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque.....132

APRESENTAÇÃO
NA TRILHA DE MINHA HISTÓRIA

É impossível compreender o seu tempo para quem ignora todo o passado; ser uma pessoa contemporânea é também ter consciência das heranças, consentidas ou contestadas (RENÉ RÉMOND, s/d).

A construção de uma história

A Família

Esta pesquisa germinou por meio de experiências adquiridas ao longo de minha caminhada acadêmica e profissional. Interessa-me voltar às lembranças familiares para explicar a opção pela carreira de professora-pesquisadora. Apresentarei o quadro histórico da região onde nasci, as lembranças e os sujeitos sociais que colaboraram e colaboram para a construção de minha história até os dias atuais.

Sou de uma família típica brasileira: a miscigenação do branco com o negro. Inicio pelo meu pai, José Figueiredo, filho de pais negros vindos das regiões de São Paulo e Minas Gerais, que migraram na década de 1960 em função da influência de uma política executada a partir de 1938, no Estado Novo Varguista, denominada "Marcha para o Oeste", que promoveu o deslocamento de levas de pessoas para o Centro-Oeste brasileiro, à época, considerado áreas "vazias" sob o ponto de vista demográfico. No Centro-Oeste, mais especificamente em Mato Grosso uno, na região onde hoje é Angélica,[1] meus avós trabalharam como "meeiros" no sítio do meu bisavô; anos depois, conseguiram comprar uma chácara mais próxima da cidade e nela residem até os dia atuais.

José Figueiredo, o quinto filho de um total de dez, residiu em Angélica até a década de 1980. Com 20 anos de idade, rumou para o Estado de São Paulo com a perspectiva de que lá conseguiria um emprego melhor, já que a cidade onde residia não propiciava muitas possibilidades. Chegou ao município de Bauru, no interior paulista, no ano de 1980, com o propósito de "melhorar de vida". Na cidade "grande", trabalhou de pedreiro, foi vendedor, auxiliar de produção e estabeleceu-se como empregado fixo somente na década de 1990, na Universidade Estadual Paulista – UNESP – como técnico de laboratório de Engenharia Civil, seu emprego até o momento. Mais tarde, teve oportunidade de estudar. Aos 50 anos, formou-se em Biologia na Universidade do Sagrado Coração. Em meio a sua história, José Figueiredo, logo que chegou a Bauru, no interior paulista, encontrou a jovem Silvana Correia Figueiredo, que se tornou sua esposa. Casaram-se e dessa união nasceram três filhos: Mônica

[1] O município de Angélica está localizado à Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul.

Correia Figueiredo, Charlene Correia Figueiredo e Airã Correia Figueiredo. Eu, a do meio, nasci em 25 de novembro de 1982, no município de Bauru.

Silvana e José ficaram casados por 25 anos. Ela, quinta filha numa prole de dez irmãos, nasceu na cidade de Bauru. É uma mulher batalhadora - trabalha desde pequena como doméstica em casa de família. Quando mais nova, colaborava em casa no sustento de seus irmãos. Depois de casada, no sustento de sua família. Hoje, Silvana dividi-se com suas faxinas esporádicas e o zelo ao filho.

Fundada em 1896, a cidade de Bauru faz parte da minha história, por ter passado meus primeiros 18 anos nela e por lá ter iniciado os estudos. A história de Bauru está atrelada à chegada da Estrada de Ferro Sorocabana no ano de 1905, ligando Bauru a São Paulo, o que proporcionou à região o crescimento da população, em razão da migração e da vinda de inúmeros operários para a construção da ferrovia. Sua história liga-se também à de Mato Grosso do Sul, em função da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. O traçado desta estrada, que inicialmente seria construída até Cuiabá, foi alterado para Corumbá[2], em direção à fronteira boliviana, e, em meados do século 20, a partir de Indubrasil (município de Campo Grande), com a construção do ramal ferroviário, rumou-se para a fronteira paraguaia.

A infância em Bauru ocorreu tranquilamente, sem luxo e regrada de condições financeiras. Minha meninice sucedeu ao redor do bairro, no "Rasi" (Conjunto Habitacional Engenheiro Otávio Rasi). Na pracinha em frente à minha casa, brincava com os amigos da rua, brincadeiras que atualmente acontecem muito pouco. Jogávamos bete, bolinha de gude, bola, empinávamos pipas, disputávamos corrida, cada macaco no seu galho. Eram esconde-escondes até altas horas da noite e tantas outras brincadeiras que trazem tantas saudades.

Nas férias escolares, ficava apreensiva. Era a oportunidade de viajar para a casa dos meus avós paternos. Rumávamos para os confins de Mato Grosso do Sul, na cidadezinha de Angélica, na chácara da *vó* e do *vô*. Mal sabia que anos mais tarde este estado mudaria os rumos de minha vida. Em companhia de outros primos, partilhávamos os passeios de carroça na cidade, comíamos rapadura feita ali mesmo na chácara e subíamos em árvores para chupar manga e comer siriguela. Ouvíamos de nossos avós as suas histórias, iguais às de tantos outros migrantes brasileiros que saíram de diversas localidades, regiões, em busca de um pedaço de terra no Estado de Mato Grosso. Com nossos avós, aprendemos também a dar

[2] A Noroeste ligou, a partir de meados da década de 1910, Bauru a Porto Esperança, no rio Paraguai, chegando à cidade de Corumbá na década de 1950.

importância aos estudos. Eles acreditavam e acreditam que a escola é uma das principais formas de garantir o futuro. Ensinaram isso a seus filhos e posteriormente transmitiram aos seus netos. E isso se observa por meio dos dados familiares: dos doze netos acima de 18 anos, quase todos se formaram ou estão em processo de formação em algum curso de ensino superior.

Anos de formação

Iniciei a escolarização aos cinco anos de idade na Escola Municipal de Educação Infantil Isaac Portal Roldan, no Conjunto Habitacional Engenheiro Otávio Rasi, bairro onde morava em Bauru. Foi na Isaac Portal Roldan que tive os primeiros contatos com as letras e os números. Aprendi a "ler", a "contar" e a respeitar os professores. Lembro das brincadeiras no balanço, no escorregador e no gira-gira. Após terminado o pré-escolar, fui para a Escola Estadual Walter Barreto Melchert. Nessa instituição, fiz todo o ensino fundamental e também o primeiro ano do ensino médio.

O ensino elementar ocorreu entre 1989 e 1992, período em que consolidei o aprendizado. Aprendi realmente a ler, escrever e contar. Não me lembro de muitos episódios, mas os mais lembrados são as idas à diretoria. Por conversar muito, sempre era repreendida e levada ao "castigo". Em todas as ocasiões, minha mãe era chamada à escola. Ela sempre ouvia os mesmos lamentos das professoras.

Na fase da antiga 6ª até a 8ª série, fui crescendo. Já não era mais criança. A adolescência tinha chegado e com isso os conflitos pessoais surgiram. O fato de haver vários professores e disciplinas implicava certa insegurança. Mas com o tempo, fui adaptando-me. Naquela época, apareceram as primeiras amizades que levarei para a vida toda. Também os namoricos e as responsabilidades.

Estudei na Walter Barreto Melchert até o primeiro ano do ensino médio. No segundo ano, fui para outra escola estadual trilhar novos caminhos: a Dr. Luiz Zuiani, que ficava longe de casa. Para chegar lá, pegava o ônibus todos os dias. Nela, fiz novos amigos, conheci outros professores que contribuíram e incentivaram meus futuros estudos. Dessa fase, lembro-me da professora de Literatura, que, atenciosa, por saber que eu prestaria vestibular, deu-me um

presente: o livro de Machado de Assis, ***Dom Casmurro***. Momento raro nos tempos escolares, pois até então, nenhum professor tinha me incentivado; o fato colaborou para que pensasse em meus sonhos e fosse em busca deles.

Longe de casa

Terminado o ensino médio, fui fazer o vestibular. Escolhi o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS, Campus de Dourados). A escolha ocorreu sem nenhum propósito, aparentemente. Não tinha habilidades para a área das ciências exatas. Então, entre as ciências humanas, a preferência recaiu sobre a Pedagogia. O fato de nossas/nossos tias/os serem quase todas/todos professoras/professores contribuiu? Pode ser! Quem sabe ?!

Em janeiro de 2001, fiquei sabendo que tinha sido aprovada. E agora?! O que fazer? Partiria para uma cidade que não conhecia, longe dos familiares e amigos. Medos e inseguranças surgiram. Porém, escolhi partir de Bauru para a cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Esse município, que ao longo de sua história recebeu milhares de migrantes, naquele momento receberia mais uma paulista.

A vida acadêmica proporcionou muitos momentos de aprendizado, não apenas na formação docente, mas também na direção de outras possibilidades, como possível mestrado, doutorado e outros rumos mais. Isso aconteceu por meio das pesquisas que realizei ao longo do curso. Como acadêmica, tive a oportunidade de ser bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela UFMS, e de realizar um trabalho nos anos 2002-2003, voltado à construção da história educacional sul-mato-grossense, intitulado "Educação Básica em Mato Grosso do Sul: uma história a ser construída? Levantamento de Fontes Primárias e Secundárias da Educação 1978-2006". Levantei e cataloguei documentos acerca da história da educação em Mato Grosso do Sul. Nesse estudo, foram identificados acervos documentais em diversas instituições educacionais de Dourados. Compreendi as fontes com o objetivo de organizar um banco de dados que contribuísse no processo de construção da história educacional no Mato Grosso do Sul.

Numa segunda experiência como pesquisadora de iniciação científica, porém, como voluntária do Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica (Pivic/UFMS), em 2003-2004, realizei uma pesquisa que redundou no trabalho denominado "O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE): o que mudou na escola em Dourados, MS?", cuja análise centrou-se na área de gestão e políticas públicas em educação.

Essencialmente, essa pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de desvelar formas e mecanismos de mudanças ocorridas na gestão da escola pública do município de Dourados (MS). A investigação contemplou o período posterior à implantação e à execução do instrumento de gerenciamento da escola – o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) –, por meio do programa Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola). E esse estudo originou o trabalho de conclusão de curso (TCC), com a mesma finalidade, só que mais abrangente, intencionando compreender as alterações na gestão escolar, decorrentes da implantação do PDE, a partir da visão de cada sujeito envolvido. Houve entrevistas com diretores, coordenadores e professores. Foram observadas ainda as perspectivas da instituição escolar em relação ao plano.

Findos os estudos no curso de Pedagogia, iniciei a carreira como professora da educação básica. Tive inúmeras experiências no cotidiano escolar, as quais geraram inquietações sobre a necessidade de refletir sobre o conjunto de práticas e normas destinadas à ao partilhamento do conhecimento, procedimentos que são distintos, conforme épocas, lugares e finalidades específicas (religiosas, políticas, sociais, etc.). Estas inquietações estimularam-me a elaborar uma proposta capaz de abordar temas do campo da História da Educação, com destaque para Mato Grosso do Sul.

Dentro dessa perspectiva, despertou-se em mim o interesse em pesquisar as instituições escolares, primeiramente, do município de Dourados. Fiz a inscrição no processo seletivo do Mestrado em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sendo aprovada no ano de 2010.

O percurso da pesquisa

Iniciei a jornada no ano seguinte, 2011. A partir das conversas com a orientadora, professora doutora Maria do Carmo Brazil, foi possível amadurecer as ideias. Então, decidimos abordar um tema que pudesse contribuir para a história da educação sul-mato-grossense, no caso específico, a educação primária no município de Corumbá, tendo o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque (Gela) como principal instituição na institucionalização desse tipo de ensino, tudo com o intuito de valorizar e socializar a memória educacional do Gela.

Para que isso fosse possível, realizei diversas viagens para Corumbá, primeiramente, para conhecer a cidade e o prédio onde foi fundado o Gela, atual Instituto Luiz de Albuquerque (ILA), o qual abriga uma biblioteca, um museu e a Secretaria de Cultura do município.

Nunca tinha visitado uma cidade histórica. Ao chegar em Corumbá, deparei-me com um museu a céu aberto: as casas, as ruas, os estabelecimentos comerciais estão todos lá desde sua fundação. É uma cidade muito bela e rica historicamente. A cada passo que eu dava, sentia que estava voltando muitas décadas. Ao deparar-me com o prédio do antigo Gela, fiquei encantada. Era muito bonito. Por meio do prédio, é nitidamente observado o projeto político atribuído à educação popular das primeiras décadas da República. Souza (1998, p. 123), ao analisar a arquitetura dos grupos escolares, destaca que o "edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferencia dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio". Entrei no prédio e tive oportunidade de vivenciar o que poderia ter ocorrido àquela época: as salas, as janelas, as escadas, o piso e tantos outros aspectos estavam ali, aos meus olhos. Aproveitei para tirar fotografias do prédio, que foram utilizadas neste estudo.

Ainda nessa primeira visita, fomos em busca de documentos que colaborassem com a pesquisa. Procuramos por vestígios na biblioteca do ILA. Lá, fotografei fotos antigas de Corumbá, entre as quais encontrei duas do Grupo Escolar em construção, e consultei alguns livros sobre a história de Corumbá. Também fui à UFMS, *campus* do Pantanal, para conversar com o professor Divino Sena,[3] no intuito de saber como ele teve acesso a documentos que

[3] Foi aluno de História da UFMS, nos meados dos anos 2000, e desenvolveu pesquisa sobre o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, em conjunto com a professora doutora Silvia Helena de Andrade Brito.

iriam colaborar com a pesquisa e onde estavam localizados. Em uma conversa informal, Divino disse onde se encontravam as fontes. Naquele momento, porém, não iria em busca delas. Aproveitei e fiz uma visita à biblioteca do *campus*, à procura de materiais referentes à temática de estudo.

Numa segunda viagem a Corumbá, fui em busca dos documentos do Grupo Escolar, localizados na Escola Estadual Castro Brasil. Conversei com um funcionário e descobri que os papéis estavam no "arquivo morto", uma sala pequena, sem ventilação, com pouca luz, aos fundos da escola. Então, iniciei as digitalizações. Neste momento, tive a ajuda de meu primo Cássio Sarti Figueiredo, que foi essencial, pois conseguimos mais agilidade. Coletamos documentos normativos, decretos, portarias, circulares, ofícios, livros de matrícula, atas de exames finais e semestrais, fotos mais recentes do Gela e outras fontes. Tudo o que estava lá foi digitalizado por nós. Os documentos estavam abandonados no interior da sala, sem nenhum tipo de cuidado. Em conversas informais com os funcionários da escola, descobrimos que muita coisa foi perdida quando houve a mudança do Grupo para o estabelecimento de ensino atual. Essa pesquisa foi crucial para a dissertação, já que, com essas informações sobre alunos, pais, professores e diretores, prédio escolar, mobiliário, materiais didáticos etc., construímos o trabalho.

Nessas andanças em Corumbá, conversei com professoras e alunos que fizeram parte do Grupo Escolar. Por meio de suas falas, foi possível imaginar o cotidiano da cidade e, propriamente, do Gela. Em uma delas, não esqueci o que uma antiga professora falou sobre o fim das atividades da Escola Estadual Luiz de Albuquerque[4] em 1981: "Nós anoitecemos, mas não amanhecemos".

Para complementar com alguns dados nossa investigação, fiz uma viagem a Cuiabá para participar de um evento de História da Educação. Aproveitei para visitar o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Fui com o objetivo de olhar os jornais para constatar se havia alguma notícia ou artigo sobre o Grupo Luiz de Albuquerque. Como o tempo era curto, visualizei poucos números e identifiquei dois informes: um sobre as matrículas e outro referente ao primeiro diretor do Gela.

Ainda em Cuiabá, visitei o Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT) à procura de materiais que auxiliassem na pesquisa. Lá existem muitas fontes, tendo em vista

[4] Em 1974, por meio do decreto n. 2294, o Grupo passou a se chamar Escola de 1º Grau Luiz de Albuquerque.

que agrega boa parte dos documentos relacionados ao Mato Grosso uno. Quando houve a divisão do estado, tudo o que era da parte sul não foi devolvido, ficando muitos documentos de Mato Grosso do Sul em Cuiabá. Procurei os relatórios da instrução pública sobre o Grupo Escolar a partir de 1924, época em que foi instalado. Encontrei apenas duas folhas de um dos relatórios que mencionou o Gela.

Na cidade de Dourados, fui ao Centro de Documentação Regional (CDR). Pesquisei jornais que circulavam em Corumbá na época em que o Grupo Escolar funcionou. Sobre o Gela, obtive as mesmas informações coletadas no NDIHR. Além disso, foi possível consultar as mensagens presidenciais disponíveis no CDR.

Assim, trilhei meus caminhos na busca de fontes que auxiliassem na construção da história da educação de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso. Esta dissertação é fruto de muito trabalho e dedicação. Acredito que este estudo contribua para futuras pesquisas sobre essa temática.

INTRODUÇÃO

> *[A] educação é uma história de sentidos e não um arranjo sistematizado de fatos: os sentidos que as diferentes comunidades dão as ações e que lhes permitem construir e reconstruir o mundo (NÓVOA, 1989).*

Esta dissertação se encaixa na área de História da Educação. A temática se relaciona a uma instituição escolar no Sul do antigo Mato Grosso. O estudo está associado ao contexto, às circunstâncias históricas em que se deu o ensino primário público em Corumbá (atual Mato Grosso do Sul), à criação e à instalação do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque (Gela). Direcionamos a pesquisa às análises educacionais sobre os primeiros anos da República no Brasil e a implantação dos grupos escolares.

A finalidade geral é compreender como ocorreu o processo de institucionalização do ensino primário público em Corumbá, por meio da criação e implantação do Gela, sob a ótica de seu funcionamento, dos sujeitos, da educação e da arquitetura, entre os anos de 1908 e 1930.

O recorte temporal desta investigação justifica-se pelo fato de o governo de Mato Grosso autorizar, em 1908, a organização de três grupos escolares, entre eles, o grupo aqui estudado. O estabelecimento do teto cronológico até 1930 deve-se às mudanças ocorridas no Gela após a década de 1920 com a ocorrência da consolidação do seu funcionamento.

Ao iniciar pelo ano de 1908, entramos em um período da história brasileira em que ocorre a consolidação do regime republicano. Datada de 1889, a República chegou com o espírito de mudanças, em contrapartida ao sistema monárquico que regia o país. Porém, as condições políticas e econômicas, fatores decisivos nas alterações em outros contextos, continuaram a perpetuar-se nas primeiras décadas republicanas. Nem por isso deixamos de considerar que houve ambições de mudanças e reformas, principalmente na área educacional.

Aquele período foi marcado pela consolidação do poder das oligarquias rurais nos mandos e desmandos, no âmbito político e econômico do Brasil. Os princípios da estrutura liberal do Estado permitiram a transição para o poder civil, o qual determinou a alternância na Presidência da República entre os representantes das oligarquias rurais do Sudeste brasileiro até os anos 1930.

O contexto educacional ficou ligado às alterações ocorridas na política e na economia do país. A educação tornou-se o principal instrumento propagador dos ideais da República para a consolidação do novo regime. Conforme Souza (1998, p. 15), “os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas a regeneração da Nação”. Desse modo, o ensino passou a ser a solução para os problemas do Brasil, e havia de instruir a população analfabeta que só

atrasava o país. Em 1920, a taxa de analfabetismo do povo brasileiro era de 80%, o que contrariava qualquer ideia de "progresso" nacional.

Foi então que a escola primária tornou-se alvo das principais políticas educacionais da época, com a intenção de utilizá-la para atingir o objetivo republicano: construir uma nação brasileira a partir dos princípios do civismo e do patriotismo. Era preciso ampliar a oferta de vagas e melhorar a qualidade de ensino.

É nesse contexto que os grupos escolares surgiram como uma nova instituição escolar de ordem arquitetônica, organizacional e pedagógica. O primeiro estado a implantar essa modalidade de escola primária foi São Paulo, no final do século 19. De acordo com Vidal (2006), os grupos constituíram-se como escolas graduadas que englobavam em um mesmo prédio as antigas escolas isoladas. A organização ocorria por meio de séries. Havia o professor como única autoridade. Os docentes eram regulados pela figura do diretor, "oferecendo organicidade e homogeneidade à escolarização e produzindo uma nova hierarquia funcional pública" (VIDAL, 2006, p. 8).

Em Mato Grosso, a institucionalização do ensino primário ocorreu em meio ao pensamento liberal das primeiras décadas da República, que logo foi incorporado pela elite intelectual e política do estado. Nos seus dizeres, salientavam que o "progresso" e a modernidade do estado só ocorreriam por meio da educação. Difundia-se que as sociedades mais modernas chegaram a esse nível em razão da grande quantidade de escolas criadas e mantidas em funcionamento. Reis e Sá (2006, p. 17) afirmam que, "naquele momento, a educação apareceria como a 'salvadora da pátria', como grande promessa regeneradora do povo, que vivia mergulhada no mar do analfabetismo e da ignorância".

Pela Constituição Brasileira de 1881, cabia ao poder estadual zelar pela instrução de sua população, na criação, organização e fiscalização de instituições escolares. Dessa maneira, nutrindo-se dos anseios nacionais, foram realizadas as reformas educacionais que resultaram na criação de grupos escolares em Mato Grosso.

A implantação dos grupos escolares fez parte da política administrativa do presidente do Estado de Mato Grosso, Pedro Celestino Corrêa da Costa (1908-1911), por meio de uma reforma de ensino normatizada pela Resolução n. 508, de 16 de outubro de 1908, que abarcou vários setores da educação. Nesse documento, autorizou-se o governo a organizar três grupos escolares: dois para a capital (Cuiabá) e um para a cidade de Corumbá. Entretanto, a reforma começaria por meio da Escola-Modelo Barão do Melgaço, em 3 de setembro de 1910, anexa à

Escola Normal Pedro Celestino, em Cuiabá. O grupo escolar caracterizou-se por ser um ensino sistemático, de caráter estatal, com um programa enciclopédico, de acesso obrigatório e universalizado.

É nesse momento que iniciamos nossas análises da institucionalização do ensino primário público em Corumbá, atrelado à criação e implantação do Gela. Paralelo ao cenário nacional, a instrução primária mato-grossense era precária. Não existiam prédios específicos para o ensino, que ocorria basicamente em casas alugadas ou dos próprios professores, e se desenvolvia aleatoriamente, como extensão do ensino doméstico. Poucas crianças contavam com um professor para ensinar-lhes a ler, contar e escrever (REIS; SÁ, 2006).

Os grupos escolares surgiram como parte do projeto político republicano de reforma social e propagação da cultura popular de Mato Grosso. Estudando nos grupos escolares, a população infantil deveria ser introduzida ao mundo das letras e dos números, extinguindo o analfabetismo que assolava o estado.

> Introduziu [o grupo escolar] uma série de modificações e inovações no ensino primário, ajudou a produzir uma nova cultura, repercutiu na cultura da sociedade mais ampla e encarnou vários sentidos simbólicos da educação do meio urbano, entre eles a consagração da República (SOUZA, 1998, p. 30).

Em relação ao contexto estudado - Corumbá -, o ensino primário, nas primeiras décadas da República, caracterizava-se nos mesmos moldes de todo o Mato Grosso: poucas escolas, falta de professores, prédios inadequados, carência de material didático, falta de mobiliário, dificuldade de comunicação e de fiscalização. Esse era o cenário da educação corumbaense. Com o advento do Gela, a esperança de melhorias recaiu sobre esse grupo escolar. Criado pelo Decreto n. 297, de 17 de janeiro de 1912, somente foi inaugurado em 1924. As razões para tamanha demora serão analisadas no decorrer da dissertação.

Nesse sentido, entre as principais indagações podemos destacar: quais as razões da criação de um grupo escolar em Corumbá, município localizado na fronteira Brasil-Bolívia?; de que maneira essa escola se inseriu na intenção de oferecer o ensino primário?; qual foi o seu papel no processo de institucionalização do ensino primário público em Corumbá enquanto instituição pública?; as vagas oferecidas eram suficientes?; quem eram esses alunos? Sua origem social e econômica?; quais os indíces de frequência dos alunos?; quais foram os professores?; eram leigos, normalistas?; quem foram os diretores?; quais eram suas funções?; que papel desempenhou a arquitetura da referida instituição como manifestação dos ideais

republicanos nas primeiras décadas do século 20?; em que medida a arquitetura desse grupo escolar seguiu o modelo dos outros criados em Mato Grosso?.

Desse conjunto de questões, formulamos a hipótese de que o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque apropriou-se dos ideais educacionais vigentes na época e foi uma instituição estratégica na institucionalização do ensino primário público em Corumbá. Para compreender nosso objeto de estudo, desenvolvemos os contextos históricos brasileiro e mato-grossense, com ênfase no surgimento dos grupos escolares, para depois abranger o ensino primário em Corumbá nas primeiras décadas da República, no intuito de perceber como o Gela inseriu-se no ambiente educacional do município.

Para dar suporte aos conceitos de cultura escolar apoiamos nas análises de Vidal (2005, 2009, 2010), Julia (2001), Frago (1995, 1998) e Escolano (1998). Na historiografia nacional e regional, utilizamos os estudos de Faria Filho (2002), Saviani (2007), Reis (2007), Sá (2007), Souza (1998), Vidal (2006), Brito (2001), Corrêa Filho (1969), Corrêa (1995), Leite (1971) e outros. Sobre o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, usamos os trabalhos de Sena (2005, 2006, 2007) e Brito (2005, 2006, 2008), que tiveram essa escola como objeto de estudo em alguns artigos, em seus aspectos históricos e em sua organização didático-pedagógica. Analisamos, ainda, o suporte documental: ofícios e circulares, portarias dos diretores, livros de matrículas, atas de exames finais e semestrais, livros de visitas, mensagens presidenciais, leis e resoluções. Recorremos também à iconografia e à imprensa local.

Para atingir os objetivos propostos, este estudo foi desenvolvido em quatro capítulos. No primeiro (Considerações historiográficas sobre grupos escolares sul-mato-grossenses), desenvolvemos, por meio da temática *grupos escolares*, um mapeamento dos trabalhos acadêmicos (dissertações e teses) desenvolvidos no Brasil e no Mato Grosso do Sul no período de 2010 a 2012, com ênfase naqueles escritos sobre o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque.

No segundo capítulo (A implantação dos grupos escolares no Brasil e em Mato Grosso), apresentamos o contexto histórico brasileiro no final do século 19 e nas primeiras décadas do 20, bem como a implantação dos primeiros grupos escolares do Brasil. Logo depois, abordamos a história política e educacional do antigo Mato Grosso com ênfase no surgimento dos grupos escolares no estado, especificamente, o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque.

No quarto capítulo (A cidade e a escola: o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque em Corumbá/MT), descrevemos primeiramente Corumbá, para contextualizar nossa pesquisa, a história e a importância da cidade para o Mato Grosso uno. Em seguida, compreendemos a educação em Corumbá, com o objetivo de perceber a institucionalização do ensino primário público e suas principais instituições. Por fim, no último capítulo (Funcionamento do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque), abordamos o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque nos anos de 1908 a 1930, sua criação, implantação e os aspectos de sua cultura material escolar: arquitetura, ensino e os atores sociais.

CAPÍTULO I
CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE GRUPOS ESCOLARES SUL-MATO-GROSSENSES

> *O que fabrica o historiador quando "faz história"? Para quem trabalha? Que produz? [...] O que é esta profissão? Eu me interrogo sobre a enigmática relação que mantenho com a sociedade presente e com a morte, por meio da mediação de atividades técnicas (CERTEAU, 1982, p. 65).*

1.1 A temática “Instituições Escolares” na Historiografia Educacional Brasileira

Ao estudarmos sobre as instituições escolares, percebemos que nos últimos anos as produções acadêmicas ganharam espaço na historiografia educacional brasileira, diversos trabalhos com variados objetos, temas, fontes e referenciais teórico-metodológicos foram desenvolvidos e contribuíram direta ou indiretamente para a construção da História da Educação no Brasil. Nesta dissertação, propusemos realizar também um trabalho voltado para a história das instituições escolares, na medida em que nosso objeto de pesquisa abarca uma instituição escolar, o “Grupo Escolar Luiz de Albuquerque”, implantado em uma fase importante da história brasileira, na qual a educação primária passou a ter atenção das políticas públicas no Brasil.

Os estudos sobre as instituições escolares no Brasil ganharam efervecência no meio acadêmico somente a partir dos anos de 1990, porém, anteriormente a esta época, as instituições já eram indiretamente abordadas como objetos, conforme salientaram os estudos de Nosella e Buffa (2005). Estes pesquisadores apontam três importantes momentos na produção historiográfica da educação brasileira já nos anos de 1950.

O primeiro seria entre as décadas de 1950 e 1960, com as pesquisas paulistas desenvolvidas na antiga Seção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Sobressaiam os temas referentes à educação e a sociedade, porém, já apareciam estudos sobre instituições de ensino, como do Colégio Caraça, de José Ferreira Carrato, e da Escola Normal do período imperial em São Paulo, da autora Maria Aparecida Rocha Bauab (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 352).

O segundo momento são as décadas de 1970 e 1980, caracterizadas pela criação e expansão dos programas de Pós-graduação em Educação durante os governos militares. Nesta ocasião, inicia-se a escolarização da pesquisa e as reações frente à política dos militares, com embasamento crítico por meio das leituras de importantes teóricos como Bourdieu, Foucault, Adorno e outros. É nesse momento que os novos paradigmas consolidam-se no Brasil com a abertura de novos problemas, novos objetos e novas abordagens.

A década de 1990 caracteriza-se pelo terceiro momento importante na produção historiográfica da educação brasileira, com a consolidação dos programas de pós-graduação, ocasionando um grande impulso nas pesquisas sobre instituições escolares. Isso ocorreu pelo

aumento significativo dos grupos de pesquisas formados no interior dos diversos programas de pós-graduação em educação, que refletiam a educação em meio à crise de paradigmas. Essa iniciativa ampliou linhas de investigação, diversificou os temas, tais como: a "cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, questões de gênero, infância e, obviamente, as instituições escolares " (NOSELLA; BUFFA, 2008, p. 16). As matrizes teóricas também se diversificaram: a nova história, a história cultural, a nova sociologia, a sociologia francesa são os referenciais das pesquisas realizadas atualmente. Além disso, percebemos que os estudos sobre as instituições escolares voltam-se para sua materialidade e em seus vários aspectos:

> [...] o contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; seu processo evolutivo: origens, apogeu e situação atual; a vida da escola; o edifício escolar: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações; os alunos: origem social, destino profissional e suas organizações; os professores e administradores: origem, formação, atuação e organização; os saberes: currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino; as normas disciplinares: regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; os eventos: festas, exposições, desfiles (NOSELLA; BUFFA, 2008, p. 16).

No âmbito dessas diversificações de temas e abordagens, muitos autores têm se dedicado a pesquisar sobre os grupos escolares, instituições criadas no início da República e extintas na década de 1970, em razão da Lei n. 5692, promulgada em 1971, que tinham o intuito de instruir a população brasileira. As pesquisas sobre a história dos Grupos Escolares ocorreram concomitantes com abertura de problemas, objetos e abordagens nas mais diversas pesquisas e caracterizaram-se não apenas pela renovação dos estudos, mas também das temáticas e eixos de investigação, como a história das instituições educativas e o interesse pela cultura escolar (SOUZA; FARIA FILHO, 2006).

Os autores Souza e Faria Filho (2006) realizaram um trabalho minucioso sobre os escritos monográficos dos grupos escolares entre as décadas de 1990 e 2000 e destacaram que eles eram de caráter regional e discutiam sobre a implantação desse tipo de escola primária, principalmente durante a Primeira República. Nesse sentido os autores identificaram dois diferentes grupos de estudo:

> aqueles de âmbito mais geral, voltados para a caracterização dessa modalidade de escola primária e a reconstituição de sua implantação nos estados [...] num segundo grupo, encontram-se os estudos de natureza monográfica voltados para uma história institucional focalizando uma escola ou um grupo de escolas (geralmente o primeiro ou os primeiros grupos instalados em determinada localidade) (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 22).

Quanto às abordagens, os trabalhos já eram marcados pela influência da História Cultural, com enfoque na investigação dos processos de escolarização, nas relações entre as práticas/discursos e na escola como objeto historiográfico. Esses trabalhos, desde aquele momento, abordavam a arquitetura, as práticas escolares, materiais didáticos, tempos, festas escolares e outros. Dentre os que foram arrolados, destacamos as pesquisas que se voltam para a História da Educação em Mato Grosso, como a tese de doutorado de Lázara N. B. Amâncio, defendida em 2000: "Ensino de leitura da escola primária do Mato Grosso: Contribuição para o estudo de aspectos de um discurso institucional no início do século XX" e a dissertação de mestrado de Rosinete Maria dos Reis, de 2003, intitulada "Palácios da instrução. Institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)" (SOUZA; FARIA FILHO, 2006).

Com relação às fontes, destacamos a ampliação e a variedade. Nos arquivos públicos os historiadores vão em busca não só das tradicionais fontes (documentação normativa e legislativa), mas também dos relatórios de professores, diretores, de inspetores, delegados, provas de alunos, atas de concursos de professores, orientações didáticas, fotografias escolares, livros-ponto, livros de matrícula e outros documentos. Além disso, os pesquisadores passam a se dedicar aos periódicos educacionais, à imprensa (jornais de circulação local, regional e nacional) aos livros e manuais (SOUZA; FARIA FILHO, 2006).

Nesse cenário, percebemos o crescente interesse pela história das instituições escolares e, por extensão, pelos grupos escolares, o que demonstra a relevância deste trabalho no âmbito da história da educação. Nosella e Buffa (2005) justificam este aumento de pesquisas sobre grupos escolares pelo fato da precariedade atual do ensino primário brasileiro em contrapartida aos do início da República, pois, como sabemos, essas instituições fizeram parte do discurso de modernização do país e na difusão de valores para a consolidação do novo regime.

Nosella e Buffa (2005, p. 355) observam, ainda, os perigos metodológicos que pesquisas como essas podem cometer. Reducionismos teóricos são facilmente encontrados nos trabalhos analisados por estes autores. Para ambos, não basta descrever determinada instituição desvinculada da totalidade histórica: "a dificuldade principal reside exatamente aí: conseguir evidenciar, de forma conveniente, o movimento real da sociedade". Isto é, os estudos, ao enfatizarem as particularidades que compõem a instituição escolar, devem relacioná-la com a sociedade que as produziu; a escola (o particular) precisa ser estudada concomitantemente com o contexto social, econômico, político e social (o geral).

Assim, os estudos sobre os grupos escolares emergem como objeto de investigação para incentivar pesquisas que privilegiam as instituições não apenas de interesse nacional, mas também as regionais, que pouco são pesquisadas e tornam-se relevantes para a História da Educação Brasileira.

1.2 Os Grupos escolares na historiografia educacional nacional e sul-mato-grossense

Para que possamos dar visibilidade às produções acadêmicas acerca dos grupos escolares no sul do antigo Mato Grosso, principalmente com ênfase ao Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, buscamos mapear os trabalhos que abordaram o tema ao longo das décadas, com o objetivo de contribuir com as reflexões deste trabalho.

Ao iniciar nosso levantamento surgiu, dentre eles, um trabalho desenvolvido em 2011 pelo pesquisador Marcio Bogaz Trevizan, que realizou em sua dissertação de mestrado, intitulada "Grupo Escolar Mendes Gonçalves: vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil-Paraguai (1989-1931)", um exaustivo mapeamento de obras, dissertações e teses que abordaram direta ou indiretamente as instituições escolares, tanto em nível nacional quanto regional. Em seu trabalho, é possível saber sobre as obras clássicas da História da Educação Brasileira entre os anos de 1930 e 1940; os estudos que tangenciaram a História das Instituições Escolares na temática História e Sociedade, na década de 50; as obras voltadas especificamente para a temática História das Instituições Escolares, escritas entre os anos de 1961-1979 e 1980-1990, e, principalmente, as pesquisas acadêmicas produzidas sobre os grupos escolares como tema central, de 2000 a 2010, e periférico, de 2000 a 2009.

Diante do citado trabalho de Trevizan (2011), resolvemos expandir o levantamento realizado por este pesquisador, já que se refere até ao ano de 2010. Dessa forma, consultamos a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)[5] para levantarmos os dados referentes às teses e dissertações nos anos posteriores a 2009. Assim, com o tema "grupo escolar", realizamos uma busca entre os anos de 2010 a 2012 e, dentre as centenas de pesquisas que foram elencadas pelo BDTD, refinamos as que abordaram especificamente

[5] É um banco de dados que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico.

grupos escolares ou que permearam sobre o assunto. No quadro 1 elencamos por nome, título, ano e conteúdo os trabalhos acadêmicos encontrados no banco de dados.

Quadro 1 – Dissertações com abordagem aos grupos escolares em 2010

Autor/a	Título	Ano
Bruna Maria Morais de Paiva (Dissertação)	Escolarização na Primeira República: organização do ensino noturno na Parahyba do Norte (1916-1931).	2010
Francinaide de Lima Silva (Dissertação)	O Grupo Escolar Modelo Augusto Severo (1908-1928): vinte anos de formação de professores.	2010
Lucia Mara de Lima Padilha (Dissertação)	Ideário Republicano nos Campos Gerais: a criação do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes (1907).	2010
Sirlene Cristina de Souza (Dissertação)	Grupo Escolar de Ibiá, MG (1932-1946): uma expressão estadual.	2010

Fonte: BDTD

No quadro 1, foram destacadas quatro dissertações encontradas no ano de 2010. Primeiramente, a pesquisa de Bruna Maria Morais de Paiva, realizada na Universidade Federal da Paraíba (UFP), que teve como objeto de estudo a modalidade do ensino noturno na Paraíba do Norte, procurando identificar a organização e práticas com abordagem a alguns grupos escolares, pois eram estas as instituições escolares que atendiam este tipo de ensino na região.

Ressaltamos também o trabalho de Francinaide de Lima Silva, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tendo como objeto de estudo o Grupo Escolar Modelo Augusto Severo, no qual analisa suas práticas pedagógicas, o modelo de educação primária e a experimentação dos formandos da Escola Normal de Natal (vinculada ao grupo escolar).

A dissertação de Lucia Mara de Lima Padilha, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), abordou o Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes, de Ponta Grossa, para estabelecer uma relação entre o contexto nacional e o local, com a finalidade de realizar a reconstrução histórica de uma instituição pública na região do estado do Paraná.

Sirlene Cristina de Souza da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), abordou o Grupo Escolar de Ibiá de Minas Gerais, com objetivo de recuperar a história da educação desta instituição de ensino, articulada com os processos políticos, econômicos e socioculturais em nível nacional, regional e local. No quadro 2, daremos continuidade ao arrolamento das dissertações e teses sobre grupos escolares do ano de 2011.

Quadro 2 – Dissertações e teses com abordagem aos grupos escolares em 2011

Autor/a	Título	Ano
Alessandra de Souza dos Santos (Dissertação)	Um dia belo, no outro esquecido: A história do Grupo Escolar Coronel Flamínio Ferreira-Limeira: SP (1901-1930).	2011
Diana Rocha da Silva (Dissertação)	A institucionalização dos Grupos Escolares no Maranhão (1903-1920).	2011
Enoque Bernardo da Silva (Dissertação)	História do Grupo Escolar Professor Maciel a partir das memórias das suas professoras (1946-1971).	2011
Lívia Carolina Vieira (Dissertação)	Das Escolas Isoladas ao Grupo Escolar: a instrução pública primária em Mariana-MG (1889-1915).	2011
Keila Cruz Moreira (Tese)	Em nome da República: escola e tradições modernas.	2011
Maria Raquel da Silva (Dissertação)	Civilizando os filhos da "Rainha", Campina Grande: modernização, urbanização e grupos escolares (1935-1945).	2011
Odimar Lorenset (Dissertação)	Em nome de Deus e da Elite: dispositivos disciplinares para a distinção no Grupo Escolar Bom Pastor (1947-1961).	2011
Zilza Maria Pinto Santiago (Tese)	Arquitetura e instrução Pública: A Reforma de 1922, concepções de espaços e formação de Grupos Escolares no Ceará.	2011

Fonte: BDTD

No ano de 2011 foram arroladas pelo BDTD seis dissertações e duas teses, entre as quais a autora Alessandra de Souza Santos – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – procurou compreender em que medida o Grupo Escolar Coronel Flamínio Ferreira contribuiu para a disseminação da educação escolarizada no Estado de São Paulo na primeira República e qual sua importância para a instrução pública do município de Limeira.

A dissertação de Diana Rocha da Silva, realizada pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), consistiu em uma investigação sobre o processo de institucionalização dos grupos escolares no Maranhão, analisando as principais ações promovidas pelo poder estadual em prol da criação dessas escolas, com a abordagem na estruturação do cotidiano escolar, nos processos de ensino, nos exames, nas frequências, na fiscalização e nos deveres e regras que deveriam ser obedecidos pelos professores e alunos.

O trabalho de Enoque Bernardo da Silva – Universidade Federal da Paraiba (UFPB) – versa sobre a história do Grupo Escolar Professor Maciel, a partir das memórias das suas professoras, com o objetivo principal de analisar o processo de instalação e organização desse grupo no contexto dos problemas sociais e educacionais paraibanos.

A pesquisa de Lívia Carolina Vieira, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), teve como objeto de estudo o grupo escolar de Mariana (MG). O estudo visou acompanhar as primeiras iniciativas do governo republicano frente à educação pública primária, a motivação para a criação do grupo, a composição social dos professores e alunos e o currículo.

Keila Cruz Moreira, em sua tese defendida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), buscou investigar e compreender a criação do homem novo e a invenção de novas tradições para confirmar o *status* de modernidade republicana dentro de duas instituições escolares na cidade de Natal: o Colégio Americano (privado) e o Grupo Escolar Augusto Severo (público).

Em continuação ao ano de 2011, a pesquisadora Maria Raquel da Silva – Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – objetivou refletir acerca da implantação dos novos grupos escolares na cidade de Campina Grande (PB) e a relação com o processo de modernização e urbanização da referida cidade no período de 1935 a 1945.

Referente à dissertação de Odimar Lorenset, da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), este teve como objetivo geral analisar e desvelar os mecanismos disciplinares sob a tutela da religião e da modernização administrativa, com a finalidade de distinguir os alunos, filhos de uma elite local que cursava o ensino primário elementar no grupo escolar Bom Pastor, no município de Chapecó-SC.

Finalizando os trabalhos sobre os grupos escolares de 2011, enfatizamos a tese de Zilza Maria Pinto Santiago, defendida pela Universidade Federal do Ceará (UFC), que analisou o processo de reforma da instrução pública de 1922, no Ceará, como condição para a criação de espaços escolares. Destacou as contribuições e mudanças dessa reforma para o entendimento do sentido de escola, indagando até que ponto os prédios das escolas construídas no Ceará, neste período, particularmente as de Fortaleza, atenderam ao ideário da educação moderna.

No quadro 3, observaremos as produções acadêmicas do ano de 2012:

Quadro 3 – Dissertações com abordagem aos grupos escolares em 2012

Autor/a	Título	Ano
Adilour Nery Souto (Dissertação)	Do ensino público ao ensino privado: uma análise da Escola Santa Terezinha em Ibiá-MG (1937-1959).	2012
André Luiz Rodrigues Carreira (Dissertação)	A Marcha do Progresso: a construção do cidadão republicano e a educação escolar na cidade de Santos.	2012
Juliana Goretti Aparecida Braga Viega (Dissertação)	O processo da legitimação do grupo escolar como instituição de saber (Ouro Preto, Minas Gerais, 1900-1920).	2012
Kiara Tatianny Santos da Costa (Dissertação)	Entre casas e instituições escolares: a educação de Juazerinho –PB nas vozes de educadoras pioneiras (1950-1973)	2012
Sandra Maria de Oliveira (Dissertação)	Grupo Escolar em Minas Gerais: análise da legislação na Primeira República(1906-1924).	2012

Fonte: BDTD

Conforme o quadro 3, no ano de 2012, tivemos cinco dissertações sobre grupos escolares. Ressaltamos a do pesquisador Adilour Nery Souto, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que analisou a relação do ensino público primário, representado pelo Grupo Escolar Dom José Gaspar em Ibiá/MG, e a iniciativa privada, representada pela Escola Santa Terezinha, inventariando suas formas históricas de manifestação e observando as imbricações, aproximações e os afastamentos operados entre essas duas dimensões de ensino.

Outro trabalho arrolado pelo banco de dados foi o de André Luiz Rodrigues Carreira, realizado na Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), no qual se analisou o processo histórico de formação e transformação dos primeiros grupos escolares de Santos, com o objetivo geral de colocar em discussão as finalidades sociais e políticas atribuídas à escola primária nas primeiras décadas da República Brasileira.

Juliana Goretti Aparecida Braga Viega – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em sua dissertação, buscou compreender de que modo o grupo escolar D. Pedro II, localizado em Ouro Preto-MG, tornou-se uma instituição de saber e quais fatores interferiram na produção do seu lugar ou de representação desta instituição escolar.

A dissertação de Kiara Tatianny Santos da Costa, produzida na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), centrou-se na perspectiva de estudar a História da Educação de Juazeirinho, apreendendo, a partir do olhar de duas educadoras pioneiras, a compreensão de como essa educação se constituiu, como acontecia, via escolarização nas casas das professoras e nos grupos escolares.

Por fim ao arrolamento das pesquisas de 2012, Sandra Maria de Oliveira, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), abordou em seu trabalho a Legislação Educacional entre os anos de 1906 a 1924, com o intuito de conhecer as mudanças e transformações que aconteceram nos grupos escolares de Minas Gerais.

Nesse sentido, de acordo com os quadros 1, 2 e 3, dos anos de 2010, 2011 e 2012, respectivamente, as pesquisas somaram-se um total de 17, sendo 15 dissertações e 2 teses,demonstrando que em nível de doutorado, as instituições escolares, especificamente os grupos escolares, são pouco abordados nos programas de pós-graduação. Com relação ao número das dissertações, acreditamos também que sejam escassas, diante da grande quantidade de programas de pós-graduação que poderiam interessar-se pelo estudo dos grupos escolares.

Porém, ao observar o quantitativo de dissertações e teses dos últimos anos, percebemos que o número de trabalhos anuais manteve-se, pois ao fazer um comparativo desde o ano de 2006, em que há um aumento de pesquisas sobre esse tema, o número não mudou significativamente, como podemos observar na figura 1:

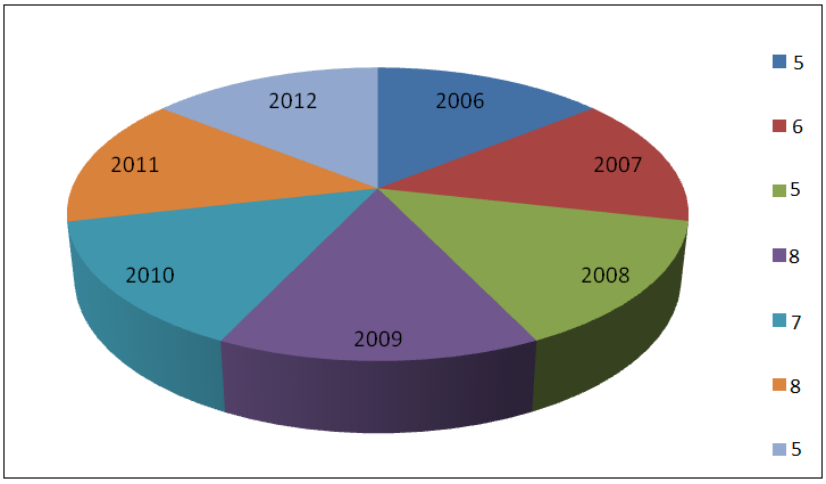

Figura 1: Quantitativo de teses e dissertações por ano (2006-2012).
Fonte: BDTD

A partir desses dados, fizemos a média dos anos de 2006 a 2009, e o resultado foi de 6,0 pesquisas realizadas anualmente. Comparando com a média dos anos de 2010, 2011 e 2012, com o resultado de 5,6 pesquisas, constatamos que no período de 2006 a 2012 não houve um aumento significativo de dissertações e teses: o número de pesquisas sobre grupos escolares se manteve, como é possível observar na figura 2.

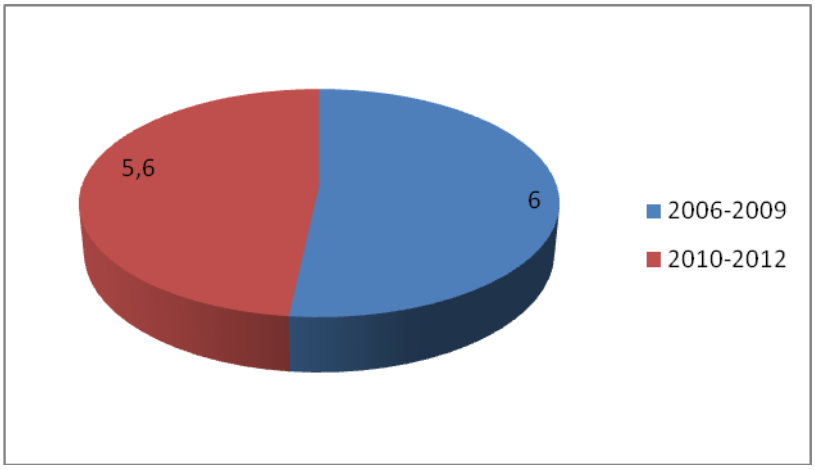

Figura 2: Publicação das dissertações e teses dos anos de 2006-2009 – 2010-2012
Fonte: BDTD

Ressaltamos que os dados analisados foram retirados de um banco de dados que não demonstra a totalidade de teses e dissertações defendidas neste período, pois há inúmeros programas de pós-graduação no Brasil desenvolvendo pesquisas nessa área, e que, no entanto, não disponibilizaram suas produções no BDTD, ou as teses estão em processo de desenvolvimento.

Referente a área de concentração dos trabalhos, apenas a dissertação de Maria Raquel da Silva, intitulada "Civilizando os filhos da 'Rainha', Campina Grande: modernização, urbanização e grupos escolares (1935-1945)", é do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba – UFP – já as demais pesquisas (16) concentram-se nos diversos Programas de Pós-graduação em Educação.

Os trabalhos acadêmicos tiveram diversos objetivos e abordagens: ensino noturno, práticas pedagógicas, modelo de educação, formação de professores, reconstrução histórica, o processo de institucionalização do grupo escolar e sua importância para a região, abordaram o cotidiano, os processos de ensino, exames, frequência dos alunos, professores, deveres, regras, criação e dentre outros. Todos estes elementos contribuem para essa pesquisa ou outras que virão, pois a partir deles, podemos eleger categorias de análise que irão desvelar novos/ velhos grupos escolares que são importantes para a História da Educação Brasileira.

Salientamos também o número de produções por localização, para que possamos observar onde há a ocorrência maior de pesquisas e quais grupos escolares são objetos de análise. Na tabela 1, elencamos por município e estado o número de dissertações e teses que abordaram os grupos escolares:

Tabela 1 – Número de dissertações e teses por município e estado 2010-2012

Localização por município e estado	**N. de dissertações/teses**
Belo Horizonte (MG)	01
Campinas (SP)	01
Florianópolis (SC)	01
Fortaleza (CE)	01
João Pessoa (PA)	04
Natal (RN)	02
Ponta Grossa (PR)	01
Santos (SP)	01
São Carlos (SP)	01
São Luiz (MA)	01
Uberlândia (MG)	03
Total	17

Fonte: BDTD

Podemos analisar, pelos dados obtidos, que as produções ainda se concentram nos grandes centros e universidades do país. Os estados de São Paulo, com 3 produções e Minas Gerais, com 4 produções, são os que mais produzem sobre o tema, talvez por estarem há décadas pesquisando e concentrarem o maior número de pesquisadores envolvidos na história das instituições escolares. Um fato interessante, ao observarmos a tabela, é o aparecimento do estado de Natal (2 produções) e da Paraíba (4 produções). Isto demonstra que os Programas de Pós-graduação de regiões como Norte e Nordeste do país também estão preocupados com a História da Educação. Dessa maneira, entendemos a importância do nosso trabalho para a nossa região, já que não encontramos no banco de dados do BDTD nenhuma dissertação ou tese que aborde os grupos escolares do Mato Grosso do Sul em 2010-2012.

Nesse sentido, com o resultado insatisfatório de pesquisas voltadas para Mato Grosso do Sul, voltamos aos dados de Trevisan (2011), entre os anos de 2000 e 2009, e constatamos que o número de pesquisas sobre os grupos escolares (GE) foram extremamente baixos com apenas 6 trabalhos que são, na sua maioria, pesquisas de grupos escolares do Mato Grosso, como podemos verificar no quadro 4:

Quadro 4 – Teses e dissertações sobre os Grupos Escolares em MT/MS – 2000-2009

Autor/a	Título	Local	Natureza	Ano
Emiliene Fontes de Oliveira Xavier:	Cultura Brasileira e a Memória da Construção da Identidade Nacional no Grupo Escolar Leônidas de Matos (1937-1945)	UFMT	Doutorado	2005
Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel Silva:	De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927).	UFMT	Doutorado	2006
Rosinete Maria dos Reis	Palácios da Instrução: Institucionalização dos Grupos Escolares em Mato Grosso (1910-1927)	UNICAMP	Mestrado	2007
Eduardo Ferreira da Cunha	Grupo Escolar Palácio da Instrução de Cuiabá (1900-1915): arquitetura e pedagogia	UFMT	Mestrado	2009
Arlene da Silva Gonçalves	Os Grupos Escolares no estado do Mato Grosso como Expressão da Política Pública Educacional: O Grupo Escolar Joaquim Murtinho em Campo Grande, Sul do Estado (1910-1950)	UCDB	Mestrado	2009
Carlos Edinei de Oliveira	Migração e Escolarização: história de instituições escolares em Tangará da Serra – Mato Grosso – Brasil (1964-1976)	UFU	Doutorado	2009.

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Considerando o quadro 4, percebemos que dentre os seis trabalhos, quatro são sobre Grupos Escolares do Mato Grosso e somente um aborda o Mato Grosso do Sul. Dentre eles, destacamos a dissertação defendida em 2009 pela autora Arlene da Silva Gonçalves, intitulada: "Os Grupos Escolares no estado do Mato Grosso como Expressão da Política Pública Educacional: O Grupo Escolar Joaquim Murtinho em Campo Grande, Sul do Estado (1910-1950)", realizada no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, com o objetivo de investigar o processo de criação e organização dos grupos escolares, como parte das políticas públicas educacionais entre os anos de 1910 e 1950, em especial o município de Campo Grande, particularmente, o Grupo Escolar Joaquim Murtinho.

Esses dados levantados demonstram as lacunas historiográficas sobre a educação no MT e MS e o pouco interesse por parte dos pesquisadores em estudar as instituições escolares, já que nas décadas de 1910 a 1950, o antigo Mato Grosso foi alvo das políticas educacionais, com a criação de diversos Grupos Escolares. Vejamos o quadro 5:

Quadro 5 – Grupos Escolares em Mato Grosso – 1910 a 1950

Nome	Cidade	Ano
Escola Modelo Barão de Melgaço	Cuiabá – 1º Distrito	1910
Grupo Escolar Senador Azevedo	Cuiabá – 1º Distrito	1910
Grupo Escolar Dom Pedro II	Cuiabá – 2º Distrito	1912
Grupo Escolar General Caetano de Albuquerque	Poconé	1912
Grupo Escolar Costa Marques (Esperidião Marques)	São Luiz de Cáceres	1912
Grupo Escolar Esperidião Marques	Rosário do Oeste	1912
Grupo Escolar Luiz de Albuquerque	Corumbá	1912
Grupo Escolar Dr. Joaquim Murtinho	Campo Grande	1912
Grupo Escolar Afonso Pena	Três Lagoas	1922
Grupo Escolar General Caetano Pinto	Miranda	1924
Grupo Escolar Antônio Correa	Aquidauana	1924
Grupo Escolar Mendes Gonçalves	Ponta Porã	1927
Grupo Escolar Isaac Póvoas	Cuiabá	1930
Grupo Escolar Américo Brasil	Santo Antônio do Rio Abaixo	1930
Grupo Escolar Alzira de Lacerda Magalhães	Santo Antônio do Rio Abaixo	1930
Grupo Escolar Leônidas de Matos	Santo Antônio do Rio Abaixo	1930
Grupo Escolar Amambaí General Mallan	Campo Grande	1939
Grupo Escolar de Herculânea	Herculânea (atual Coxim)	1940
Grupo Escolar João Fernandes	Maracajú	1940
Grupo Escolar José Garcia Leal	Paranaíba	1945 (47)
Grupo Escolar Felipe de Brum	Amambai	1950
Grupo Escolar Joaquim Murtinho	Dourados	1950

Fonte: Mensagem Presidencial de Estado de 1912, 1924, 1927, 1945, 1950. TREVISAN (2010)

Entre os anos de 1912 a 1950 foram criados aproximadamente 22 Grupos Escolares, sendo 15 localizados no atual Estado do Mato Grosso do Sul. Dentre os GE do MS, elencados no quadro 5, somente o Grupo Escolar Joaquim Murtinho de Campo Grande e o Grupo Escolar Mendes Gonçalves (Ponta Porã) foram objeto de pesquisa nos programas de pós-graduação. Isso demonstra as lacunas historiográficas existentes que podem ser supridas com novas pesquisas nesta área.

Salientamos que no programa de pós-graduação em Educação da UFGD, no ano de 2011, foram realizados estudos que tiveram como objeto de pesquisa grupos escolares, um voltado para o Mato Grosso e dois para o atual Mato Grosso do Sul. Vejamos no quadro 6:

Quadro 6 – Dissertações da UFGD com tema central os Grupos Escolares – 2011

Autor (a)	Título	Ano	Instituição	Objetivo
Adriane Cristine Silva	Grupo Escolar Esperidião Marques: uma contribuição para os estudos das instituições escolares em Mato Grosso 1910-1947	2011	UFGD	Discutir a trajetória de implantação do GE na região de Cáceres, fronteira com a Bolívia, com destaque às questões da sua projeção local e regional.
Juliana da Silva Monteiro	Cultura escolar: A institucionalização do ensino primário do Antigo Mato Grosso. O Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João em Carapó, MS (1950-1974)	2011	UFGD	Analisar a cultura escolar, as práticas e representações do grupo escolar.
Marcio Bogaz Trevisan	Grupo Escolar Mendes Gonçalves: vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil-Paraguai (1989-1931)	2011	UFGD	Identificar o papel político, social e econômico do GE na região de Ponta Porã, fronteira com o Paraguai; dar historicidade ao processo de instalação e discutir a vicissitudes da vida social e material do GE.

Fonte: TREVISAN, 2011

Estes trabalhos fizeram parte do projeto "Tempos de Escola Moderna no sul do antigo Mato Grosso: Análise comparada do processo de transição do modelo escolar confessional católico para o ideário iluminista republicano – 1889-1950", coordenado pelas professoras doutoras Maria do Carmo Brazil e Drª Ana Paula Gomes Mancini, do programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD. O objetivo do projeto foi investigar os Grupos Escolares criados no sul do antigo Mato Grosso, com relação a estrutura material e as formas de organização didática.

Consideramos um passo importante para a historiografia educacional sul-mato-grossense, pois são trabalhos germinais como esses que colaboram para a criação de outros trabalhos envolvendo a temática dos GE e contribuirão para a construção da história da educação não só regional como nacional.

Ressaltamos que não colocamos esses trabalhos no quadro 1 por não constarem ainda no BDTD, e damos ênfase para mostrar que os pesquisadores do Mato Grosso do Sul, principalmente os da região Sul do estado, da Universidade Federal da Grande Dourados, estão desenvolvendo pesquisas históricas sobre grupos escolares e, consequentemente, sobre de instituições escolares, pois como consta no quadro 2, o estado de Mato Grosso (Universidade Federal do Mato Grosso) já desenvolve, há à alguns anos, pesquisas sobre este tema. Então, cabe a nós fazermos nossa parte e construirmos nossa história educacional sul-mato-grossense.

1.2.1Os escritos sobre o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque

Como foi possível observar até o momento, nosso trabalho demonstrou que as pesquisas sobre os Grupos Escolares no sul do antigo Mato Grosso são ínfimos e há muito trabalho à fazer, pois como foi constatado, existem vários GE à espera de um pesquisador. Desse modo, nossa proposta vem de encontro aos trabalhos voltados para a História das Instituições Escolares, especificamente aos movimentos de criação dos Grupos Escolares no Brasil, desencadeados desde as primeiras décadas do século 20. Nesse sentido, propomos-nos a estudar o ensino primário público em Corumbá e o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, com a intenção de perceber seu papel ao oferecer esse tipo de ensino à população infantil da época.

O cotejamento do material bibliográfico levantado até o momento demonstrou que nenhuma dissertação ou tese disponibilizada até o momento nos bancos de dados tiveram como objeto de análise o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque. No entanto, ao longo do nosso caminho em busca de escritos, descobrimos que este GE foi abordado no campo universitário em forma de artigos de livros e anais de eventos, como se observa no quadro 7:

Quadro 7 – Trabalhos sobre o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque

Autor/a	Título	Natureza	Ano
Divino Marcos de Sena; Silvia Helena Andrade Brito	Implantação, organização e inserção social do Grupo Escolar Luis de Albuquerque, Corumbá/MT (1950-1970)	Artigo - Anais de evento	2005
Divino Marcos de Sena; Silvia Helena Andrade Brito	A organização do trabalho didático-pedagógica no Grupo Escolar Luis de Albuquerque, Corumbá/MT (1950-1970)	Relatório de Iniciação Científica	2006
Divino Marcos de Sena; Silvia Helena Andrade Brito	Rituais escolares e civismo no Grupo Escolar Luis de Albuquerque, Corumbá/MT (1930-1970).	Artigo - Anais de evento	2006
Divino Marcos de Sena:	Funcionários e alunos: os personagens do Grupo Escolar Luis de Albuquerque, Corumbá (1924-1970)	Artigo - Anais de evento	2006
Divino Marcos de Sena; Silvia Helena Andrade Brito	A organização do trabalho didático na Escola Moderna: O caso do Grupo Escolar Luis de Albuquerque, (Corumbá/MT, 1950-1970).	Capítulo de livro	2007
Silvia Helena Andrade Brito	O trabalho didático nos grupos escolares Joaquim Murtinho e Luís de Albuquerque (Mato Grosso, 1910-1950)	Artigo - Periódico	2008

Fonte: SENA; BRITO (2005, 2006, 2007, 2008)

Os primeiros escritos sobre o GELA ocorreram para o evento da Jornada do Histedbr, em 2005, em que foi apresentado o trabalho denominado "Implantação, organização e inserção social do Grupo Escolar Luis de Albuquerque, Corumbá/MT (1950-1970)". Esta comunicação objetivou identificar como ocorreu o processo de criação e implantação do grupo escolar, realizado pelo, até então, acadêmico Divino Marcos de Sena[6], orientado pela professora doutora Silvia Helena de Andrade Brito.

Por meio da professora doutora Silva Helena de Andrade, uma das pesquisadoras que colaboram com o avanço das pesquisas sobre o ensino primário em Mato Grosso do Sul, desenvolveu-se, em 2006, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal, em conjunto com Marcos Divino Sena, acadêmico do curso de História, uma pesquisa que redundou num relatório de Iniciação Científica intitulado: "A organização do trabalho didático-pedagógica no Grupo Escolar Luis de Albuquerque, Corumbá/MT (1950-1970)". Este relatório apresentou reflexões sobre a organização didático-pedagógica do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque entre os anos de 1950-1970. Ao fim da pesquisa e ensaio, os

[6] Atualmente é Mestre em História, pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal, e professor desta mesma instituição.

pesquisadores conseguiram reunir parte das características semelhantes e singulares dessa instituição no âmbito dos grupos escolares no Brasil. (SENA; BRITO, 2006a).

Outro texto produzido e apresentado pelos autores, no VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste em 2006, "Rituais escolares e civismo no Grupo Escolar Luis de Albuquerque, Corumbá/MT (1930-1970)", identificou como alguns dos rituais escolares – festas de encerramento de ano letivo; exames mensais, semestrais e finais; distribuição de prêmios; exposições escolares; comemorações de caráter cívico; exaltação de símbolos pátrios – configuraram-se no referido grupo escolar (SENA; BRITO, 2006b).

Ainda no ano de 2006, no evento III Seminário Internacional: Fronteiras Étnico, realizado na Universidade Dom Bosco, em Campo Grande, Divino Marcos de Sena, com o artigo "Funcionários e alunos: os personagens do Grupo Escolar Luis de Albuquerque, Corumbá (1924-1970)" , apresentou algumas reflexões sobre os atores sociais do Grupo Luiz de Albuquerque, de modo a evidenciar como ocorreu a atuação de professores, diretores, demais funcionários e alunos no âmbito desta instituição escolar.

Na obra organizada por Gilberto Luiz Alves (2007), "Pensamentos e Prática Educacionais: entre clássicos, instituições escolares, educadores e o mercado", encontramos um terceiro texto escrito novamente por Sena e Brito, intitulado "A organização do Trabalho Didático na Escola Moderna: o caso do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque (Corumbá/MT, 1924-1970)", tomando como objeto de análise a organização do trabalho didático entre 1930-1970 nesta instituição escolar.

No Periódico do Mestrado em Educação da Universidade Dom Bosco (UCDB), lançado em 2008, Silvia Helena de Andrade Brito desenvolveu o artigo "O trabalho didático nos grupos escolares Joaquim Murtinho e Luís de Albuquerque (Mato Grosso, 1910-1950)", cuja intenção era comunicar o resultado de suas análises sobre a organização do trabalho didático nos dois grupos escolares situados no sul do Estado de Mato Grosso, em Campo Grande e Corumbá, no referido período.

Diante disto, a presente dissertação foi realizada no sentido de prosseguir os estudos desse GE, com ênfase no ensino primário público de Corumbá, região fronteiriça. Considerando a importância política, econômica e sociocultural da antiga cidade, desde as três últimas décadas do século 19 e a alvorada do século 20, procuramos discutir em que medida o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque contribuiu para o processo de institucionalização do ensino primário público do referido município entre os anos de 1908 a 1930.

1.3 Métodos e Fontes

A abordagem do objeto de análise – o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque e sua contribuição para o processo de institucionalização do ensino primário em Corumbá (1908-1930) – foi orientada pelo método que descreve o particular à luz do contexto econômico, político, social e cultural (Nosella; Buffa, 2005). Centramos também nossas discussões em torno da escrita da história e das relações entre escola e cultura na perspectiva de análise do seu papel social por meio das correntes teóricas francesas.

1.3.1 Abordagem Metodológica

As análises de Bourdieu e Passeron, no livro "A reprodução", publicado no ano de 1970, sobre a escola como reprodutora da sociedade dominante, somaram-se ao reconhecimento de que ela também é produtora de uma cultura específica e própria dela. É a tentativa de oferecer um olhar mais crítico sobre as relações sociais inerentes ao interior de determinada instituição: normas pedagógicas, regras, sujeitos, determinantes políticos, materiais, práticas escolares, tempo, espaço e outros.

Sendo assim, procuramos discutir o conceito cultura escolar à luz das considerações realizadas recentemente por historiadores brasileiros em educação, com destaque para as análises de Vidal e Schwartz (2010). Estes autores ressaltam que esse interesse em privilegiar a cultura escolar tem explicações:

> coincidiu com o movimento da renovação das práticas de pesquisa que atingira a comunidade científica após a abertura política no bojo de uma [...] aproximação da história da educação aos protocolos da disciplina da história" (p. 23).

Estas explicações servem para mostrar a expansão das fontes historiográficas, sejam elas: textos orais, escritos, fotográficos, autobiografias, depoimentos, memórias e outros. Nesse campo de produção, destacamos o conceito de Dominique Julia (2001) sobre a cultura escolar:

> poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação

> desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens, e portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimento e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização (JULIA, 2001, p. 10-11).

Os estudos de Julia (2001) sobre a cultura escolar chama-nos a atenção para as práticas e os aspectos internos da escola e nos convida, como historiadores da educação, a questionar as práticas cotidianas, as normas e o funcionamento interno da escola. Tais estudos estimulam as relações estabelecidas historicamente entre escola, sociedade e cultura. Nesse sentido, ao voltarmos os olhares para a cultura escolar, é possível ampliar o entendimento referente à questão do tempo, dos espaços escolares e dos sujeitos escolares.

Cultura escolar implica mostrar não somente a instituição como transmissora de conhecimentos acumulados ou de comportamento, mas também um espaço de resistência, de ressignificações, pois essas normas são produzidas nas tensões entre os grupos e nas diferentes expectativas sobre a função social da escola. (VIDAL; SCHWARTZ, 2010).

Dentro dessa perspectiva, para que possamos nos embasar teoricamente sobre a instituição escolar, recorremos às análises de Bourdieu (1996), entendendo a escola não somente como reprodutora da sociedade dominante, mas também reconhendo-a como produtora de uma cultura específica e própria dela (VIDAL, 2010).

1.3.2 Fontes históricas

A análise do objeto – o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque e o ensino primário – orientou-se pela leitura e releitura da literatura e das fontes para entendermos o que está implícito no discurso. Partimos, então, do material já produzido, na tentativa de superar as lacunas historiográficas e contradições da sociedade corumbaense da época pesquisada.

Na procura por fontes que colaborassem com nosso trabalho, constatamos a existência de algumas documentações, tais como ofícios e circulares, portarias dos diretores, livros de matrículas, lista de professores, atas de exames finais e semestrais, livro de visitas, registro de diploma, mensagens presidenciais, leis e resoluções, todos produzidos durante o século 20. Os

documentos citados foram encontrados na Escola Estadual Castro Brasil, no Centro de Documentação Regional, no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional e no Arquivo Público de Cuiabá.

1.3.3 Produção acadêmica sobre Corumbá

Na produção acadêmica acerca de Corumbá, utilizamos autores que abordaram esse município. Destacamos o livro editado no ano de 2000, "Corumbá: o espaço da cidade por meio do tempo", de Claudemira Azevedo Ito. Nesta obra a autora aborda a história da cidade desde sua fundação até os dias mais recentes, perpassando pela Guerra do Paraguai, pelo apogeu do comércio por meio da Bacia do Prata, pelas mudanças econômicas com a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil e por suas perspectivas econômicas e sociais atuais.

Outro destaque é a dissertação de Elaine Cancian "A cidade e o Rio: escravidão, arquitetura e a invenção da beleza. O caso de Corumbá (MS)", de 2005, que posteriormente foi publicada em livro, no ano de 2006. Em ambas as produções, a autora apresenta a ocupação luso-brasileira do Mato Grosso e o importante papel desempenhado pelo braço escravizado na construção da região de Corumbá. Em vários momentos, Cancian (2005, 2006) mostra a forma de viver e de morar das pessoas e explica como o poder público e os recursos naturais influenciaram no modo de construir a cidade.

O historiador João Carlos de Souza, também colabora em nosso trabalho. Na tese "Sertão Cosmopolita: a modernidade de Corumbá (1872 – 1918)", o autor analisa como a cidade de Corumbá incorporou elementos da modernidade, no período da década de 1870 até 1910, caracterizada por inovações tecnológicas nas áreas de comunicação e transporte, por transformações nas concepções de infraestrutura urbana e nas formas de morar e pelas exigências de novos comportamentos da população e dos trabalhadores, adequados aos conhecimentos médicos e às disciplinas do trabalho, englobando inclusive as atividades de lazer da população da referido município.

Outra tese a colaborar com nossos estudos foi "Educação e Sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)", de Silvia Helena de Andrade Brito, por meio da problemática de como se organizou e se desenvolveu a educação pública e privada na

fronteira Oeste do Brasil, compreendendo o contexto histórico brasileiro, mato-grossense e corumbaense no que diz respeito ao ensino primário ocorrido principalmente em Corumbá no período pesquisado pela autora.

1.3.4 Memórias e narrativas

Para que pudéssemos escrever sobre Corumbá, além dos textos acadêmicos, como o de Claudemira Azevedo Ito (2000) e Elaine Cancian (2005, 2006), recorremos às obras memorialistas. Algumas delas são referenciadas por Renato Baéz, poeta, escritor e cidadão corumbaense que representa a cidade de Corumbá em diversos livros; por meio de sua poesia, retrata a cidade que tanto amava. Dentre sua extensa escrita, destacamos: "Roteiro e Seleções" (1996), "Corumbá e outros encantos" (1996) e "Cenas de minha Terra" (1965). Com estas obras, foi possível visualizar a cidade "branca" pelos olhos daquele que lá viveu, além disso, Renato Baéz traz alguns dados históricos como a história de Corumbá, o ensino, os governadores, as festas religiosas, o carnaval e outros aspectos. Em uma de suas poesias descreve Corumbá:

> Em terreno calcário edificada,
> Corumbá, com seu amplo casario,
> é linda donzela debruçada
> sobre o espelho irriquieto desse rio!
>
> 'Cidade Branca' - foi assim chamada –
> em frente ao Paraguai calmo de vadio,
> ouve as canções da noite constelada
> ou sonho aos beijos cálidos de estio!
>
> Se, acaso, chega o viandante amigo,
> ela oferece um generoso abrigo
> às canseiras sem fim do Pantanal!
>
> Porém, sua alma ingênua de donzela
> conserva a graça amável e singela
> e a pureza dos tempos de arraial!
> (RENATO BAÉZ, 1996, p. 75).

Para arrolar mais informações, recorremos a Lécio Gomes de Souza, que em "História de Corumbá" (s/d) conta, num viés militar, a história da cidade desde sua formação enquanto povoado até a década de 1980.

Recorremos também ao memorialista Generoso Ponce Filho, que na obra "O menino que era eu" (1967), dedicou-se, no capítulo três, a relatar os traços da cidade de Corumbá. Em uma de suas memórias, relembra a Praça da Matriz:

> Em meados de 1905 mudamos para a Praça da Matriz, onde reta e íngrime se desemboca, em frente a igreja, outra ladeira. [...] Desliza lá embaixo, o largo Paraguai, que a correr para o sul se esconde adiante por trás da barranqueira. Quando o sol está a pino, ou quando cai a tarde, suas águas prodigalizam os mais belos reflexos (PONCE FILHO, 1967, p. 39).

Esses estudos memorialísticos contam a história da vida desfrutada em sociedade; suas narrativas envolvem os lugares, os espaços e as pessoas. Conforme a pesquisadora Isabel Camilo de Camargo (2010), os limites desses estudos serão superados quando analisados sob a ótica da História acompanhada da discussão crítica dos acontecimentos.

1.3.5 Documentos regionais

Partimos do pressuposto de que documento é todo aquele material que sirva, de alguma forma, para dar notícia do passado educativo ou, como adverte Le Goff (1990, p. 531), "[...] há que se tomar a palavra *documento* no sentido mais amplo, documento escrito ilustrado transmitindo pelo som, imagem, ou de qualquer maneira". Nesse sentido, buscamos fontes que deram suporte para nossa análise, fossem elas oficiais, iconográficas ou jornais, com o objetivo de analisar o processo de institucionalização do ensino primário em Corumbá, tendo o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque como peça fundamental para este processo.

Para alcançarmos nosso objetivo, recorremos, primeiramente, às Mensagens Presidenciais, que eram remetidas à Assembléia Legislativa, do ano de 1910 até 1930, com a intenção de perceber como a educação era vista aos olhos dos governantes de Mato Grosso, quais escolas foram criadas na região e como ocorreu todo o processo de criação e implantação do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque.

1.3.6 Os documentos oficiais do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque

Para entendermos o grupo escolar, coletamos documentos que foram produzidos na própria instituição ao longo de sua história e deram embasamento à nossas compreensões. Nos Ofícios e Circulares emitidos no período de 1924-1946, encontramos informações sobre diversos assuntos. Dos funcionários (professores, serventes e diretores) é possível saber sobre suas contratações, nomeações, entrada em exercício, concessão de licenças médicas ou para outros assuntos; dos alunos, há o número de matriculados e a frequência; da manutenção do grupo estão os pedidos de materiais pedagógicos, mobília, solicitação de reparos no prédio e outros assuntos pertencentes ao grupo escolar.

Os Livros de Matrículas (1924-1946/1950-1952) contêm a relação de alunos matriculados por nome, data de nascimento, filiação, profissão do pai, endereço, lugar de nascimento, naturalidade, data de matrícula e classe pertencente. Estes documentos foram imprescindíveis, pois por meio das informações, pudemos analisar o grupo escolar com relação à quantidade de matriculados, sua posição social, idade e nacionalidade, já que Corumbá está localizada na fronteira com a Bolívia.

Utilizamos também as Atas dos Exames Finais e Semestrais (1924/1933-1946/1951-1970), pois nelas estão os alunos aprovados e reprovados, suas respectivas notas, e com isto, foi é possível ver a qualidade de ensino praticado no grupo.

Nos Registros Gerais (1939-1949/1956-1969) há informações sobre: o movimento do caixa escolar, os professores, os horários, a distribuição das aulas, os livros didáticos adotados, o inventário dos materiais utilizados e comprados, o quantitativo de alunos, os feriados escolares, a relação dos alunos matriculados (nome, data de nascimento, naturalidade, turma, nome do responsável com endereço, naturalidade, estado civil e profissão), as promoções dos alunos, suas notas, reprovações e aprovações. Todos estes elementos subsidiaram nossas análises sobre o funcionamento do grupo.

Por fim, os Livros de Visitas (1933-1946), livros nos quais as pessoas que visitavam o grupo escolar expressavam suas opiniões, foram utilizados para mostrar como o grupo era visto pela sociedade que o criou.

Realizamos todo processo de localização e coleta destas fontes no arquivo da Escola Estadual Castro Brasil, município de Corumbá, instituição que foi criada após a extinção do

Grupo Escolar Luiz de Albuquerque. A informação que conseguimos foi de que os documentos e o mobiliário foram todos enviados para essa escola, portanto, *a priori*, tudo o que foi produzido no período de funcionamento do grupo estaria nesse local. O cotejamento dos documentos permitiu que tivéssemos uma visão do funcionamento do grupo escolar e suas práticas para a construção de sua história, atrelada a do ensino primário de Corumbá.

CAPÍTULO II
A IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL E EM MATO GROSSO

> *[...] A instrução do povo é, portanto, sua maior necessidade. Para o governo, educar o povo é um dever e um interesse: dever de formar escolas, interesse, porque só é independente quem tem espírito culto, e a educação cria, avigora e mantém a posse da liberdade (Caetano Campos s/d).*

Neste capítulo, primeiramente, apresentamos o contexto histórico do Brasil no final do século 19 e nas três décadas do início da República, momentos em que surgiram as primeiras ideias para a implantação dos grupos escolares no país e a importância que os republicanos deram a educação popular brasileira. Logo depois, procuramos contextualizar Mato Grosso e apresentar o surgimento dos primeiros grupos escolares no Estado, com ênfase ao Grupo Escolar Luiz de Albuquerque.

2.1 A implantação dos Grupos Escolares: Termos nacionais

No fim do século 19 e início do século 20 foi instalada a República no Brasil. Do sistema monárquico, passou-se ao presidencialismo e ao federalismo como forma de organização do Estado. Em 1881, foi aprovada a Constituição que conduziu o país para uma aliança política na ocupação da presidência e uma liberdade política aos governadores de estado.

As mudanças sucedidas na denominada Primeira República, caracterizada pela Proclamação da República (1889) até a Revolução de 1930, ocorreram para reforçar as representações das oligarquias rurais dos principais estados brasileiros que "comandaram" o Brasil nesse período. Nesse sentido, o contexto econômico, social e educacional brasileiro permanecia atrelado à agricultura, destinado à exportação e ao comércio interno com a comercialização e produção de café.

> Do ponto de vista da economia, a história da Primeira República compõe-se de uma série de acontecimentos ligados aos processos de produção e comercialização de café, não apenas quanto a economia, mas em termos mais amplos, quanto à sociedade brasileira como um todo (NAGLE, 1974, p. 12).

Nas décadas subsequentes à Proclamação da República, o país pautou-se nos princípios da individualidade, liberdade, propriedade, igualdade e democracia. Essa estrutura liberal do Estado possibilitou a transição para o poder civil e, dessa forma, iniciaram-se as alternâncias na Presidência da República entre os representantes das oligarquias rurais do Sudeste brasileiro até os anos de 1930.

Conforme Nagle (1974), a estrutura do poder nas décadas iniciais da Primeira República continuou nas "mãos dos coronéis", o coronelismo

> originado da distribuição de postos honoríficos da Guarda Nacional [...] não é interrompido com o advento do regime republicano; ao contrário, é continuamente alimentado pelo desenvolvimento das formações oligárquicas e atinge um ponto mais alto com a chamada 'política dos governadores'. A implantação do regime republicano não provocou a destruição dos clãs rurais e o desaparecimento dos grandes latifundiários, bases materiais do sistema político coronelista [...] (NAGLE, 1974, p. 4).

A "política dos Governadores" ficou marcada na história brasileira pela "política do café com leite", aliança feita pelos estados de São Paulo e Minas Gerais na indicação para presidente, por terem como principais atividades econômicas o café e o leite, respectivamente, os coronéis oligarcas alternavam-se no exercício da Presidência da República.

> Construída sobre o coronelismo, a instituição oligárquica, representada pela 'Política dos Governadores', delimitou um sistema de representação coletiva singular, de acordo com a qual as posições de mando se conservavam dentro de um grupo bastante restrito, que perpetuava a mesma composição de poder. É este o fenômeno político mais importante da história do regime republicano até o final da Primeira República (NAGLE, 1974, p. 5).

Na ordem social, as mudanças ocorreram conforme os setores político e econômico convergiam. Na Primeira República, surgiram tendências ideológicas (nacionalismo, modernismo, anarquismo e outros) as quais fizeram circular novas correntes de ideias e movimentos político-sociais que marcaram a sociedade brasileira. Outro fator foi a urbanização e a expansão industrial, que gerou novos valores e padrões de comportamentos.

As mudanças sociais sucederam-se também em razão da onda migratória verificada na região Sudeste e Sul rumo ao oeste do país. Nagle (1974, p. 24) ressalta que esse fenômeno iniciou-se após o fim da escravatura e de maneira contínua durante a Primeira República, vindo a trazer alterações no mercado de trabalho e no estabelecimento de novas relações trabalhistas entre proprietários de terra e trabalhadores[7].

Com o surto industrial que ocorreu principalmente após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os imigrantes foram atraídos para os centros operários, ensejando o crescimento da população urbana e a passagem das atividades artesanais para as industriais (NAGLE, 1974, p. 24).

> [...] Tendo colaborado nos processos de urbanização e de industrialização, o imigrante foi responsável pela difusão de novas idéias no campo social, do que é amostra a sua participação ao longo do movimento das chamadas

[7] Durante a Primeira República existiam duas correntes migratórias, uma para fornecer braços para a grande lavoura de café e a outra para o povoamento de áreas escassamente povoadas por meio de estabelecimento de pequenas propriedades (FAUSTO, 1997, p.99).

> ‘lutas sociais’, desencadeado durante o período da República Velha (NAGLE, 1974, p. 24).

A “política do café com leite” perdurou até o ano de 1930, determinando o fim da República Velha, graças à quebra de alianças entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, cujos políticos passaram a apoiar candidatos distintos. Minas Gerais aliou-se ao Rio Grande do Sul, com a candidatura de Getúlio Vargas, e São Paulo, em comum com outros estados brasileiros, lançaram Julio Prestes. A chapa de Preste venceu as eleições, mas a oposição, inconformada, provocou um movimento armado liderado por Minas, Paraíba e Rio Grande do Sul, que depois veio a ser conhecido como Revolução de 30. Esse movimento culminou no golpe de Estado, na medida em que depôs o Presidente Washington Luis, em 24 de outubro de 1930, e impediu a posse do candidato eleito Júlio Prestes. Após formação de uma Junta Militar, indicaram Getúlio Vargas como governante provisório, até o restabelecimento da ordem, qual-governou o Brasil entre 1930 e 1945. Essa fase ficou mais conhecida como a Era Vargas, caracterizada pelas diversas alterações realizadas nos setores sociais e econômicos do Brasil.

2.1.1 O contexto educacional e os grupos escolares no Brasil República

As mudanças no campo educacional ocorreram em meio à efervescência verificada nos setores econômicos, sociais e políticos nas primeiras décadas da República. A escolarização da população brasileira passa a ser acentuada à medida que o país precisava cada vez mais reforçar o novo regime, tanto nos seus direitos políticos quanto na força de trabalho.

Considerado o fator primordial que levaria o país ao “progresso”, a educação passou a ser o meio essencial para que a sociedade brasileira rumasse ao desenvolvimento. As elites vinculadas ao regime republicano acreditavam que a legitimação da República se daria por meio da instrução escolar, conforme ressaltam Reis e Sá (2006, p. 15):

> A formação escolar, no pensamento republicano, esteve intimamente associada à idéia de formação da nação, como sinônimo de um Estado organizado segundo parâmetros burgueses de democracia. Essa associação traduzia-se no ideário das elites ligadas à necessidade de implantação, em substituição ao Estado monárquico, de um regime republicano de governo em que o indivíduo comporia o corpo político do Estado nacional, sendo integrado, dessa forma, a nação.

A educação passou a ser o problema central da sociedade, mas ao mesmo tempo, a solução, pois era, de acordo com os ideais republicanos, o caminho para eliminar os principais males do país. Essas ideias, vinculadas ao nacionalismo e aos padrões burgueses de democracia, tomaram conta dos diversos discursos de intelectuais e políticos em favor da educação da população brasileira, com o intuito de formar cidadãos comprometidos com a moral cívica e com amor à pátria, desse modo, a população brasileira ganharia um identidade nacional e o conhecimento básico para a prática do voto. Nagle (1974) enfatiza que a Liga Nacionalista de São Paulo (1917) associava a influência escolar às exigências políticas:

> É sabido que a causa primordial de todos os nossos males é o analfabetismo, que traz como consequência inevitável a ausência de cultura cívica e política, a ignorância dos preceitos higiênicos, a incapacidade para grande número de profissões, atraso nos processos agrícolas e nos das industriais que lhes são conexas. A população brasileira é vítima na sua quase totalidade do analfabetismo. Sem que se consiga derramar a instrução primária, de um modo intenso por todos os recantos do País, serão inúteis quaisquer tentativas de formação de uma grande coletividade política. A Constituição Federal no seu art. 70 § 2º, impede que o analfabeto tenha vontade política' (C.F. NAGLE, 1974, p. 102-103).

O projeto civilizador da sociedade republicana da época passava prioritariamente pela educação popular, seja para a participação política ou na instrução da população para resolver os problemas nacionais. É sabido que as dificuldades existiam nos setores econômico, político e social, porém, perdiam interesse quando se tratava dos problemas educacionais, "desde que na solução destes se encontrava a chave para resolver aqueles [...]" (NAGLE, 1974, p. 109). Assim, o a analfabetismo tornou-se bandeira de luta em favor do "moderno" e "civilizado" país, principalmente após 1920, quando o recenseamento revelou que 80% dela era analfabeta. Isto ia contra qualquer "progresso" do Brasil.

> [...] transformaram o analfabetismo na grande vergonha do século, no máximo um ultraje de um povo que vive a querer ingressar na rota da 'moderna civilização'. Tanto antes quanto agora, firma-se o princípio de que a educação popular 'é a pedra angular sobre que repousa a estrutura toda da organização social'; ou, melhor, chega-se, por essa via, à conclusão de que a estrutura política, econômica e social da Nação apresenta-se instável porque sobre ela pesa a grande massa de analfabetos, que lhes ameaçam as bases. Por isso mesmo, a alfabetização continua o problema mais importante da nacionalidade [....] (NAGLE, 1974, p. 113).

Nesse sentido, a escola pública, principalmente a primária, passa a ser o *locus* essencial das reformas educacionais ocorridas naquele período, com finalidades políticas e sociais para a propaganda republicana na afirmação de seus almejos, "[...] é uma escola para a difusão dos valores republicanos e comprometida com a construção e a consolidação do novo regime; é a escola da República e para a República [...]" (SOUZA, 1998, p. 27-28).

Destacamos que a escola pensada pelos republicanos não era igual para todos. Hilsdorf (2003, p. 61-62) salienta a dualidade do projeto político educacional da República, ao propor um "[...] ensino elementar e profissional para as massas [...] educação científica para as elites 'condutoras do processo' e reivindica [uma] ampla educação popular".

Quanto a essa preocupação dos republicanos em separar a educação das elites e da do povo, Carvalho (1998) contrapõe-se a esse o "otimismo" pedagógico e o "entusiasmo" pela educação, tão característicos aos discursos da época. A autora considera que as políticas educacionais, ao estabelecerem modelos excludentes e práticas autoritárias, faziam com que a educação deixasse de ser um direito popular para tornar-se um dever, já que trazia a esse povo inculto e incivilizado a sua salvação enquanto nação. Nesse contexto, para as elites eram reservadas a educação secundária e a universidade, graus que capacitariam os filhos da classe dominante à condução do país rumo ao progresso. Já para o povo, restaria uma educação primária básica, com o ensino de valores importantes para o adestramento do operariado, como a saúde, a moral e o trabalho (CARVALHO, 1998).

Em meio aos projetos para a educação, São Paulo tornou-se o primeiro estado a organizar e implantar um ensino diferente do que foi herdado do período imperial. Por ser o "centro" do país no setor econômico (exportações de café e a industrialização) e político (oligarquias cafeeiras), saiu à frente nas questões educacionais e serviu de exemplo para outros estados brasileiros.

As reformas paulistas aconteceram entre os anos de 1890 e 1896, primeiramente pela Escola Normal e a Escola Modelo, esta que foi o "[...] protótipo dos grupos escolares, modelo de escola primária que se generalizou no Brasil nas primeiras décadas do século XX [...]" (SOUZA, 1998, p. 39).

E foi por meio da criação dos grupos escolares, como escola pública primária, que o Estado de São Paulo tornou-se o pioneiro na normatização de uma nova proposta educacional para o país, cujos métodos de ensino tornaram-se modelo para o restante dos grupos escolares localizados nas distintas localidades do Brasil (VIDAL, 2006, p. 7).

> [...] os Grupos Escolares fundaram uma representação de ensino primário que não apenas regulou o comportamento, reencenado cotidianamente, de professores e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais (e educacionais). Assumiu, especialmente nas quatro primeiras décadas republicanas, a posição de uma *escola de verdade* (Tyack e Cuban, 1999) a uma parte da sociedade brasileira, para a qual funcionou como símbolo de coesão e *status* (VIDAL, 2006, p. 09-10), (grifo do autor).

Criados pela Lei n. 169, de 7 de agosto 1893 e pelo Decreto n. 248, de 26 de julho de 1894, os grupos escolares surgiram como uma forma de organização mais complexa, racional e moderna. Casemiro Reis Filho, em sua obra "A educação e a ilusão liberal", publicada em 1981, destaca as características do novo modelo de escola doravante implementado no país:

> [Os grupos escolares] foram criados para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas, compreendidas no raio da obrigatoriedade escolar (2 km para o sexo masculino e 1 km para o feminino, distantes da escola). Essa reunião de escolas era feita a critério do Conselho Superior. Em cada Grupo Escolar existia um diretor e tantos professores quantas fossem as escolas (classes, como mais tarde serão chamadas) reunidas. Além desses funcionários existiam também os adjuntos, professores auxiliares, em número variável de acordo com as necessidades, a critério do diretor do Grupo Escolar (REIS FILHO, p. 119).

Esse molde escolar constituiu-se como escolas graduadas, ora estabelecidas nas antigas escolas isoladas ou em prédios monumentais construídos com a intenção de exaltar os valores republicanos. Organizaram-se a partir da docência em séries, que obedecia ao ano cronológico, e o ano letivo terminava com a aprovação ou reprovação em exame final, conforme observou Vidal (2006, p. 8):

> O ensino seriado e seqüencial substituía as classes dos alunos em diferentes níveis de aprendizagem, sob a autoridade única do professor, e era regulado pela introdução do diretor, oferecendo organicidade e homogeneidade à escolarização e produzindo uma nova hierarquia funcional pública.

Com tais características, os grupos escolares se consolidaram como o novo modelo escolar de educação primária do século 20, de forma organizacional, administrativa e pedagógica adaptada para aqueles tempos da República. Essa organização escolar foi inovadora para a época, pois criou no país instituições escolares primárias que reuniam, em um mesmo prédio, crianças e professores regidos pela figura de um diretor que administrava a unidade escolar ensejando, ao mesmo tempo, a organização do ensino seriado, aspecto também pontuado por Faria Filho (2002, p. 31):

> A constituição dos grupos escolares como espaços próprios da e para a instrução primária possibilitou, também, uma nova organização escolar e a institucionalização de um curso primário no Brasil [...] os grupos escolares, com suas diversas salas de aulas, permitiram que de fato, fosse colocado em prática o ensino simultâneo, ou seja, foi possível que, por meio da seriação, um professor desse aula para alunos no mesmo nível, da mesma série.

Esse modelo de escola foi espalhado para outros estados do Brasil: Maranhão e Paraná (1903), Minas Gerais (1906), Rio Grande do Norte e Espírito Santo (1908), Mato Grosso (1910), Paraíba (1911), Santa Catarina (1911), Sergipe (1916), Goiás (1918), Piauí (1922),

com o intuito de fortalecimento do regime e para o "progresso" do país Vidal (2006). A esse respeito, a historiadora Rosa Fátima de Souza (1998, p. 20-21) também teceu considerações:

> trata-se de um modelo de organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da universalização da educação popular. Ao implantá-los [grupos escolares], políticos, intelectuais e educadores paulistas almejavam modernizar a educação e elevar o país ao patamar dos países mais desenvolvidos.

O sistema escolar anterior à República, criticado por diversos setores da sociedade, deu lugar as instituições de educação pública, a novos métodos de ensino e inovações pedagógicas baseadas nas reformas da educação primária dos países europeus e dos Estados Unidos[8], com vistas à modernização da sociedade brasileira. Dessa forma, os grupos escolares foram importantes naquele contexto histórico, não apenas como um instrumento de legitimação do governo vigente, mas como uma organização pedagógica que permanece até os dias de hoje nas escolas de ensino elementar do país.

2.2 A implantação dos grupos escolares em Mato Grosso

Diante das mudanças ocorridas em nível nacional, o Estado de Mato Grosso, influenciado pelos ideais republicanos propagados por estados como São Paulo, Minas Gerais Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, também almejavam o "progresso". As elites mato-grossenses, representadas pelas oligarquias do norte e do sul do estado, realçavam a educação como meio essencial para o "progresso" e para a modernidade, por meio das conferências pedagógicas, cujo destaque era dado para mostrar que os países mais desenvolvidos chegaram a tal patamar graças ao grande número de escolas em funcionamento.

O escritor Gervázio Leite, um dos pioneiros na escrita sobre a história da educação mato-grossense, em seu livro "Um século de instrução pública", datado de 1971, deixa clara a esperança depositada na educação por meio da fala do presidente de Estado: "[...] o único

[8] Rosa Fátima de Souza (1998, p. 22), na obra "O legado educacional do século XIX", ressalta que a moderna organização da escola primária tornou-se um modelo cultural adotado em vários países [...] A generalização desse modelo foi rápida e sua universalização situa a escola elementar no centro dos processos de transformação social e cultural que atingiram todo o ocidente nos séculos XIX e XX.

meio de salvar a nova geração brasileira, a geração de nossos filhos, do contágio da lepra moral que lavra pelo país, é educa-lá [...]" (LEITE, 1971, p. 112).

Mato Grosso inseriu-se no projeto nacional por meio da modernização das cidades, da urbanização, da oferta de serviços de encanamento de água, iluminação, construção de estradas, ferrovias, ponte, educação e saúde, itens essenciais para o desenvolvimento do estado (OLIVEIRA, 2006).

Mara Regina Martins Jacomeli (1998), em sua dissertação "A instrução pública primária em Mato Grosso na primeira República: 1891-1927", ao abordar questões relacionadas ao estado, observa que o contexto político de Mato Grosso estava atrelado aos interesses dos poderes locais, cuja influência alcançava os distintos setores da economia e da sociedade, ainda mais diante das mudanças ocorridas na diversificação de produtos. A atividade criatória, que até então se mantinha sob o poder hegemônico dos chefes locais, passou a perder espaço para investidores ligados à exploração da erva-mate, da borracha, à industrialização da carne (charqueadas) e à fabricação do açúcar.

Na alvorada da República, assim como nas demais regiões brasileiras, também em Mato Grosso imperavam os resquícios da herança monárquica do Império, composto por duas oligarquias: a oligarquia do norte, representada pelos senhores de engenho, transformados em usineiros de açúcar, e a oligarquia do sul, representada pelos grandes pecuaristas e comerciantes que se dedicavam à exportação de produtos, principalmente, de erva mate. Esses oligarcas eram, portanto, os mandatários do estado e influenciavam todos os setores da sociedade, conforme evidenciou o historiador Valmir Batista Corrêa (1985, p. 54):

> Os *coronéis* em Mato Grosso, cujas bases econômicas podiam, então, provir tanto da grande propriedade rural, como de um patrimônio urbano (*coronéis* pecuaristas, usineiros, agricultores, comerciantes grandes ou pequenos, etc.), exerciam o poder de decisão efetivamente a nível *[sic]* local ou estadual, mantendo o controle dos empregos públicos e outros privilégios econômicos e sociais, e dispunham também de uma grande capacidade de mobilização, sob seu comando direto. Dessa forma, constituíram-se, de fato, nos verdadeiros *mandões de aldea* [...], (grifo do autor).

As duas oligarquias coronelistas, sul e norte, deram o tom do poder mato-grossense nos anos iniciais da República, caracterizado pela disputa política na região. O sul e o norte travaram diversos embates, até mesmo armados, para alcançar a presidência do estado. Corrêa (1985) considera a história do Mato Grosso, nas primeiras décadas da República, como a história de um povo armado, dos coronéis e dos bandidos. Na perspectiva deste historiador,

nessa época aprofundaram-se as raízes do separatismo, que se concretizou décadas depois, dando origem aos novos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul[9].

> O advento da República não trouxe para Mato Grosso mudanças substanciais que pudessem modificar as relações econômicas da região e caracterizar uma nova situação em relação à violência e ao banditismo ali existentes. Na realidade, a nova ordem política veio tão somente consolidar uma situação pré-existente no cenário de lutas pelo poder de mando em nível local e regional, intensificando o clima de violência e abrindo maior espaço à atuação declarada do coronelismo [...] (CORRÊA, 1985, p. 31).

As lutas armadas que ocorriam, tanto na capital quanto no interior do estado, abalavam o setor econômico e educacional do Mato Grosso. Corrêa (1985) enfatiza que a região mato-grossense passou a ser conhecida como terra sem lei, visto que entre os anos de 1900 a 1922 ocorreram dezenove conflitos armados em diversas regiões do estado, muitos deles envolvendo a parte do sul.

Esses conflitos geravam medo na população mato-grossense e afetavam seriamente a educação, que já era problemática. Em alguns municípios, chegavam a suspender as aulas, como ocorreu no Grupo Escolar de Poconé.

> É verdadeiro desprazer que assinalo a V. Exa. o irrisório resultado que foi possível obter neste ano, devido certamente a causa diversa, entre as quais, avulta a longo período anormal porque passou a cidade [...] (RELATÓRIO DO G.E DE POCONÉ, 1916 apud SÁ, 2007, p. 83).

As turbulências políticas, as lutas armadas, a falta de população em diversas localidades, a dificuldade de acesso, pela ausência de estradas, a falta de comunicação e a pobreza das famílias do interior tornavam inviável qualquer projeto educacional para o Mato Grosso (SÁ, SÁ, 2011, p. 29).

2.2.1 Os grupos escolares em Mato Grosso

O cenário educacional do Mato Grosso, no que se refere ao ensino público estadual, herdado desde o período imperial, era extremamente adverso. Havia carências de toda ordem. Faltavam professores habilitados, materiais escolares, prédios adequados e, principalmente, clientela, quase sempre ausente. Leite (1971) enfatiza que entre os anos de 1896 e 1910, o

[9] O Estado do Mato Grosso do Sul foi criado por meio da Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977, e instalado em 1 de janeiro de 1979.

ensino mato-grossense continuava descuidado e incerto, e as autoridades responsáveis pela instrução demonstravam tais dificuldades:

> [...] Não há dúvidas que muito importa à difusão do ensino a multiplicação das escolas; mas é preciso também que elas não se tornem meras sinecuras para os seus professores, por falta de frequência, burlando-se assim o intuito do governo, com inútil gravame para os cofres públicos [...] (MENSAGEM DO PRESIDENTE ANTÔNIO CESÁRIO DE FIGUEIREDO apud LEITE, 1971, p. 111).

Sá e Reis (2006, p. 26), ao relatarem a situação da educação primária em Mato Grosso, enfatizam que as escolas eram confundidas com as residências urbanas cuiabanas, pois até o final do século 19, nenhum prédio havia sido erguido para abrigar uma escola. Nesse caso, o ensino ocorria em antigas residências, em casas alugadas ou muitas vezes nas próprias casas dos professores. Dessa maneira, o ensino público mato-grossense iniciou-se como uma extensão do ensino doméstico, antes com a figura do pai, depois representado pelo professor.

As reformas educacionais incidiram não só na questão da organização do ensino, mas também na construção de instituições escolares. Os discursos a favor da modernização mato-grossense passavam pelos ideais de uma escola moderna em seus métodos, professores e estrutura arquitetônica. Mato Grosso queria entrar para o rol dos estados mais desenvolvidos do país, e somente conseguiria por meio de uma educação pública que resolvesse o problema do analfabetismo que, segundo os preceitos positivistas, atrasava o estado.

Com o poder estadual, responsável pela instrução, prerrogativa da constituição brasileira de 1881, a criação de instituições escolares, principalmente dos grupos escolares, passava a ser primordial para a erradicação do analfabetismo da população mato-grossense, na esperança de promover o "progresso" social do estado e da nação. Sobre a instrução pública, Genero Paes Lemes de Souza Ponce, Presidente do Estado, relatou à Assembleia Legislativa:

> Este [instrução pública] é um dos ramos da administração que mais se impõem ao vosso cuidado e solicitude, pela absoluta dependência que delle tem o futuro dos povos. Promover, portanto, o seu melhoramento progressivo, a sua propagação a todos os que carecem desse pão do espírito, tão necessário é a vida moral como é para a physica o pão material, é dever rigoroso de todo governo que se compenetrar de sua alta missão e graves responsabilidades (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1908, p. 18).

As reformas da instrução ocorreram inicialmente em 1881, a partir da elaboração do primeiro Regulamento da Instrução Pública do Estado do Mato Grosso. Nele, estabeleceu-se

normas para o ensino primário e secundário, cujo eixo baseava-se no ensino leigo, gratuito e obrigatório[10]. Em 1886, outro regulamento foi criado, com perfil diferente do de 1881:

> adotou a obrigatoriedade apenas para o ensino primário elementar, portanto apenas para o nível da instrução pública primária, tal disposição aproximou-se daquela adotada pelo Estado de São Paulo (JACOMELI, 1998, p. 87).

No entanto, as duas reformas deram-se em meio a instabilidades políticas, por causa dos confrontos entre os coronéis da região. Essa circunstância comprometeu a aplicação efetiva de vários artigos da lei por parte das instituições escolares, como no caso do programa escolar e o uso do método intuitivo.

Passadas as instabilidades políticas caracterizadas pelos confrontos entre as oligarquias do sul e do norte, e com a melhora na captação dos cofres públicos em razão do alto preço a que passara a comercialização de borracha, ocorreu efetivamente a reorganização do ensino primário por meio da Reforma da Instrução Primária de Mato Grosso, em 1910.

Denominada por Marcílio (1963, p. 129) como "Revolução do Ensino", o Presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa (1908-1911), quatro dias após assumir o governo, por meio da resolução n. 508, de 16 de outubro de 1908, criou diversas escolas primárias (na capital, em Livramento, Santo Antonio, Rosário, Poconé, Coxim e Aquidauana) e autorizou o governo a organizar três grupos escolares, sendo dois para o distrito da capital e um para a cidade de Corumbá. No entanto, essa resolução só foi regulamentada e colocada em prática no ano de 1910, por meio do Decreto n. 258.

As iniciativas ocorreram, primeiramente, à formação dos professores, concomitantemente com a criação da Escola Modelo "Barão de Melgaço", na capital do estado, Cuiabá, representada, nas considerações de Sá e Reis, pela reorientação pedagógica em sua dupla função:

> [Primeira] lecionar as primeiras letras aos alunos do ensino primário e [segunda] destinar-se à prática pedagógica obrigatória para os alunos do 2º e 3º normais, além de servir como 'espelho' para os demais grupos escolares (SÁ, REIS, 2006, p. 43).

Dessa maneira, as iniciativas na instrução tornaram-se efetivas após o ano de 1910; o Presidente de Estado, Pedro Celestino, autorizou que fossem criadas escolas nas quais pudessem provar que existiam no mínimo vinte alunos; no Regulamento da Instrução Primária, de 1910, estabeleceu que o ensino fosse leigo, fornecido a todos os indivíduos de

[10] Para saber mais sobre as Reformas da Instrução de 1981 e 1986, ver Jacomeli (1998).

ambos os sexos, sem distinção de classe e obrigatório para as crianças de 7 a 10 anos de idade. Assim, o ensino

> nessas escolas seria 'tão intuitivo e prático quanto possível, devendo o professor partir sempre, em suas relações, do conhecido e do concreto para o abstrato, abstendo-se, outrossim, de perpetuar a inteligência da criança, com o estudo prematuro de regras e definições, mas antes esforçando-se para que seus alunos, sem fatigarem, tomem interesse pelos assuntos de que houver de tratar em cada lição (apud MARCÍLIO, 1963, p. 132).

As modalidades de escolas primárias que atendiam às crianças mato-grossenses na República tinham três classificações: 1) as escolas singulares (estaduais, municipais e particulares), 2) as escolas reunidas e 3) os grupos escolares. Porém, consideramos que o "chamariz" da educação na consolidação do regime republicano foi pelos grupos escolares; esse modelo de escola era considerado o símbolo ideal da renovação pedagógica que Mato Grosso tanto precisava. Criados com a função de resolver os problemas educacionais dos municípios mais prósperos da época, serviram como

> [...] pólos irradiadores de um movimento de modernização da educação primária no estado: este motivo aliado ao alto custo de sua instalação e manutenção, fez com que os mesmos fossem criados apenas nas cidades econômica, populacional e culturalmente mais significativas de Mato Grosso [...] (STEIN; BRITO, 2006, p. 3).

As cidades mais prósperas da época de 1910 no estado do Mato Grosso, em termos populacionais e econômicos, eram Cuiabá, Cáceres, Poconé, Rosário do Oeste, Corumbá e Campo Grande, por isso, foram os primeiros locais a receberem os grupos escolares mato-grossenses. No quadro 8, visualizamos os GE criados entre 1910 e 1912 nas referidas localidades.

Quadro 8 – Grupos escolares criados entre os anos de 1910 e 1912

Nome	Cidade	Ano
Escola Modelo Barão de Melgaço	Cuiabá – 1º Distrito	1910
Grupo Escolar Senador Azevedo	Cuiabá – 1º Distrito	1910
Grupo Escolar Dom Pedro II	Cuiabá – 2º Distrito	1912
Grupo Escolar General Caetano de Albuquerque	Poconé	1912
Grupo Escolar Costa Marques (Esperidião Marques)	São Luiz de Cáceres	1912
Grupo Escolar Esperidião Marques	Rosário do Oeste	1912
Grupo Escolar Luiz de Albuquerque	Corumbá	1912
Grupo Escolar Dr. Joaquim Murtinho	Campo Grande	1912

Fonte: MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ESTADO – 1912.

No quadro 8, vemos os primeiros grupos escolares criados em Mato Grosso. Foram três para a capital e o restante para o interior do estado. Sabemos da importância que

desempenharam os grupos escolares nessas localidades em razão da política de modernização e progresso do estado, por meio da implantação desse tipo de instituição escolar.

Oliveira (2009) enfatiza que os grupos escolares foram criados a partir da reunião de escolas isoladas e agrupadas por estarem próximas. Estas escolas ficavam a cargo de uma única direção, organizadas em classes seriadas e acompanhava uma sequência de conteúdos que favorecia o controle do processo pedagógico e diminuía os gastos com relação aos utensílios, materiais e o uso dos prédios escolares.

> A criação dos grupos escolares surgiu no interior do projeto político republicano de reforma social e de difusão da cultura popular. Denominado inicialmente de escolas 'graduadas, seriadas ou centrais', esse modelo pressupunha um sistema de ensino mais ordenado e de caráter estatal, com um programa enciclopédico, de acesso obrigatório e universalizado. (REIS; SÁ, 2006, p. 41).

Nesse sentido, uma nova sistematização de escola foi iniciada no período republicano, com diferenças na estrutura física, nas relações humanas entre os sujeitos escolares. O ensino assentava-se na racionalidade científica, divisão do trabalho do professor, diretor, aluno, porteiro e outros membros da comunidade escolar. Ou seja, os grupos escolares que configuraram o ensino primário mato-grossense tinham o perfil fundado, "[...] no reforço à autoridade e na divisão de responsabilidades, esperou-se o esforço para instruir a população [...]" (REIS, SÁ, 2006, p. 39).

Na figura 3, é possível visualizar a localização dos grupos escolares no antigo Mato Grosso até os anos de 1927:

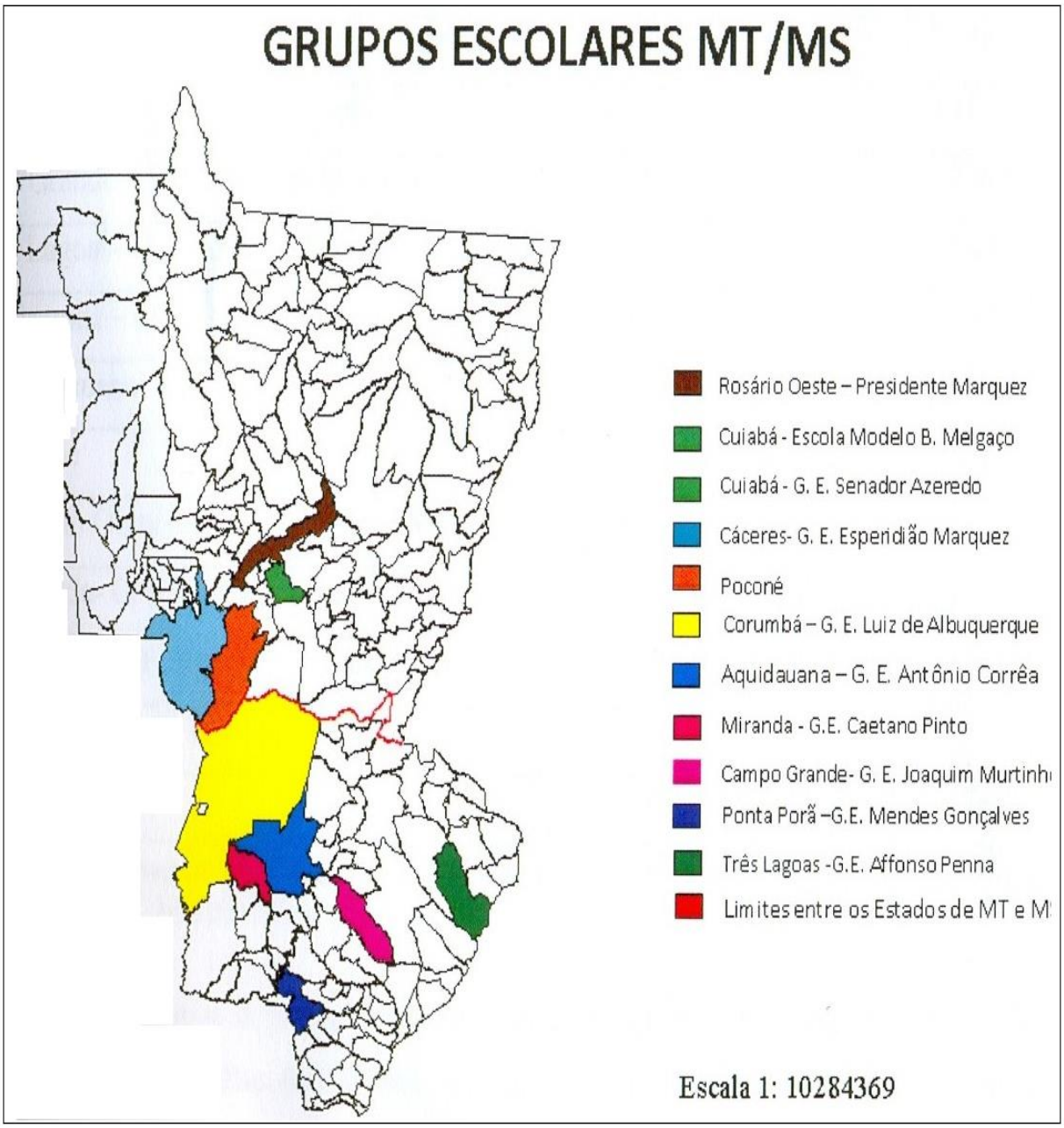

Figura 3 – Distribuição dos grupos escolares em Mato Grosso e no atual Mato Grosso do Sul até 1927.
Fonte: Trevizan (2011)

Na figura 3 é possível visualizar a expansão da criação dos grupos escolares. Até o ano de 1912 tinham sido criados oito, em 1927 aumentaram para 12, o que nos leva a constatar que os grupos começaram a aumentar em direção às localidades mais longes da capital; uma delas é o município de Três Lagoas, que ficava a mais de mil quilômetros de distância da capital.

Normatizados pelo Regulamento de 1910 e organizados pelo Regimento Interno, os grupos escolares eram criados a partir das escolas avulsas ou isoladas. Se houvesse no

mínimo três e no máximo seis escolas num perímetro de até dois quilômetros quadrados da escola, o governo poderia agrupá-las e fazê-las funcionarem em um só prédio.

Em cada grupo teria um diretor, um professor auxiliar para cada classe, um porteiro e dois serventes. Havia a divisão entre os sexos, sendo quatro classes para os meninos e quatro para as meninas, com no mínimo 16 e no máximo 45 alunos; o ensino iniciaria aos sete anos, com duração de quatro anos. Com relação aos professores, estes deveriam ter sua formação habilitada pela Escola Normal, serem nomeados de acordo com as normas regulamentares, que determinavam o concurso realizado pela Diretoria Geral da Instrução. (MATO GROSSO, art. 15, 39, 41e 121, 1910).

Para implantar esse ideário, em 1910, o estado do Mato Grosso buscou em São Paulo, primeiramente, dois normalistas: Leowigildo Martins e Gustavo Kulhmann. Logo que chegaram, assumiram a Reforma Educacional do Ensino Primário, que determinou a criação da Escola Normal e os dois grupos escolares da capital. Leowigildo Martins foi nomeado diretor da Escola Normal e Modelo (Grupo Escolar do 1º Distrito de Cuiabá) e Gustavo Kulhmann assumiu o cargo de diretor do Grupo Escolar do 2º Distrito (REIS; SÁ, 2006). Ambos foram defensores da educação como mola propulsora do "progresso" social e a escola como templo do saber. Essa postura ética de Kulhmann evidencia-se no Jornal "A Reação", de 24 de novembro de 1912, quando ele publicou "Patriotismo", versos apologéticos à nação:

> Ninguém pode ser mais, do que eu sou, patriota!
> Ninguém, ao seu país, maior afeto, vota!
> Amo este berço meu, e com sinceridade:
> À terra onde nasci, toda a minha amizade;
> Por ela, trabalhar em prol do progresso,
> Para torná-la grande, é meu desejo expresso:
> Quero vê-la feliz, altiva, inteligente,
> Toda cheia de luz, esplendorosamente
> Caminhando a sorrir na paz e na aventura.
> Avante, sempre avante! Imensa, nobre e pura!...
> Sou patriota sim! Ninguém mais pode sê-lo!
> Ninguém com mais ardor, ninguém com mais desvelo (Jornal A Reação, 1912).

A visão "otimista" em relação à implantação dos grupos escolares com objetivo de ensinar as primeiras letras às crianças mato-grossenses não aconteceu facilmente. Stein e Brito (2006) afirmam que a política de ampliação das práticas educativas por meio dos grupos não ocorreu de forma linear no Estado do Mato Grosso. Um fato que comprova esta afirmação foi a demora nas instalações do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, mencionado na resolução n. 508 de 1908. Esta instituição somente passou a funcionar no ano de 1924, fato

que também se repetiu com o Grupo Escolar de Joaquim Murtinho, de Campo Grande, autorizado desde 1912, mas cuja instalação só ocorreu em 1922.

Dessa maneira, o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, citado pelo Presidente do Estado, Pedro Celestino, entre os três grupos escolares para serem organizados a partir do ano de 1908, foi criado apenas no ano de 1912, pelo Decreto n. 297, em 17 de janeiro, e instalado em 10 de março de 1924.

O prédio monumental está localizado no município de Corumbá, no sul do antigo estado do Mato Grosso (atualmente Mato Grosso do Sul), fronteira com a Bolívia. Foi construído no centro da cidade, com sua arquitetura característica da época de inspiração neoclássica francesa, semelhante ao Palácio da Instrução[11], construído na cidade de Cuiabá/MT na década de 1910. Na figura 4, observamos a atual fotografia do prédio, que entre anos de 1924 e 1981 abrigou o grupo escolar.

Figura 4 – Prédio do antigo Grupo Escolar Luiz de Albuquerque/Atual ILA - 2011
Fonte: Acervo pessoal, 2012

O Grupo Escolar foi criado em Corumbá por ser este município considerado, na época, uma localidade de maior importância no desenvolvimento econômico do estado. No início do século 20, era o principal entreposto comercial do Estado; sua localização frente ao Rio

[11]Palácio da Instrução foi a Escola Modelo "Barão de Melgaço" que serviu de "oficina pedagógica" para os alunos da Escola Normal da Capital e referencia para as demais escolas primárias do estado (SÁ, REIS, 2006).

Paraguai proporcionou a instalação de casas comerciais que estabeleciam comércio com o Centro-Sul, as regiões platinas e a Europa (BRITO, 2001).

Os estudos realizados por Sena e Brito (2005, 2006, 2007) trouxeram valiosa contribuição para a composição da presente dissertação, oferecendo preciosas informações. Uma de suas publicações ressaltou a importância que o grupo representava para a sociedade, como ícone da educação corumbaense, de modernização cultural e local que abrigava o saber.

A grandiosidade do edifício, destacado por Sena e Brito, evidencia-se na fala do Interventor Geral de Corumbá, Cyríaco Félix de Toledo, o qual não mediu palavras para expressar sua satisfação pela existência do grupo e por Pedro Celestino Corrêa, o Presidente que realizou este feito.

> É com a mais justa satisfação que deixo nas presentes linhas a magnifica impressão que experimentei ao visitar, hoje, o Grupo Escolar desta cidade, sob a competente direção do Sr. José de Souza Damy. *A ordem, a disciplina e o asseio que observei em todas as classes, associados à dedicação, ao methodo,* com que não só o Sr. Director como as intlligentes professoras desempenharam as suas arduas funções, dão bem a ideia de possuir Corumbá um estabelecimento de ensino na altura das suas necessidades. Tudo isso bem justifica e compensa os sacrifícios com que luctou o benemérito Governo actual *para concluir as obras do magestoso edifício que se ostenta com um attestado vivo da nossa cultura, da nossa virilidade*. Deixo, pois, aqui, enthusiastica felicitação ao Sr. Director e às suas dignas auxiliares, e um voto gratidão da população de Corumbá ao abenegado patriota que tanto se esforçou por satisfazer das suas mais justas aspirações: Excelentíssimo Sr. Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa (MATO GROSSO, 1924), (grifos nossos).

A fala do Interventor Geral de Corumbá representa os mesmos anseios por qual passava a sociedade mato-grossense perante os grupos escolares, símbolo da renovação pedagógica para a modernização da escola pública e de importância ímpar para a formação do cidadão republicano. O Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, conforme Brito e Sena (2006, p. 20) permaneceu por mais de trinta anos como única escola agrupada pública na cidade, tornando-se um ícone da educação primária corumbaense.

CAPÍTULO III

A CIDADE E A ESCOLA: O GRUPO ESCOLAR LUIZ DE ALBUQUERQUE EM CORUMBÁ/MT

> *Somos muitos os que ainda se recordam do grupo escolar: ex-alunos, professores, diretores, funcionários, pais de alunos e muitas gerações da sociedade brasileira. Como esquecer esse universo peculiar, essa organização que aprisionou a nossa infância numa rede de repressão, deslumbramento e descobertas de conhecimentos, códigos, símbolos, normas valores, disciplina? Como esquecer esse espaço do exercício profissional do magistério? (SOUZA, 1998, p. 15).*

Neste capítulo, contextualizamos nossa pesquisa, apresentando a cidade de Corumbá, sua história e importância para Mato Grosso. Em continuidade ao propósito do presente trabalho, abordamos o ensino primário no âmbito do referido município com o objetivo de perceber a institucionalização do ensino primário público. Tratamos, ainda do quantitativo de instituições que ofereciam ensino primário à população corumbaense.

3.1 A cidade de Corumbá

Corumbá foi fundada no século 18 pela iniciativa da Coroa Portuguesa, com o objetivo de povoar e ocupar a fronteira Oeste do Brasil frente às invasões estrangeiras. Estrategicamente localizada entre o Forte Coimbra e Cuiabá, foi elevada a categoria de cidade em 15 de novembro de 1878 pela lei n. 525, e está localizada no noroeste do Estado do Mato Grosso do Sul, às margens do Rio Paraguai, fronteira oeste com a Bolívia. Atualmente, residem nela 103.703 habitantes (IBGE, 2010), sendo considerada a terceira maior cidade do Estado em termos populacionais (figura 5).

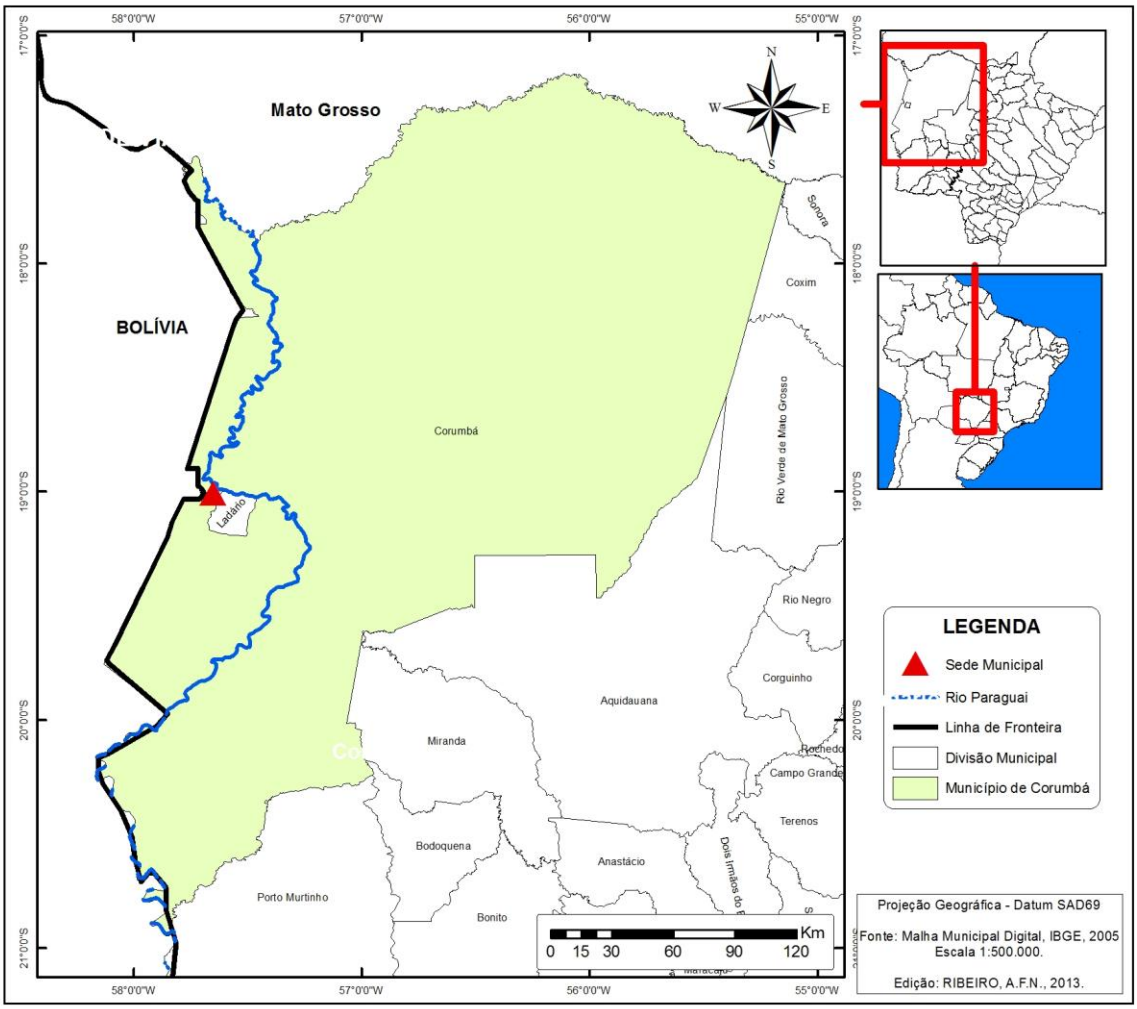

Figura 5 – Localização do município de Corumbá
Fonte: RIBEIRO, 2013

Historicamente, a origem do município advém de um povoado denominado Albuquerque. O Capitão Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, com o propósito de implantar núcleos militares que assegurassem a defesa do território, criou diversos povoados, dentre eles, Albuquerque, localizado a 130 metros de altitude, sobre a formação calcária, à margem direita do Rio Paraguai, em 21 de setembro de 1778.

> Ao lado de Cuiabá e Vila Bela, Corumbá forma a tríade respeitável das cidades de mais rico manancial histórico de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul [...] Na grande área geográfica, com vértices apoiados nas imediações dos paralelos de 15º, ao setentrião, e nas de 21º, ao meio-dia, nas dos meridianos de 50º e de 60WGr., desenrolam-se os acontecimentos mais notáveis dos fatos mato-grossenses, desde o descobrimento fortuito por Moreira Cabral do ouro de Coxipó até as fundações políticas e militares de Rolim de Moura e Luís de Albuquerque (SOUZA, s/d, p. 5).

Ao passar pela Capitania de Mato, Grosso no ano de 1800, o Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra registrou que a povoação de Albuquerque apresentava “dez legoas em cada

lado, formando um motuoso sólido quadrado, coberto de densa e alta mataria [...]". A população calculada na época não passava de 200 habitantes (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRIO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1840, p. 34).

Claudemira Azevedo Ito, em seu livro intitulado "Corumbá: o espaço por meio do tempo", editado em 2000, em que trata a história de Corumbá, registrou sobre a cidade:

> Na primeira planta de Corumbá, em 1789, nota-se a preocupação de assegurar a proteção do núcleo e da sua organização nos moldes militares. Nessa época, a população oscilava de 150 a 200 pessoas. FONSECA, apresentou os seguintes dados sobre a população de Corumbá no ano de 1791: 1 oficial, 12 soldados, 6 crianças brancas, 50 índios, 9 escravos, 11 mulheres, 62 índias e 2 escravas, totalizando então 157 pessoas (ITO, 2000, p. 65).

Com o decreto imperial de 11 de abril de 1853, Corumbá se fortaleceu com a habilitação do seu porto para o comércio e com a criação da mesa de rendas, a qual contribuiu para seu efetivo desenvolvimento econômico e urbano. Em 1856, com a abertura da navegação no Rio Paraguai, diversos comerciantes, atraídos pela busca de novos negócios, instalaram várias empresas com a intenção de comprar e vender mercadorias. Os produtos que entravam no porto vinham de países estrangeiros como Alemanha, Inglaterra, França, Portugal, Itália, Bélgica e Áustria.

Ao longo dos tempos, o povoado prosperava com a instalação da Alfândega. No ano de 1861, a região atraia ou então os imigrantes eram atraídos pelas oportunidades oferecidas pela região portuária. Desse modo, a população aumentava. Em 1862, já havia sido elevada a categoria de vila; era habitada por cerca de 1000 habitantes e, em 1864, quase 2000.

> A vila, tomava ares de cidade desde 1859, quando o almirante De Lamare, então presidente da Província de Mato Grosso, prevendo um futuro promissor para o povoado, mandou demarcar as ruas, desenhar sua planta, onde constava lugar para edifícios públicos e praças (ITO, 2000, p. 67).

A situação econômica de Corumbá mudaria com a Guerra do Paraguai (1865-1870), em razão da invasão do território sul-mato-grossense, em 1865, e da proibição da navegação pelo rio Paraguai, desarticulando todo comércio da região. Nessa fase, as atividades urbanas desapareceram, as plantações foram destruídas e os poucos moradores que permaneceram sofreram com o saque, a fome e as doenças (ITO, 2000).

A desocupação aconteceu dois anos depois, em 13 de junho de 1867, quando então foi iniciada a reconstrução do comércio por meio da liberação do porto para a entrada de navios e a chegada de migrantes e imigrantes à procura de bons negócios.

Com o comércio em expansão, o crescimento urbano é retomado. Por meio da planta de Corumbá, de 1875, é possível perceber os anseios de De Lamare na organização espacial pensada em anos anteriores. Construída como num tabuleiro de xadrez, não havia becos e nem vielas, todas as ruas eram paralelas e perpendiculares ao Rio Paraguai (figura 6).

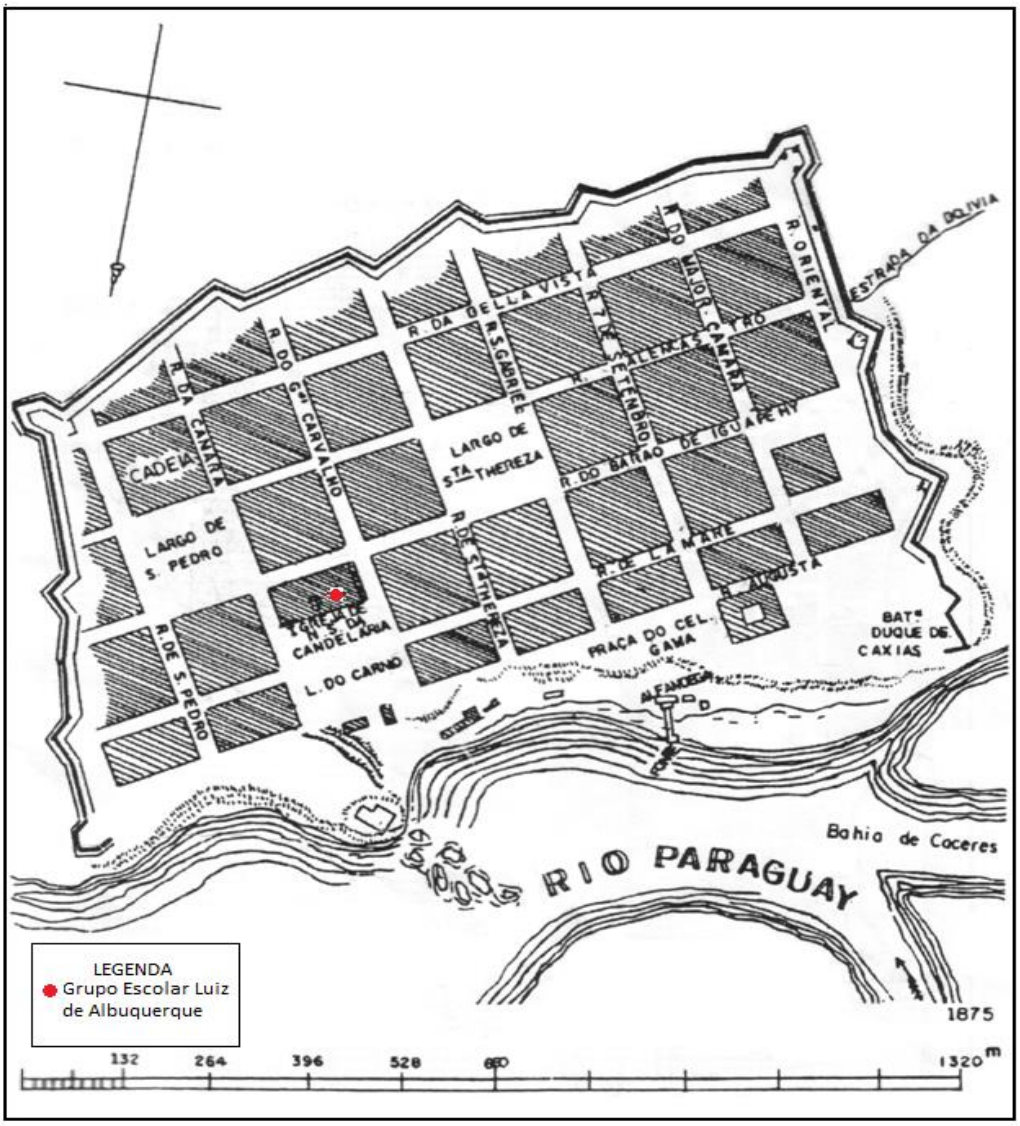

Figura 6 – Planta do município de Corumbá – 1875
Fonte: (FONSECA s/d, apud CANCIAN, p. 263)

A historiadora Elaine Cancian (2005, p. 168), ao explicar a divisão espacial da cidade de Corumbá em "cidade baixa" e "cidade alta", registrou os espaços ocupados pelos comerciantes voltados ao comércio de importação e exportação.

> A parte baixa do terreno, separada naturalmente da área alta pela elevação de pedras, teve seu plano ocupado pelos fortes de Santo Antônio, São Francisco e Caxias. Limitadas pelo rio e pela barranca, as construções, na sua maioria, foram elevadas em estilo eclético com os recursos dos comerciantes. Foram, portanto, as casas comerciais que representaram o trabalho de importação e de exportação de mercadorias pelos negociantes estrangeiros.

Em continuidade à explicação, registrou ainda:

> Pela aproximação do rio, a cidade baixa favoreceu a edificação e a permanência das casas de negócios e de edifícios públicos, como a Alfândega. Na parte alta, os habitantes serviram- se dos terrenos para construir suas lojas, consultórios, hospital, igrejas, praças e as moradas. A ligação entre a cidade baixa e alta foi obtida por meio da abertura de ladeiras, como a ladeira da Candelária, atualmente denominada 'Cunha e Cruz', que dá acesso ao porto e ao rio Paraguai (CANCIAN, 2005, p. 168-69).

Com a retomada da navegação no Rio Paraguai, Corumbá tornou-se novamente um dos centros comerciais de maior importância de Mato Grosso. O porto passou a ser o principal entreposto comercial do oeste brasileiro. A cidade se desenvolveu ligada diretamente às exportações e importações de mercadorias. A historiadora sul-mato-grossense Maria do Carmo Brazil (1999), na obra "Rio Paraguai: o "mar inteiro" brasileiro", ao abordar o rio Paraguai, destaca:

> A navegação inaugurou uma atividade mercantil em escala internacional, ensejando a relação direta e dinâmica entre a província mato-grossense e os centros comerciais dos países do Prata e da Europa (BRAZIL, 1999, p. 217).

As mercadorias entravam no Brasil vindas de Montevidéu e Buenos Aires e eram enviadas até o Paraguai, Porto Murtinho, Corumbá, Bolívia e Cuiabá. Eram produtos como: gasolina em lata, sal, papelaria, ferro de engomar, manteiga, vinhos, moinho para café, parafusos, escovas, cerveja, querosene, cimento, feijão, móveis, chapéu de sol, massas alimentícias, banha de porco, sapatos, roupas, doces, colchões de palha e outras (CANCIAN, 2005, p. 104).

As exportações para outros países da Europa, além da Argentina e do Uruguai, consistiam no gado vacum e seus subprodutos (couros, ossos, sebos), pele de onça, pena de garças, produtos do extrativismo mineral e vegetal (cal, manganês, borracha, erva-mate) e mercadorias de outras regiões mato-grossenses (CANCIAN, 2005).

É importante esclarecer que apenas em Corumbá a navegação era internacional; ao norte do estado de Mato Grosso só poderiam circular navios brasileiros, e dessa forma, as mercadorias vinham da Europa, do Rio de Janeiro e de países platinos, chegavam ao porto corumbaense e eram novamente transportadas em outras embarcações para abastecer as cidades de Cuiabá, Cáceres, Poconé, Coxim e outras. Gilberto Luiz Alves (2003, p. 69), no livro "Mato Grosso do Sul: o universal e o singular", corrobora nossas afirmações:

> Todas as regiões cujo acesso demandava o trânsito por Corumbá, a esta se subordinaram economicamente. Enquanto grande entreposto comercial, que abastecia todo o norte e grande parte do sul mato-grossense, a cidade

> colocou até mesmo Cuiabá sob a órbita de influência. Os depósitos das casas comerciais corumbaenses eram essenciais para comerciantes do norte, na medida em que se situavam no último porto onde atracavam navios de médio calado. As mercadorias transportadas deveriam ser descarregadas, então, depositadas e transferidas, posteriormente, para embarcações de pequeno calado.

No final do século 19 e início do 20, o comércio corumbaense era quase que exclusivamente realizado por estrangeiros europeus ou sul-americanos, que finda a guerra, instalaram-se e formaram a elite da cidade, impulsionando o crescimento urbano e econômico local e mato-grossense.

> Ao final do século XIX a população de Corumbá contava com cerca de 20 nacionalidades diferentes convivendo em torno de um intenso comércio regional e internacional. Eram franceses, italianos, portugueses, sírios, libaneses, paraguaios, macedônios, entre tantos outros. Suas atividades limítrofes estavam plenamente tomadas pela Bacia Platina, o que derivou o intercâmbio muito intenso com o Rio de Janeiro, além da Argentina, países da Europa e, também, obviamente, com o Paraguai (CANCIAN, 2005, p. 351).

Essa monopolização do comércio corumbaense começaria a mudar na primeira década do século 20, com a "[...] construção da ferrovia que ligou Campo Grande a Porto Esperança, localidade também situada às margens do rio Paraguai" (BRITO, 2001, p. 48). A economia do pantanal mato-grossense passou a ocorrer em torno da ferrovia, por meio da exportação de gado em pé e importação de mercadorias para o restante do país e para exterior; desenvolveram-se também as indústrias de charque (charqueadas). A navegação no rio Paraguai continuou, porém, apenas em nível regional, com a redistribuição de mercadorias trazidas pela via férrea e pela via fluvial.

A Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, fundada em 1904, incumbiu-se da tarefa de construir o primeiro trecho, iniciado na cidade de Bauru indo até Itapura, que depois foi aumentando até alcançar Porto Esperança, no ano de 1914. Isso representou uma desarticulação entre Corumbá e os países do Prata, pois com a ferrovia, as mercadorias eram transportadas do Estado de São Paulo para Mato Grosso, facilitando tanto o comércio entre Brasil, Bolívia e Paraguai, quanto a agilidade da comunicação entre os estados, sem necessariamente passar em territórios estrangeiros.

A estrada de ferro proporcionou uma maior acessibilidade e rapidez no transporte de mercadorias e de passageiros para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, "a viagem do Rio de Janeiro a Corumbá, que normalmente tomaria 30 dias, com a ferrovia reduziu-se a dois dias e meio [...]" (ITO, 2000, p. 80).

Dessa maneira, o eixo comercial entre Corumbá – Cuiabá foi desarticulado pela ferrovia, transformando a cidade de Campo Grande em principal entreposto comercial do Estado, ligando São Paulo ao Mato Grosso. As mercadorias saiam de São Paulo e eram transportadas pela estrada de ferro até Porto Esperança, daí enviadas até Corumbá, via Rio Paraguai. Do porto, as cargas eram escoadas para cidades mato-grossenses como Poconé, Cáceres e Cuiabá. Campo Grande, assim, tornou-se o centro de desenvolvimento dessa região mato-grossense.

> Na medida que a NOB estabeleceu o transporte de gado "em pé" para os frigoríficos da Grande São Paulo, as charqueadas entraram em recessão. Algumas, de pequeno capital, ainda tentaram sua manutenção, estabelecendo-se ao longo da ferrovia. Em suma, a imposição de uma nova divisão regional do trabalho estrangulou o incipiente processo de diversificação da produção de Mato Grosso, que passou a complementar a economia de São Paulo, produzindo gado de corte transportando-o pela NOB até abatedouros ou 'invernadas' de São Paulo (ITO, 2000, p. 83).

Alguns estudiosos destacam esse momento histórico como a "decadência" da economia corumbaense, em razão de a via férrea ter provocado a diminuição do movimento portuário da cidade. Entretanto, Brazil (2000), no texto "A cidade portuária e o Mito da Decadência", contrapõe a ideia de que a ferrovia gerou a crise econômica de Corumbá a ponto de conferir sua "decadência". A autora considera que este conceito foi propagado por estudiosos neopositivistas sul-mato-grossenses que utilizaram uma ideologia representada por Pierre Chaunu na obra *Historie et Dècadence*, de 1981, para explicar o fato da diminuição do porto na economia corumbaense, visão que ficou ultrapassada a partir de novos estudos sobre o desenvolvimento de Corumbá[12].

A partir de 1930, com as mudanças ocorridas na economia brasileira em função da crise que assolava todo o país, a região de Corumbá tornou-se importante novamente. Brito (2001, p. 48), ao abordar a história de Corumbá, destaca que o "ressurgimento" da região ocorreu em meados de 1940. Um desses fatos decorreu do corte do abastecimento de produtos importados vindos da Europa e do continente Americano, o que acarretou um "novo surto desenvolvimentista na região, com o surgimento de um pequeno, mas significativo – regionalmente falando – parque industrial" (BRITO, 2001, p. 48).

[12] Para saber mais sobre a Ferrovia Noroeste do Brasil ver Queiroz, Paulo Roberto Cimo. Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20. Campo Grande, MS: UFMS, 2004. 526p.

Os setores que se destacavam eram o da construção civil, com a exploração do manganês e do minério de ferro, e a alimentícia, com a criação bovina. Conforme dados do IBGE, no ano de 1940 existiam 38 estabelecimentos, passados dez anos, 49 indústrias (BRITO, 2001).

A construção do ramal ferroviário entre Corumbá e Santa Cruz de La Sierra, em 1938, e a instalação de indústrias siderúrgicas, como a Sociedade Brasileira de Mineração (SOBRAMIL), em 1944, contribuíram de forma incisiva para o desenvolvimento da região, promovendo o aumento populacional. Nesse período, foram atraídos muitos trabalhadores, principalmente bolivianos e paraguaios, além de nordestinos, os quais fixaram residência em Corumbá, imprimindo um caráter mais dinâmico à cidade.

Outro fator que colaborou como o aumento da população em Corumbá foi o deslocamento populacional da zona rural para a zona urbana. Com as mudanças ocorridas no setor pecuário, os descendentes dos pioneiros (advogados, médicos, engenheiros, agrônomos, veterinários) deixaram suas moradias no Pantanal e fixaram-se na cidade. Conforme dados do IBGE, em 1920 havia cerca de 19.547 habitantes, e em 1940, chegou ao número de 32.996; destes 34,7% moravam na zona urbana, 24,4% na suburbana e 40,9% na zona rural, o que demonstra um número maior de urbanização entre as cidades da região pantaneira, diferente da Capital, que contava 58,0% da sua população localizada ainda na zona rural (BRITO, 2001, p. 54-55).

Os fatores descritos até o momento permitiram a Corumbá sua recolocação na economia regional e proporcionaram a cidade uma reconfiguração, expandindo não só as questões sociais (transporte, saúde, saneamento básico e outros), como principalmente a educacional, assunto que trataremos adiante.

3.2 O ensino primário em Corumbá

Nas primeiras décadas da República, o ensino primário em Corumbá seguiu a mesma ordem ocorrida no estado em geral. Ministrado pelo grupo escolar e principalmente em escolas isoladas, julgava-se o ensino sempre precário pela falta de professores, de prédios, de verbas ou da pouca frequência nas instituições escolares. Essas questões são perceptíveis por

meio das mensagens presidenciais produzidas entre os anos de 1901 a 1924, as quais relatam a precariedade do ensino público mato-grossense.

> Infelizmente, não nos permitem os nossos recursos orçamentários dar a este assumpto e elasterio de elle é digno, já multiplicando as escolas primárias, já creando outros estabelecimento de educação e ensino; mas nem por isso devemos deixar de fazer o quanto pudermos para o melhoramento da instrucção [...] (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1908, p. 18).

> Nenhum ramo de serviço público está reclamado mais esforços e cuidado da parte da administração, para sair do seu estado actual, que é bem pouco satisfatório que a nossa instrução publica [...] o que ella exige [é] o melhor preparo dos professores [...] principalmente nas localidades do interior, onde é geralmente sensível a falta de bons professores [...] a falta de edificios proprios para a installação de todas as escolas [...] sem necessarias condições hygienicas e de capacidade [...] muitas dellas resentem-se ainda da falta de mobilia [...] a exiguidade dos vencimentos do professorado é ainda uma das coisas do desalento do ensino [...] (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1909, p. 12).

Percebemos, por meio das mensagens presidenciais, que os discursos estaduais vinham ao encontro dos nacionais na defesa da educação como mola propulsora do "progresso", porém, enquanto o estado de São Paulo já tinha implantado, no final da década de 1890, um ensino primário que atendesse a população em geral, Mato Grosso permanecia ainda no discurso, e as reformas da instrução pública primária de 1891, 1986 e 1910 foram barradas sempre pelas mesmas lamúrias: falta de professores, de verbas, de mobiliário, materiais didáticos, de prédios e outros.

O interesse efetivo por parte do governo estadual mato-grossense ocorreu após a década de 1910, primeiramente, em função da própria política do Presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, que ao assumir o cargo, criou diversas escolas em diferentes municípios. Outra razão foi o crescimento demográfico da população mato-grossense[13], o que acabou ocasionando o aumento do número de escolas isoladas em todo o estado, conforme dados do quadro 9.

[13] A população de Mato Grosso estimava-se em 1900: 118.025; 1920: 246.612; 1940: 193.625. Fonte: http://www.estatisticasmt.com.br.

Quadro 9 – Número de escolas isoladas em Mato Grosso de 1910-1924

Ano	Número de Escolas Isoladas
1910	98
1911	101
1912	92
1915	109
1919	142
1922	160
1923	156
1924	150

Fonte: MENSAGEM DE PRESIDENTE DO ESTADO; RELATÓRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1910, 1911, 1912, 1915, 1919, 1922, 1923, 1924

Embora as escolas isoladas não sejam objeto de análise deste trabalho, enfatizamos estas instituições por causa de sua importância na configuração da institucionalização do ensino primário, tanto em Mato Grosso, de um modo geral, quanto em Corumbá, especificamente. Sá (2007, p. 105) considera:

> Mesmo diante das críticas dos governantes e reformadores, a escola isolada, enquanto modalidade escolar, era a responsável pela educação de um número expressivo de crianças mato-grossenses em idade escolar, devido a vários fatores que a colocam em posição vantajosa em relação às outras instituições de ensino.

Os fatores salientados por Sá (2007) foram a gratuidade do ensino, com um maior alcance da população pobre, e a facilidade na abertura de uma escola isolada, pois no regulamento da Instrução Pública de 1910, era permitida a criação de escolas a partir de 20 alunos, com no máximo 60, sob a responsabilidade de um único professor. Isso favoreceu a aberturas desses tipos de instituições em várias cidades, freguesias, povoações e vilas. Outro fator era que o aluno poderia matricular-se em qualquer época do ano, facilitando o acesso à escolarização de um número maior de crianças, diferente do funcionamento dos grupos escolares, que exigiam um número elevado de alunos, eram localizados nos grandes centros urbanos e as matrículas tinham um calendário rigoroso.

Com relação à Corumbá, nas primeiras décadas do século 20, o município estava entre os três maiores em relação à quantidade de escolas isoladas estaduais, perdendo apenas para a capital, Cuiabá, e o município de Santo Antônio do Rio Abaixo. Isso denota a importância da cidade de Corumbá no contexto mato-grossense da época, fato que será corroborado nas décadas seguintes (1930 e 1940), em que o município continua na terceira posição, com a mudança apenas de Campo Grande para a segunda colocação.

O ensino primário corumbaense ocorria, basicamente, sob a responsabilidade do estado, por meio das escolas isoladas rurais e suburbanas[14]. O poder municipal era responsável pelas escolas urbanas e suburbanas, e as instituições particulares eram criadas tanto na área rural quanto na urbana. Para exemplificar essa situação, são apresentados, no quadro 10, os dados do número de escolas isoladas sob o poder estadual em Corumbá nos anos de 1910 a 1928:

Quadro 10 – Escolas isoladas estaduais em Corumbá 1910-1928

Ano	Número de Escolas Isoladas
1910	13
1911	13
1912	13
1915	11
1919	11
1922	11
1923	11
1924	6
1927	6
1928	7

Fonte: MENSAGENS DE PRESIDENTE DO ESTADO 1910-1928

O poder municipal pouco colaborou nestes anos: temos os dados de 1913 e 1919, com 5 escolas, e 1920, com 3. Entre as particulares, a média manteve-se em 2, com pico, em 1920, de 7 escolas sob sua responsabilidade. Após estes anos, os dados somente corroboram. Vejamos o quadro 11:

Quadro 11 – Total de escolas primárias, segundo a dependência administrativa em Corumbá 1931 – 1938

Ano	Escolas estaduais	Escolas municipais	Escolas particulares	Total
1931	8	4	9	21
1933	8	5	15	28
1934	10	5	13	28
1936	12	6	14	32
1938	12	5	11	28

Fonte: CORUMBÁ, RELATÓRIO, 1931; CORUMBÁ, RELATÓRIO, 1933; CORUMBÁ, RELATÓRIO, 1934; CORUMBÁ, 1936; CORUMBÁ, RELATÓRIO, 1938 . Nestes números estão incluídas as escolas isoladas (rural, urbana e suburbana, o grupo escolar Luiz de Albuquerque e as escolas reunidas[15].

De 1910 a 1928, as escolas primárias estaduais ocuparam a primeira posição em termos numéricos de instituições, contrapondo os dados de 1931 a 1938, em que perderam

[14] São escolas isoladas localizadas em distritos e nas periferias do município

[15] Escola Reunida foi uma modalidade escolar criada após o Regulamento de 1927, que considerava o seguinte: quando num raio de dois quilômetros houvesse três ou mais escolas isoladas, com no mínimo 80 alunos, poderiam reunir-se em um só prédio, com o nome de Escola Reunida. Ela aparece entre as escolas de Corumbá em 1934.

para as escolas particulares. Porém, nos anos posteriores a 1938, as instituições particulares diminuem. Brito (2001) considera que o período do Estado Novo, aliado a 2ª Guerra Mundial, ocasionaram a estagnação do ensino particular e o fechamento de unidades, principalmente as da área rural, o que fez com que o poder público (estadual e municipal) dominasse o ensino primário oferecido à população corumbaense.

Dentro de algumas possibilidades, consideramos que a grande parcela de escolas particulares deve-se também ao fato do pouco interesse do Estado perante as questões educacionais. Coelho (1978), ao pesquisar as incidências educacionais em Corumbá, enfatiza que o ensino privado dominou a educação brasileira, sendo o primeiro a estabelecer instituições em diversas localidades do país. Os cidadãos, por necessidades domésticas, lecionavam em suas residências, nascendo, assim, algumas escolas particulares.

> Essas escolas, porém, longe estão de se considerarem como instituições sociais, na acepção filosófica do termo, não ministravam educação integrada, nem se agrupavam em sistemas escolares – apresentando obviamente, falhas e soluções de continuidade, face ao despreparo técnico de seus dirigentes e professores (COELHO, 1978, p. 2).

Dentre as escolas particulares corumbaenses, destacamos o "Colégio Santa Tereza", fundado em 1899 pela Sociedade Salesiana e dirigido pelos padres salesianos, o qual ofereceu, nos seus primeiros cinco anos, o ensino elementar somente para meninos, em regime de internato e externato, incorporando, posteriormente, o ginásio. Essa instituição escolar era referência no ensino dos filhos das famílias abastadas de Corumbá. Até os dias de hoje, oferece o ensino particular.

> O Colégio Salesiano de Santa Teresa, desde a sua fundação, contemplou o interesse de setores da elite. Portanto, os primeiros alunos a se matricularem no Colégio, não eram pobres e nem abandonados, e sim filhos de famílias de influência na cidade de Corumbá, possuidoras de recursos e desejosas que seus filhos fossem preparados para ocupar funções de liderança e cargos públicos de destaque. Apenas um pequeno número de pessoas de baixa renda conseguia bolsas, meia bolsa, ou um benfeitor, que possibilitasse o ingresso naquele ambiente escolar (SILVA, 2011, p. 4).

Outro em destaque é o Colégio "Imaculada Conceição", criado no ano de 1904,-sob a direção das religiosas Filhas de Maria Auxiliadora, também da sociedade Salesiana. No passado, atendia meninas integradas ao curso primário e realizava, ainda o de admissão e o ginásio. No seu primeiro ano, por falta de espaço, não excedeu 20 alunas. Quatro anos depois, 1908, passou a funcionar no sobradinho da Rua Frei Mariano, em um espaço bem mais amplo, e atendendo a um número maior de alunas. O local encontra-se até hoje oferecendo o ensino particular.

Dessa maneira, a institucionalização do ensino primário, nas três primeiras décadas da República em Corumbá, ficou principalmente nas "mãos" do poder público, tendo em vista que até as particulares eram subvencionadas pelo município. O poder estadual cumpria seu papel na criação de instituições, porém, não era suficiente para atender à todas as crianças em idade escolar ou prezar pela boa qualidade. O presidente do Estado, Mario Correa, expressa sua opinião a respeito:

> Falta de pessoal para o exercício do magistério; a situação de muitas dellas, afastadas centenas de leguas dos centros populosos; os parcos vencimentos que actualmente percebem aquelles que se arriscam á regencia de uma dessas cadeiras; a carencia de material didático e escolar; a falta de predio adaptável á escola; as dificuldades de communicação e da inefficacia de fiscalização, são factores que concorrem para o pouco resultado obtido por essas escolas isoladas (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1927, p. 122).

Percebamos o contexto educacional do ensino primário corumbaense após 1930 para mostrarmos que a situação apresentava a mesma configuração dos anos anteriores. Brito (2001), ao pesquisar sobre o ensino primário em Corumbá, enfatiza a fala do Presidente Municipal, João Leite de Barros, em relatório de 30 de novembro de 1931, mostrando a inexistência de escolas primárias em povoações como Porto Esperança e Fazenda Firme (Nhecolandia). No governo seguinte, o relatório do Inspetor do Ensino Municipal, Ramom L. Martinez, declarava sobre os anos de 1932-1933:

> No decorrer do ano passado [1932], foram lançadas escolas por diferentes zonas do Municipio, onde a urgencia do ensino primario não permitia adiamentos. Era o seu primeiro ano de administração e o primeiro também em que eu, gentilmente convidado por V. Excia., tomei a direção da Inspetoria do Ensino Municipal. Fase inicial e que acudiria em atender o reclamo justo de inúmeros analfabetos que, desatendidos e abandonados até aquele momento, se extendiam por todos os quadrantes do Municipio. Essa primeira fase, manifestara-se pela nota vibrante de serem criadas em, menos de oito mezes, nada menos de 7 escolas, verdadeiras piras, *cuja finalidade é a desfazer no fogo da instrução, as trevas e a ignorancia dos homens de amanhã* (BRITO, 2001, p. 96), (grifos nossos).

O Inspetor do Ensino Municipal, Ramom L. Martinez, declarou em sua fala, citada acima, que foram criadas no município, em menos de oito meses, sete escolas. Ele exalta o feito com a afirmação de que essas novas instituições atenderiam aos inúmeros analfabetos do município de Corumbá; a instrução daria "luz" para aqueles que viviam nas "trevas".

Nesse sentido, as escolas primárias públicas eram insuficientes para as crianças da cidade de Corumbá; o pouco interesse por parte do governo estadual também se expressava pela falta de criação de outros tipos de escolas, pois, até 1945, havia na cidade apenas uma escola reunida e um grupo escolar, o Luiz de Albuquerque.

3.3 A implantação do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque

A educação, vista como mola propulsora do progresso de Mato Grosso, foi implantada para solucionar os problemas da instrução da população, por meio da criação de escolas rurais, urbanas e grupos escolares.

Os grupos escolares, como projeto republicano em Corumbá, concretizaram-se no governo do Presidente Pedro Celestino, por meio da Resolução n. 508, em 13 de outubro de 1908, que autorizou a criação de três grupos escolares, sendo dois para os distritos da capital e um para a cidade de Corumbá. Conforme esta resolução:

> Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a organizar três grupos escolares, um em cada distrito da capital e um na cidade de Corumbá, aproveitando as escolas já existentes nessas cidades; bem como abrir o necessário crédito para o provimento das escolas pela presente lei (apud MARCÍLIO, 1963, p. 129).

Esta resolução foi posta em prática dois anos depois, com a Reforma da Instrução Pública de 1910, em que se instalaram os grupos escolares da Capital, a Escola Modelo e o Grupo Escolar do 2º distrito. O prédio do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, de Corumbá, só viria a ser inaugurado na década seguinte.

Diante disto, buscamos vestígios que pudessem responder a nossas perguntas: qual foi a razão para a demora da instalação do grupo escolar? O que ocorreu neste período de catorze anos após instalação dos primeiros grupos escolares em Mato Grosso? Pesquisando as mensagens presidenciais a partir do ano de 1912, tivemos algumas respostas. Primeiramente, temos um registro de 1912, no qual o Presidente do Estado, Joaquim da Costa Marques, justificou não ter sido possível conseguir uma casa apropriada para o grupo escolar. O espaço destinado na época, a Beneficência Italiana, não apresentava as condições necessárias, e obrigou o governo a comprar um terreno para a construção do grupo. Conforme o Presidente do Estado:

> [...] Pelo que imediatamente solicitei daquela Municipalidade um terreno convenientemente situado para construção do grupo, ella em reunião extraordinária realisada no mez passado, resolveu desapropriar um dos melhores terrenos que alli poude encontrar com cinquenta e poucos metros de frente e quarenta de fundo, situados no centro da cidade. Já o governo mandou organizar a planta e abrir concorrência para a construção do prédio (sic) [...] (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1913, p. 26).

O terreno para a construção do grupo foi adquirido em junho de 1912 pelo município de Corumbá, e no mesmo ano, o Intendente Geral do município deliberou, na Resolução n. 10, no seu art. 1º: "Fica o Poder Executivo autorizado a fazer aquisição dos lotes de terrenos ns. 4 e 5 da Praça da República, para nelles ser construido (sic) o edifício do Grupo Escolar [...]" (CORUMBÁ, 1912). A concorrência para a realização da obra foi publicada em um jornal da capital, "O Debate", no dia 13 de agosto de 1912:

> De ordem do Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, faço público que, não tendo sido aceita pela Junta de Arrematação as propostas que foram apresentadas perante a mesma Junta no dia 10 do corrente para construção de um edifício destinado ao Grupo Escolar da cidade de Corumbá, acha-se aberta nova concorrência que terá lugar no dia 14 de setembro vindouro, às duas horas da tarde, devendo os proponentes apresentarem suas propostas nesta Repartição, no referido dia e hora acima indicado. Repartição de Obras Públicas em Cuiabá, 13 de agosto de 1912. O Secretário Interino (JORNAL O DEBATE, 1912).

Após três concorrências, o engenheiro Dr. Miguel Carmo de Oliveira e o construtor José Antonio Marinho projetaram o edifício. Na mensagem presidencial de 1914, a construção do prédio foi exaltada pelo presidente do estado, Joaquim da Costa Marques.

> Um grande e sumptuoso predio destinado ao Grupo Escolar de Corumbá e com as proporções adequadas ao desenvolvimento da cidade. A sua architectura é de estylo Renascença e o seu conjunto offerece um aspecto imponente [...] A sua construcção foi contractada, após três concurrencias, pela quantia de Rs 345:000$000 [...] (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1914, p. 45).

O Grupo Escolar foi construído no centro da cidade, próximo ao porto. Destacamos que os edifícios arquitetados na República representavam sua própria exaltação na consolidação dos ideais de modernidade e progresso no oferecimento da educação popular.

A opção por essa localização foi estratégica. Souza (1998) ressalta que as construções dos edifícios escolares no início da República não eram simplesmente edifícios aleatórios, localizados em qualquer lugar. Em muitas cidades de São Paulo, os grupos ficavam ao lado de igrejas, da Câmara Municipal, da cadeia, dos palacetes dos senhores e coronéis e eram os prédios públicos mais bonitos. Na figura 7, é possível visualizar o local estratégico em que o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque foi construído.

Figura 7 – Foto do conjunto arquitetônico urbano, dispondo o Prédio Escolar, a Igreja Nossa Senhora da Candelária, fundada em 1887, e o Clube Italiano (próximo ao templo).
Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal de Corumbá, 1914?

A imagem trata-se de uma foto registrada possivelmente no ano de 1914. É possível observar a elevação do grupo escolar em espaço urbano privilegiado, ao lado da antiga igreja, edificada no final do século 19. No mesmo espaço, consta a construção oitocentista que serviu de sede à Sociedade Italiana.

Em frente à construção do grupo escolar, é possível perceber a existência, à época, de um terreno ainda vazio e um obelisco. Na rua paralela, edificações exibindo várias aberturas no frontispício indicam tratar-se das antigas construções edificadas em Corumbá, no final do século 19, elevadas em pedra com cobertura de telha e com alinhamento à via pública. A historiadora Elaine Cancian (2005), a qual dedicou-se ao registro das habitações corumbaenses localizadas na parte alta da cidade, resumiu as características gerais da arquitetura de Corumbá:

> A arquitetura que atendeu às necessidades dos habitantes de Corumbá no final do século XIX e início do século XX caracterizou-se pelas construções em terrenos compridos e estreitos, levantadas com paredes de pedras, com peças de circulação interna, escuras e pouco arejadas, com janelas e portas expostas às ruas. Além disso, eram alinhadas à via pública e a fachada possuía ornatos aplicados (CANCIAN, 2005, p. 159).

Na figura 8, em posição mais aproximada, podemos observar o espaço público ainda não ocupado, bem como o símbolo na fachada do edifício, embora a obra estivesse ainda inacabada. O símbolo, o brasão de Armas do Estado do Mato Grosso, representava a imagem do estado e sua administração; era a identidade estampada por meio da frase em latim "Virtute Plusquam Auro" (Pela Virtude mais do que pelo Ouro), isto é, a honra e a dignidade eram mais importantes que qualquer riqueza.

Figura 8 – Grupo Escolar Luiz de Albuquerque em obras, na década de 1910
Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal de Corumbá, 1910

Com relação ao processo de elevação do referido grupo escolar, em 1914, o Presidente do Estado, Joaquim Augusto da Costa Marques, registrou a regularidade da construção. Em 1915, alguns grupos escolares do interior e da capital já estavam concluídos e pagos, enquanto outros estavam em via de conclusão ou seriam concluídos no ano posterior.

No ano de 1916, assumiu a presidência do estado o Gen. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, e suas ações voltaram-se para a mudança na área educacional. Dedicou treze páginas de discurso para mostrar como estava a instrução pública mato-grossense. De acordo com suas palavras, "Que terrível pesadelo" ao constatar que apenas 1/3 das crianças recebiam a instrução. Diante disto, realizou a reorganização do ensino em várias esferas administrativas (fiscalização, secretaria, estatística, arquivo e outros). Em relação aos grupos escolares, pediu que fossem fechados aqueles em que houvesse poucos alunos, para reduzir as despesas com

professores, diretores e funcionários administrativos, criando-os em outros lugares, entre eles, Corumbá:

> Duas localidades existem no Estado onde a creação de Grupos Escolares é ardentemente reclamada: Corumbá e Campo Grande; o 1º é o município de maior renda do Estado e o 2º ocupa o terceiro lugar em rendimento. Ambos populosos, muito prosperos e onde os poderes municipais já custeam estabelecimentos de ensino primário (MENSAGEM, MATO GROSSO, 1916, p. 58).

O então Presidente do Estado, Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, sugeriu que os municípios custeassem, com ajuda do governo estadual, os seus próprios grupos escolares, para irem remodelando o ensino no interior, porém, esta reorganização não chegou a ser instalada, pois no ano seguinte, 1917, o estado foi interditado pelo Governo Federal.

No ano de 1917, não houve mensagens endereçadas à Assembleia Legislativa. Nos vestígios de 1918, o Interventor Federal, Camilo Soares de Moura, relatou alguns acontecimentos; em um deles é citada a cidade de Corumbá:

> esquecendo suas tradições de Cidade civilisada, vio desenrolar-se por occasião de apuração e dentro do edifício da Municipalidade, um terrível conflito de que resultarão quatro mortes e vários ferimentos (MATO GROSSO, 1918, p. 3).

Acreditamos que as lutas armadas ocorridas nesse período foram cruciais para a instrução pública, uma vez que muitas escolas foram fechadas ou pararam de funcionar temporariamente; o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque foi afetado com a paralisação de suas obras.

Em 13 de maio de 1918, é nomeado o Presidente de Estado Francisco de Aquino Correa, permanecendo no cargo até 1921. Este expressa sua preocupação e visão da educação no estado do Mato Grosso, dizendo o seguinte:

> [...] pesa-me dizer-vos em geral, que a nossa instrucção, já de si deficiente, atolhou-me em franca decadencia, um dos mais perniciosos frutos desse tristissimo caranaval politico, mixto de tragedias e farças, que tão longamente tripudiára no Estado (sic) (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1918, p. 23).
>
> Instruir a creança é a mais bella das nossas artes, é a nossa viação luminosa para o porvir, é explorar e lapidar as pedras preciosas do talento e da virtude, é valorizar a nossa maior riqueza, é salvar e engrandecer a Patria, é tudo, emfim, para nós porque ao nosso grandioso Estado só falta o homem feito á sua imagem, e é pela instrução que se faz o homem (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1918, p. 24).

Francisco Aquino, na mesma mensagem, referiu-se à construção do Grupo Escolar de Corumbá como eternamente interrompida: “mais parece um ruinoso monumento de nosso

retrocesso pedagógico [...] urge providenciar a conclusão daquelle prédio (sic)" (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1918, p. 24).

O grupo é o exemplo do relapso de seus governantes: nos perguntamos: como oferecer uma instrução popular com ínfimas escolas adequadas as crianças? Sem mobiliário, professores, prédios e organização? As aspirações do atual Presidente de Estado e de outros tantos apenas ficavam no papel, e a sociedade do progresso era somente um almejo.

Em 1918, as obras continuam, conforme a fala de Francisco Aquino, em já adiantada construção. Na mensagem presidencial de 1920, sobre o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, sua construção é explanada novamente.

> Acham-se felizmente reencetadas, após o longo abandono em que vim encontral-as as grandes obras deste grupo, de que já vos fallava, com muito interesse, desde minha primeira mensagem. A sua conclusão foi contractada, dentro de 23 mezes a partir de 29 de Dezembro de 1919, pelo Sr. José Antonio Marinho, mediante a importância de 183:500$000 (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1920, p. 105).

Entretanto, a conclusão não ocorreu nos 23 meses previstos. Pedro Celestino Correa Costa, então Presidente do Estado, em 1922, reconheceu a urgência da instalação dos grupos de Campo Grande e Três Lagoas, mesmo que em prédios não específicos, desde que atendessem à população infantil. Em Corumbá, ele solicitou ao Intendente Municipal o início das aulas. A solicitação não foi atendida, pois o prédio não estava terminado.

> As obras de construcção do Grupo Escolar de Corumbá, *contractadas por 183:500$000 continuam em moroso andamento sob a fiscalização daquella Municipalidade.* O Governo do Estado já pagou ao construtor contractante três prestações de 60:000$000, continuando a pagar mensalmente as prestações de 10:000$000 (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1922, p. 65), (grifo nosso).

Os anseios não foram atendidos no ano de 1923. O Presidente do Estado, Pedro Celestino Correa Costa, culpa a situação financeira, alegando que não havia dinheiro destinado à instrução pública, muito menos para a construção de novos grupos escolares. Assim, autorizou a organização de escolas reunidas, como já fazia o estado de São Paulo. Também apontou que, pela grande extensão territorial do Mato Grosso, seria muito difícil criar tantas escolas para alcançar a toda população infantil, e as dificuldades seriam diminuídas desde que os municípios colaborassem com o estado na responsabilidade de arcar com as finanças, abrir, organizar e fiscalizar essas escolas (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1923).

Finalmente, em 1924, o grupo escolar de Corumbá foi instalado. Concebido pelo Decreto n. 297, em 17 de janeiro de 1912, após dois anos da Reforma da Instrução Pública do governo Pedro Celestino Correa Costa, que criou, entre os anos de 1910-1927, onze estabelecimentos desse tipo, o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque foi terminado, depois de catorze anos, em conjunto com outros dois grupos:

> [...] No anno findo, foram instalados os grupos escolares de Campo Grande e Três Lagoas, instituições que prosperaram naquele município proporcionando-lhes as vantagens da diffusão do ensino primário moderno.
>
> A 10 de março último, realizou-se também nas cidades de Corumbá, Aquidauana e Miranda a installação dos grupos nellas creados, o primeiro em bello e confortável edifício, cuja construção só agora foi concluída, e os dois outros em edifícios cedidos pelas respectivas municipalidades.
> Esses grupos serão dotados de moderno mobiliário já encommendado, no valor de 38:490$200 (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1924).

Neste momento, a cidade de Corumbá contava com um nobre prédio que representava a sociedade republicana; sua monumentalidade revelava o desejo de propagar e divulgar as ações do governo em favor da instrução popular, para introduzi-las a uma sociedade moderna e próspera: “nenhum progresso é possível sob o ponto de vista material, moral e social sem a diffusão do ensino util a massa popular” (COSTA, MENSAGEM, 1923, p. 3).

A figura 9 mostra a valorização da paisagem urbana ocupada pelo Grupo Escolar. Em 1927, observamos o espaço antes sem utilidade alguma, neste momento já ocupado por uma praça regular, toda cercada e com árvores em processo de crescimento. A imponente construção, símbolo da modernidade, contrasta com a pequena imagem do carroceiro localizado próximo à então praça da República.

Figura 9 – Arquitetura do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque – 1927
Fonte: Foto esboçada na tese de Ângelo Marques Vieira de Arruda, 2010, p. 17. (Não consta a origem da foto)

3.3.1 A inauguração do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque

A inauguração do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque ocorreu em 10 de março de 1924, no saguão da escola, com a presença das pessoas ilustres da cidade, como o intendente municipal, o presidente da Câmara, o promotor da justiça, o administrador de Mesa de Renda, vereadores, jornalistas e outras pessoas, entre elas, as futuras professoras e o diretor do grupo, conforme a ata da criação do grupo (Anexo A). Todos honradíssimos com a concretização do suntuoso prédio que viria educar as crianças da cidade. Alguns pediram a palavra, entre as quais, destacamos as do Promotor da Justiça:

> [...] Dr. Benedit de Campos que em feliz e inspirada allacução saudou a sociedade corumbaense pela instalação do grupo, obra ingente do Cel.Presidente do Estado, que vinha preencher uma lacuna muito sensível,pois elle na sua qualidade de curador geral de orphãos bem comprehendia a importância do serviço que vinha prestar aquelle estabelecimento na menistração de luz á infância desvalida de Corumbá, corrigindo para o futuro muitos desvio dos homens de manhã,porque infelismente a estatística criminal accusava uma cifra muito elevada nas classes incultas da população de um Estado (MATO GROSSO, 1924, p. 3).

Nesta mesma ata, José de Barros, diretor do Jornal D'Cidade, tomou a palavra e expressou seu anseios em relação à educação corumbaense com a instalação do grupo escolar,

e propôs que se denominasse “Grupo Escolar Pedro Celestino”, em homenagem ao presidente do estado, que tanto se esforçou para a concretização do grupo escolar.

> [...] Pedindo e obtendo a palavra o Dr. José de Barros Maciel em ligeira allacução allusiva as acto, disse que [...] se congratulava também com a população de Corumbá pela inauguração desta casa de ensino, pela importância que Ella representa na vida de um povo, como elemento primordial do qual seu o levantamento moral e physico; e como um preito de justa homenagem a quem tanto se esforçou pela conclusão desta obra e pensado traduzir o pensamento unanime de um povo corumbaense propunha e indicava a quem de direito que o grupo ao inaugurado tivesse a denominação de “Grupo Escolar Pedro Celestino”. Em seguida usou da palavra o Dr. Nicolao Fragelli, o qual disse que corroborava com as palavras e a ideia do Dr. Maciel no tocante á escolha do nome de Pedro Celestino para o grupo como também felicitava o governo e a infância corumbaense pela feliz escolha do professor Damy para seu diretor (CORUMBÁ, 1924).

O Dr. Nicolao Fraguelli, Presidente da Câmara Municipal, prestando felicitações à escolha do diretor, aproveitou para reafirmar o desejo da escolha do nome do recém-inaugurado grupo escolar de Corumbá. Porém, os pedidos não foram aceitos e em 5 de junho de 1924, pelo Decreto Presidencial n. 669, o grupo escolar denominou-se “Grupo Escolar Luiz de Albuquerque”, em homenagem ao fundador da cidade. De acordo com a mensagem presidencial:

> O Presidente do Estado de Matto-Grosso, considerando que os grupos escolares, quando algum titulo recebam, devem tiralo dos annaes pátrios;
>
> Considerando que a denominação recommendavel para taes estabelecimentos de educação e culto do civismo é a dos varões notáveis, que se tenham imposto à veneração da posteridade, de preferência a de personagens cuja benemerência ainda esteja sujeito a revisão crítica dos contemporâneos [...].
>
> Decreta
>
> Art. 1º A Escola Modelo desta capital passará a denominar-se, de 13 de junho corrente em diante, Escola Modelo “Barão de Melgaço”, continuando annexa à Normal, o Grupo Escolar de S. Luiz de Cáceres denominar-se-à Grupo Escolar “Esperidião Marques”; o de Corumbá, Grupo Escolar “Luiz de Albuquerque”; o de Miranda, Grupo Escolar “Antonio Corrêa”; o de Campo Grande, Grupo Escolar “Joaquim Murtinho”; e o de Três Lagôas, Grupo Escolar “Affonso Penna”.
> Art. 2ª Revogam-se as disposições em contrário.
> Palácio da Presidência do Estado em Cuiabá, 5 de junho de 1924, 36º da República (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1925, p. 25-26).

Além do grupo escolar de Corumbá, outros criados em algumas regiões do estado receberam novos nomes, todos em homenagem à alguma figura ilustre da história mato-grossense. No ofício n. 151 da Diretoria Geral do município de Corumbá, de 09 de junho de 1924, o decreto n. 669 confirma-se:

> Profº José de Souza Damy,M.D. Director do Grupo Escolar da cidade de Corumbá
>
> Declaro-vos que, por Decreto presidencial nº 669, de 5 do corrente, passará esse Grupo Escolar denominar-se "Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres" que, em fecunda magistratura, fundou essa cidade, devendo essa denominação vigorar de 13 de corrente mez em diante (MATO GROSSO, 1924).

Por meio deste ofício, o diretor do grupo, José de Souza Damy, foi informado que a partir do dia 13 de junho de 1924, o estabelecimento escolar passaria a chamar-se "Grupo Escolar Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres", em razão do "digníssimo" cargo no exercício de suas funções como governador da Província de Mato Grosso.

3.3.2 A toponímia do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque

Figura ilustre na história de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres foi o quarto governador da Província de Mato Grosso, administrando-a por quase 20 anos, de 1771 a 1790. Neste período, fundou diversas vilas, que adiante tornariam-se cidades, entre elas a vila Albuquerque e o forte Coimbra. De tal modo, passou a ser uma pessoa importante para a história corumbaense.

Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres possuía muitas credenciais para ser o governador de Mato Grosso, por ser de uma família tradicional de Portugal. Era filho de Francisco de Albuquerque de Castro,

> o mais garboso cavaleiro do seu tempo, fidalgo da Casa Real, que sendo capitão de cavalaria pelejou, durante a guerra da Restauração com heróico valor nas destemidas tropas do Conde das Galveas e do Conde de Schomberg (CORRÊA FILHO, 1969, p. 404).

Nasceu na freguesia de São Salvador da Vila de Ladário, na região da Beira. Dos seus quatro irmãos, um o sucederia na administração pública de Mato Grosso, João Albuquerque. Gilberto Freyre, na obra "Contribuição para uma Sociologia da Biografia", editada em 1978, escreveu sobre Luiz de Albuquerque após várias pesquisas de seus diários, notas e desenhos produzidos durante suas viagens pelo Brasil. Reproduziremos um trecho escrito por Freyre (1978):

> [...] um Albuquerque; um hispano ou ibérico; um português fidalgo, Católico e, ao mesmo tempo, pombalino; um oficial-engenheiro do Exército Português; um lusitano em doa com o Norte da Europa por meio da educação científica ou de orientação norte-européia [...] governador que, no

> seu exercício de suas funções tão difíceis, soube servir o país de origem, servindo ao mesmo tempo a futura nação brasileira; soube ser transmissor de cultura ou de civilização européia, em geral, e portuguesa, em particular, a paisagens e as populações tropicais, assimilando, ao mesmo tempo, valores, técnicas e sugestões dessas paisagens e dessa população e de sãs culturas (p. 40-50)

Freyre (1978) exalta o governador da Província de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, como pessoa honrosa que muito colaborou com o país nos aspectos políticos e culturais. Como governador, sua principal função era assegurar a defesa do território mato-grossense, o que fez com maestria contra a invasão de estrangeiros. Seu nome não foi colocado apenas no grupo; a cidade de Cáceres/MT também fez homenagem a ele. Dessa forma, numa devoção à pátria, denominou-se o novo grupo escolar de Corumbá.

CAPÍTULO IV
FUNCIONAMENTO DO GRUPO ESCOLAR LUIZ DE ALBUQUERQUE

[...] pode-se dizer que a história dos grupos escolares constitui texto e pretexto para revisitar a história e a memória da experiência escolar de gerações de crianças, professores e profissionais da educação (SOUZA, 2012).

Neste capítulo, abordamos o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque nos anos de 1908-1930, considerando seu funcionamento a partir dos aspectos de sua cultura escolar: arquitetura, ensino e atores sociais.

4.1 Aspectos da cultura escolar: funcionamento do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque

Entendemos que o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque fez parte de uma política nacional em razão das mudanças ocorridas no contexto político e econômico brasileiro da Primeira República e, em particular, no município de Corumbá. É visível que a educação tornou-se a bandeira do desenvolvimento, já que a população analfabeta só atrasava o país, e ainda passou a ser a principal instituição social em que se perpetuaria a propaganda republicana, com sua moral, valores e ideais. Neste sentido, Bourdieu e Passeron (1992) colaboram com nossas análises na afirmação de que o contexto das instituições de ensino reproduz a cultura dominante, suas significações e convenções, e impõem um modelo de socialização que favorece a reprodução da estrutura das relações de poder.

Por meio do conceito de cultura escolar ampliamos as considerações de Bourdieu (1998), Julia (2001) afirma que a escola é só reprodutora das estutruras de poder e da cultura dominate, mas é também produtora de uma cultura específica dela. Conforme Vidal e Schuatz (2010, p. 20):

> a escola não é uma instituição apenas de transmissão de conhecimentos, de incucalção de comportamentos, mas também um lugar de resistência, de ressignificações, pois normas e práticas são ações humanas, criativas, ativas e, dessa forma, estão imbricadas com a lógica social.

Frago (1995, p. 69) colabora conosco quando amplia cada vez mais este conceito. Para ele, a cultura escolar é toda a vida escolar "[...] fatos, idéias, mentes e corpos, objetos e condutas, modo de pensar, dizer a agir [...]". O autor fala em culturas escolares; interpreta que tudo que acontece no interior da escola pode ser estudado.

Dessa maneira, ao voltarmos os olhares para a cultura escolar, é possivel ampliar a compreensão sobre a questão da arquitetura, dos espaços e dos sujeitos escolares. Nos próximos itens, adentraremos no interior do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, que ao longo de sua história entrelaçou-se com a própria história da institucionalização primária pública em Corumbá.

4.1.1 Aspectos construtivos do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque

As discussões educacionais presentes na sociedade brasileira apontavam a necessidade de criação de um espaço próprio voltado especificamente para o ensino escolar, e desse modo, os grupos escolares, não se tornaram apenas um modelo de ensino, mas também arquitetônico. Os monumentos construídos no Brasil nos anos iniciais da República representaram os ideais que o governo republicano propagava. Conforme Souza (1998, p. 124), "a arquitetura escolar haveria [...] de simbolizar as finalidades sociais morais e cívicas da escola pública. O lugar de formação do cidadão republicano teria que ser percebido e compreendido como tal".

A República era o lugar do "novo homem", sendo necessário repensar este lugar na sua organização, higiene, ordenação do espaço físico da cidade e da escola. Os prédios escolares surgiram, então, como o lugar da formação do cidadão republicano:

> a casa-escola deveria refletir o papel social da instrução primária e os valores atribuídos à educação. Ela haveria de ser, antes de tudo, uma força moral e educativa (SOUZA, 1998, p. 124).

Nos anos iniciais da criação dos grupos escolares, alguns deles foram instalados em casas inapropriadas, exemplos são os Grupos da Capital, a "Escola Modelo", e o Grupo Escolar do 2º distrito. Num artigo publicado no Jornal "O Debate", de 4 de junho de 1912, relata-se sobre a precariedade dos prédios destes grupos:

> A Escola Normal e a Escola Modelo desta capital ainda estão funcionando em prédios alugados inadequados e não oferecem as condições higiênicas e pedagógicas indispensáveis para institutos dessa natureza e à espera da conclusão do prédio que se esta construindo para nele serem instalados. O Grupo do 2º distrito também necessita de uma casa melhor, pois a em que está é todo impróprio. Penso em mandar construir uma para a Escola, visto não haver ali para arrendar nenhuma casa que se preste a esse fim e uma das principais exigências nessas instalações é como sabeis, é que elas sejam feitas em casas bem espaçosas, com divisões adequadas, onde a luz e o ar penetrem em abundância, situada em lugar aprazível e seco, com parque para recreio dos alunos e outras condições requeridas pela higiene e comodidade escolares (JORNAL O DEBATE, 1912).

Entretanto, não demorou muito para construírem espaços apropriados dignos dos "grupos-monumentos" instalados em diversos lugares no Brasil. Quanto ao prédio do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, este representou bem a proposta do projeto republicano da educação popular. Vejamos a localização do grupo na figura 10.

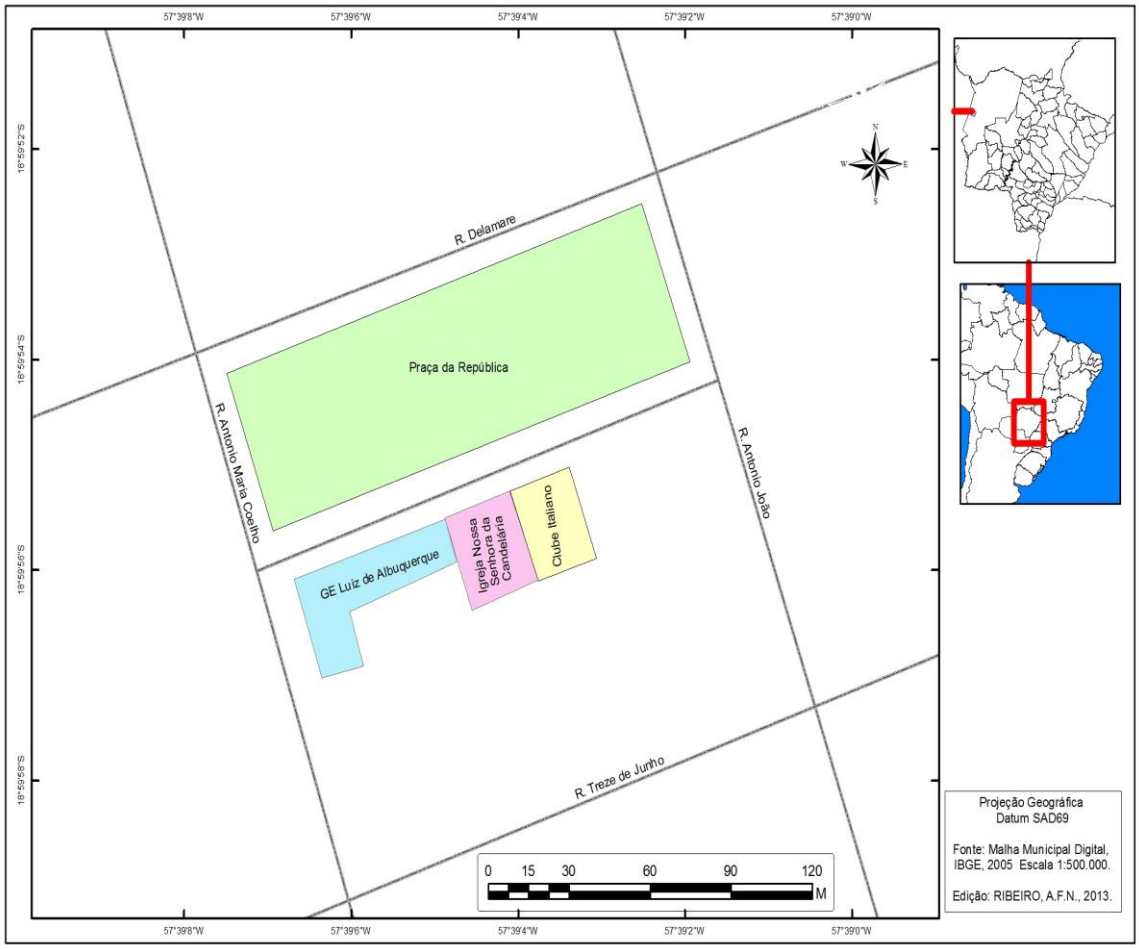

Figura 10 – Localização do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque
Fonte: RIBEIRO, 2013

Localizou-se na parte alta da cidade (figura 10), construído em frente a uma importante praça, em meio a várias construções que representaram a moderna Corumbá em seu auge econômico, nos idos de 1890. No século 20, as tendências foram voltadas para o "[...] saneamento e organização do espaço urbano [...], com o objetivo, declarado ou não, de "higienizar" e organizar as cidades livrando-as do atraso e tornando-as modernas (PESSANHA, 2008, p. 61).

4.1.2 Fachada

Construído no estilo neoclássico[16] francês, modelo que chegou tardiamente ao Brasil no final do século 19, com formato em "L", caracterizou-se por uma edificação imponente, com hall de entrada perfeito, uma porta de entrada grande, 27 janelas de madeira em venezianas, sendo as de baixo emolduradas em forma de arcos, as do andar de cima, retangulares, e mais 12 à rua Antonio Maria Coelho. À frente, ainda temos 3 portas feitas em arcos que se abrem para uma pequena sacada (figura 11).

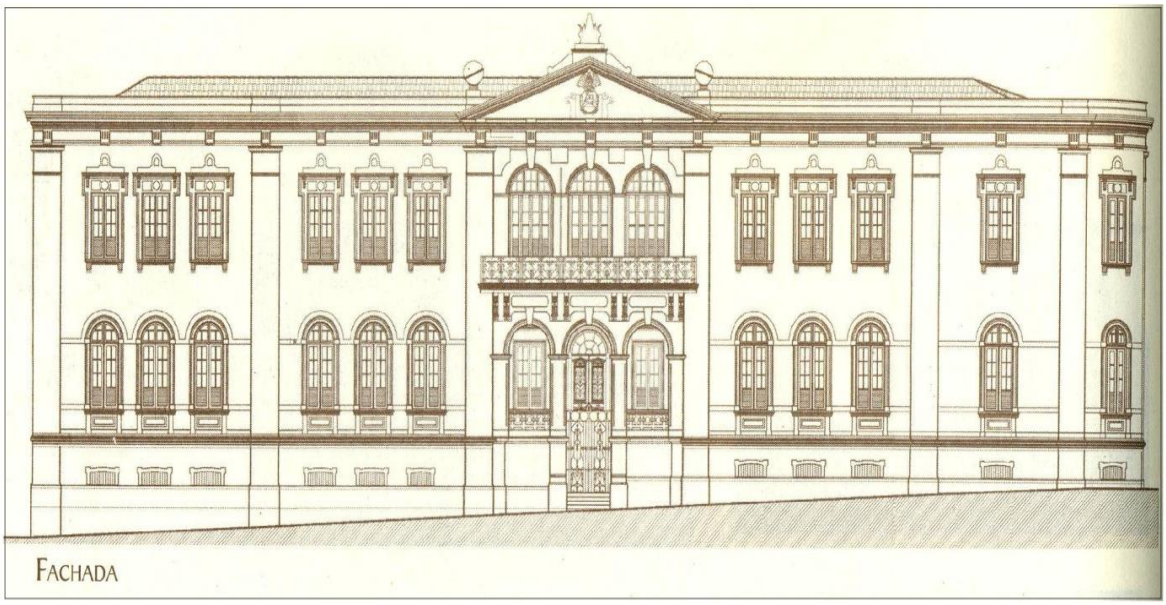

Figura 11 – Fachada do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque
Fonte: Marques, 2001, p. 538.

Sua fachada principal (figura 12) é composta pela entrada única e central, com amplas janelas verticais emolduradas, voltada para a Praça da República. Através das janelas é possível observar todo o centro da cidade e o porto, logo abaixo. Ressaltamos que a praça era o lugar de lazer e vivência da população corumbaense, pois localizavam-se, próximos a elas, além do grupo, a Igreja e o Clube da Sociedade Italiana. Por ali passavam centenas de pessoas, e o monumento do prédio atraia, certamente, a atenção dos transeuntes daquela época. Marilda Iwaya (200), ao estudar sobre o prédio escolar do Instituto de Educação do Paraná, "Professor Erasmo Piloto", entre 1940-1960, salienta:

[16] Este estilo surgiu na Europa e chegou ao Brasil por volta de 1816, em contrapartida ao estilo colonial, caracteriza-se por utilizar elementos clássicos de ordens diversas (dórica, jônica, toscana, etc). Sob a forma de pilastras, as colunatas resumem-se aos pórticos, sendo os telhados ocultados por platibandas e bersais. Para saber mais, ver trabalhos de Caio Cordeiro (1996) e de Nestor Goulart (2002) (REIS, SÁ, 2006, p. 77).

> No entanto, é no final do século XIX que acentua-se a preocupação dos administradores com a arquitetura dos prédios escolares. Prédios que não se caracterizassem somente por sua funcionalidade, mas que "falassem" sobre sua importância e seu papel social, que simbolizassem os novos valores de uma dada sociedade que buscava dar um novo lugar à cultura e à educação (IWAYA, 2000, p. 38).

A arquitetura dos edifícios escolares passoua ter uma importância social nas primeiras décadas do século 20; estavam presentes naquele local para simbolizar novos ideais de sociedade, pautada em uma configuração diferente da educação praticada na época do Império: "dessa forma, os edifícios dos primeiros grupos escolares puderam sintetizar todo projeto político atribuído à educação popular: convencer, educar e dar-se a ver!" (SOUZA, 1998, p. 123).

Figura 12 – Frente do prédio do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque
Fonte: Arquivo pessoal (2012)

De acordo com Souza (1998), o edifício-escola deveria desempenhar uma função educativa no meio social, estabelecendo uma importância entre a escola e o espaço ocupado. O edifício passaria a ser fator de prestígio social para os professores que o ocupassem, um instrumento de engrandecer a profissão e cultivar o respeito dos pais e dos alunos.

> Podemos dizer que a escola como lugar defini-se juntamente com a constituição do espaço social e cultural da escola. A noção de lugar pressupõe a construção do espaço, a sua ocupação e utilização; permite compreender a estrutura física do lugar nos limites de sua dimensão sociocultural; nesse sentido, as formas tendem a ser físicas e humanas a uma só vez (SOUZA, 1998, p. 123).

Os grupos escolares representaram muito bem este espaço de escola como lugar; uma nova arquitetura escolar começou a ser executada juntamente com novas concepções e funções de ensino da escola pública primária. O edifício e sua identidade arquitetônica passaram a ser diferentes dos outros prédios públicos e tornaram-se o local próprio de ensino, de aprendizado, onde ocorria todo trabalho docente.

Por meio das molduras aparentes do Grupo Luiz de Albuquerque, próprio da arquitetura neoclássica, o governo buscou à sua maneira, perpetuar os anseios, costumes e posturas apropriadas para a nova organização social e política da República. Ao alto do prédio, observava-se o brasão do estado do Mato Grosso, símbolo que serviu para enaltecer as virtudes do estado perante a sociedade.

4.1.3 Espaço interno

A fundação do grupo escolar é em pedra e alvenaria, com estrutura de pedra e tijolo maciço revestido de argamassa. Aberturas com quadro e vedo de madeira e vidro e sua cobertura com estrutura de madeira e telhado de barro. Seu espaço interior, logo na entrada, divide o prédio em direita e esquerda, primeiro e segundo pavimento. Na mensagem presidencial de 1914, a planta do grupo foi organizada da seguinte maneira:

> Compõe-se este edifício de tres pavimentos, sendo o primeiro no rez do chão, o segundo destinado ao sexo masculino e o terceiro feminino. O porão poderá ser aproveitado para aulas de trabalhos manuaes, gabinetes, depósitos, etc. A secção masculina compõe-se de seis salões para as aulas, salas e gabinetes para professores, portaria e vistiaria, além de todas mais dependência. A secção feminina comprehende um salão de honra com 13,^{m} 50 x 10,^{m} 60, seis salas para aulas, gabinetes, vestiaria, portarias e outras dependências. A área coberta é com frente para o rio Paraguay, em plano elevado [...] (MENSAGEM, MATO GROSSO, 1914, p. 45).

Formado por três pavimentos, sendo o primeiro abaixo do nível da rua, chamado de porão (figura 13), era destinado aos trabalhos manuais, gabinetes, depósitos e afins. Durante seus anos de funcionamento, serviu até de casa para um dos seus funcionários. Pela varanda, alcançava-se o pátio, espaço onde aconteciam as aulas de ginástica, o recreio e as festas, principalmente para homenagear os símbolos nacionais. Sena e Brito (2006, p. 8) destacaram um desses eventos: “ao início das aulas os alunos ficavam enfileirados no pátio interno de modo organizado pronto para cantarem o Hino Nacional e ouvirem as preleções de caráter moral e cívico [...]”.

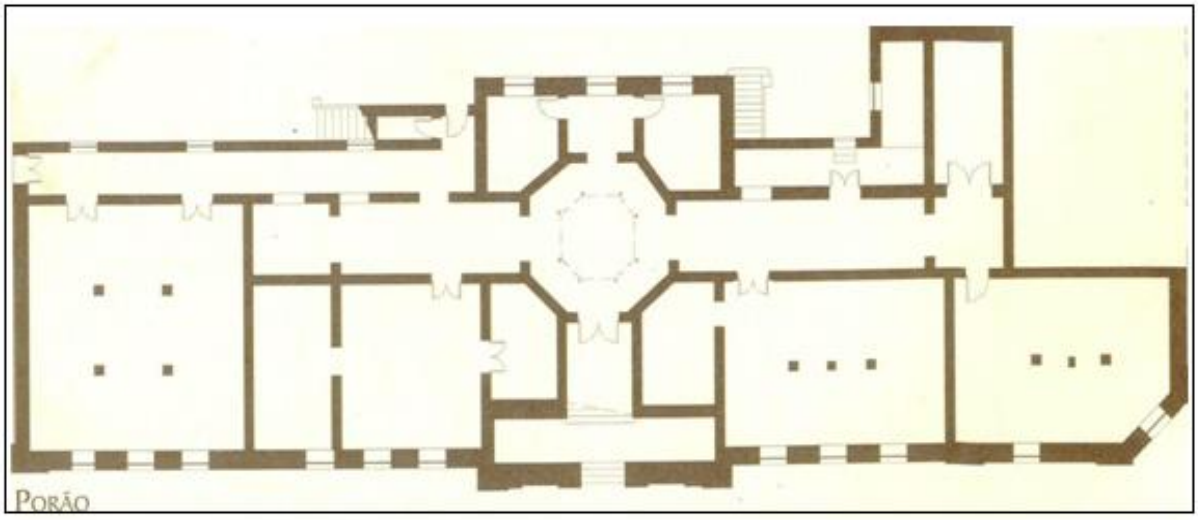

Figura 13 – Planta do Porão do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque
Fonte: MARQUES, 2001, p. 531.

Cada lugar foi pensado com uma função e destinado a cada indivíduo; o recreio no pátio (figura 14 e 15) era vigiado pelos próprios professores, a cada semana um era escalado para tal função. A ordem e a disciplina eram fundamentais para a nova educação proposta pelos grupos escolares, estabelecendo uma nova cultura escolar "afastada da casa e separada da rua" (REIS, SÁ, 2006, p. 86).

Figura14 – Pátio do grupo escolar 1
Fonte: Arquivo pessoal (2012)

Figura15 – Pátio do grupo escolar 2
Fonte: Arquivo BRAZIL (2013)

De acordo com a planta baixa, o prédio tinha 12 salas no térreo, das quais 6 eram voltadas para o ensino (sala de aula), 2 para a secretaria, 2 para o depósito e 1 para a copa (figura 16).

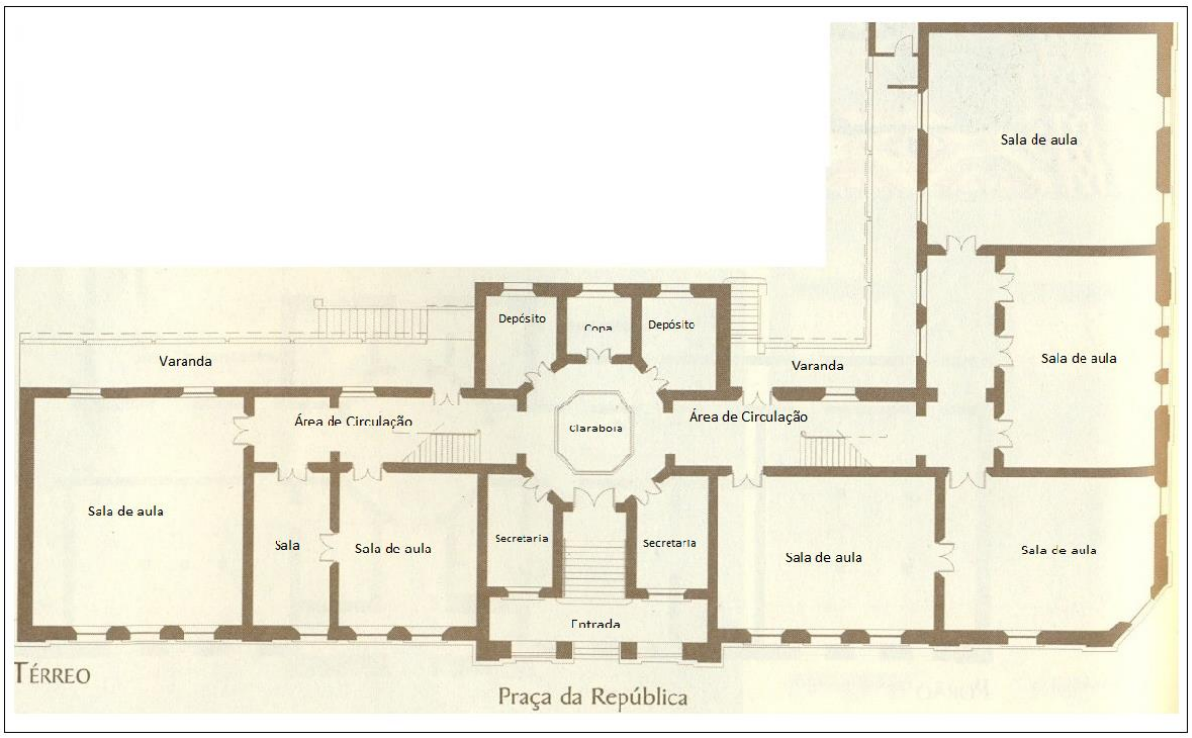

Figura 16 – Térreo do G. E. Luiz de Albuquerque
Fonte: MARQUES, 2001, p. 532

À frente do prédio do grupo escolar Luiz de Albuquerque, há uma escada que leva ao térreo (figura 17); ao centro encontra-se um círculo de balaustre de madeira, no qual se acessava as grandiosas salas da ala esquerda, direita e o pavimento superior (figura 18); do lado direito e esquerdo no térreo encontrava-se a secretaria, provavelmente onde o diretor executava a seus afazeres; ao fundo, tem-se a copa e dois depósitos que serviam para guardar diversos tipos de materiais.

Figura 17 – Entrada do grupo escolar
Fonte: Arquivo pessoal (2012)

Figura 18 – Interior do grupo escolar (térreo)
Fonte: Arquivo BRAZIL (2013)

O acesso ao segundo pavimento ocorria pelas escadarias imponentes (figura 19), feitas de madeira maciça. Com seus balaustres desenhados, davam uma sofisticação ao interior do suntuoso prédio. As áreas de circulação tinham piso de madeira, já as varandas, a entrada do térreo e a do terceiro pavimento, eram revestidas por ladrilhos de cerâmica, todos desenhados (figura 20).

Figura 19 – Escadaria do prédio
Fonte: Arquivo pessoal (2012)

Figura 20 – Varanda do prédio
Fonte: Arquivo pessoal (2012)

O terceiro piso era composto por 6 salas de aula e 4 salas de uso geral (figura 21). O chamado salão nobre ficava à frente, com vista para a Praça da República e para a cidade. Geralmente, este espaço destinava-se a eventos casuais e de importância, como apresentações, palestras ou festividades. Havia duas salas bem pequenas acopladas a este salão, que serviam de depósitos, e aos fundos, 3 salas para fins diversos. Atualmente, uma dessas salas abriga um banheiro; entendemos que era destinado somente, para os funcionários, já que pela planta baixa os banheiros dos alunos ficavam aos fundos, ao lado do pátio.

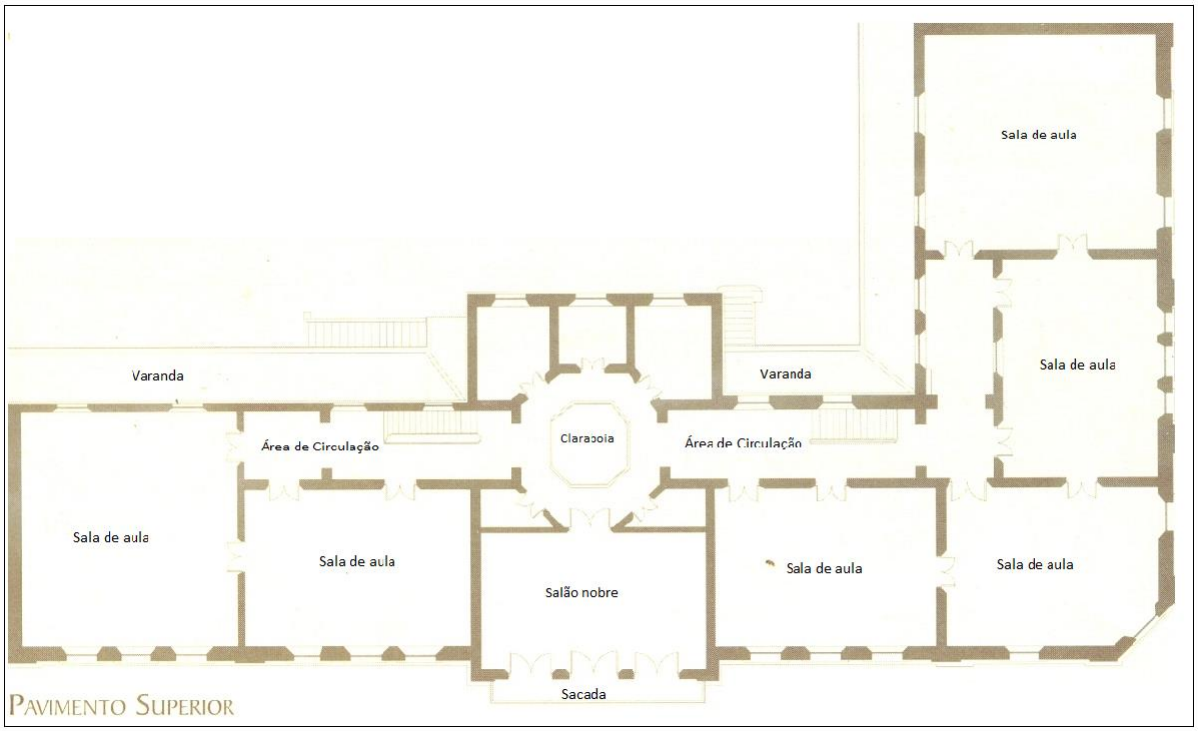

Figura 21 – Pavimento Superior do G. E. Luiz de Albuquerque
Fonte: MARQUES, 2001, p. 533.

Os espaços destinados ao ensino, as salas de aula, foram arquitetados conforme os preceitos modernos de higiene: eram salas amplas e com janelas bem grandes de um lado da sala, o que facilitava a distribuição unilateral da luz solar (figura 22), evitando prejudicar a visão dos alunos. Os médicos higienistas acreditavam que a falta de iluminação apropriada dos precários prédios afetava os olhos das crianças, prejudicando o aprendizado delas.

Figura 22 – Sala de aula do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque
Fonte: Arquivo pessoal (2012)

Na figura 22, exemplificamos uma das salas de aula; esta ficava à esquerda, ao final do corredor, no pavimento superior. Supostamente, foi usada para as salas dos 1º anos, visto que a procura para esta série era maior. Souza (1998) enfatiza que os tamanhos diferentes para cada ano de estudo denotavam a funcionalidade e o papel social da escola.

> Salas maiores para o primeiro ano e diminuição crescente para os anos posteriores correspondem, por um lado, ao investimento da população na alfabetização (manutenção dos filhos nos primeiros anos), e, por outro, certificam a seletividade da escola primária (SOUZA, 1998, p. 132).

Frago (1998) afirma que os espaços fazem parte da arquitetura quando observamos a maneira como são organizados. No Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, os alunos eram separados por "nível" de conhecimento (1º ano, 2º, 3º e 4º), prerrogativa para as escolas graduadas. No interior da sala de aula, as carteiras eram fixadas ao chão e enfileiradas uma atrás da outra (figura 23); à frente, havia o quadro e a mesa do professor; os alunos ficavam presos a um lugar fixo, com os olhos voltados para o professor e para a nuca do colega da frente, seus movimentos eram controlados e regulados por sua própria carteira.

Figura 23 – Carteira usada pelos alunos no grupo
Fonte: MARQUES, 2001, p. 531

Esta organização espacial demonstra a disciplina pregada no interior dessa instituição escolar e também a própria modernização dos mobiliários escolares. Vidal (2009), ao analisar as carteiras ao longo dos séculos, enfatiza que elas modificaram-se, pelos médicos higienistas, em favorecimento da saúde dos alunos (as carteiras fixavam-se ao chão para evitar que o aluno se deslocasse e causasse algum dano a sua saúde); além disso, o autor retrata o tipo de ensino praticado naquela época.

Em relação à organização dos alunos no grupo escolar, a arquitetura do Luiz de Albuquerque seguiu as orientações da Reforma da Instrução Pública de 1910, que estabelecia a separação entre os sexos. Os meninos ficavam no primeiro pavimento e as meninas no segundo, assim, eles não se encontrariam. No início de seu funcionamento, por não haver

mobiliário e professores suficientes, as divisões ocorreram em períodos diferentes: no matutino era a seção feminina (8:00 às 12 horas), e no vespertino, a masculina (13:30 às 15: 30).

Escolano (1998) afirma que a arquitetura escolar, desde o século 19, passou a ser um lugar diferenciado das outras instituições como o hospital, a prisão, a igreja e outros; é o *lócus* do aprender, de inculcar nos sujeitos as ideologias dominantes e ministrar o ensino; o espaço-escola é extremamente valorizado pela sociedade que o criou, tornando-se uma instituição privilegiada de ensino.

> A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos (ESCOLANO, 1998, p. 26).

A arquitetura escolar expressa experiências objetivas e subjetivas e mostra um pouco a história daqueles que vivenciaram e participaram da constituição dos valores morais, sociais, culturais, religiosos e políticos de uma época; o espaço arquitetônico são as expressões das concepções educativas (VIEIRA, 2003), e neste sentido, o grupo escolar Luiz de Albuquerque constitui-se como uma instituição que inculcava nos seus atores sociais os ideais das primeiras décadas da sociedade republicana corumbaense.

4.1.4 A organização do Grupo Escolar e seus atores sociais

Ao estudarmos o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque no Estado de Mato Grosso, nos anos de 1908-1929, consideramos a participação dos atores sociais enquanto parte dessa história. A organização do pessoal de cada grupo escolar era a seguinte: um diretor, um professor adjunto para cada classe, um porteiro e dois serventes.

Procuramos, nos itens seguintes, abordar principalmente os alunos, professores e diretores, visto serem os personagens mais relevantes do processo construtivo da história desse grupo escolar, atrelado à institucionalização do ensino primário público em Corumbá.

4.1.4.1 O espaço e os alunos do Grupo Escolar

O espaço do GE Luiz de Albuquerque, como já ressaltado anteriormente, era dividido entre a ala masculina (segundo piso) e feminina (terceiro piso). Sena e Brito (2007) esclarecem que nos primeiros anos de instalação, as aulas ocorriam de manhã e a tarde, por não ter professores e mobiliário suficientes para todos. Este cenário mudou após 1930, quando as aulas passaram a ser realizadas somente no período matutino, devido à resolução do problema de material e de professores.

As salas de aula eram bem amplas, arejadas e iluminadas. A preocupação com a higiene, principalmente nos espaços dedicados ao ensino, era ressaltada no art. 34 do Regimento Interno dos Grupos Escolares.

> 1 – a disposição da mobília nas salas de aulas terá por base a projeção da luz, de modo que os alunos a recebam, principalmente do alto e pelo lado esquerdo [...].
> 2 – durante o recreio e após a retirada dos alunos deverão ser abertas todas as janelas a fim de serem arejadas as salas;
>
> 4 – o pavimento deverá ser lavado semanalmente com líquido ante-séptico apropriado e as paredes ao menos, caiadas duas vezes ao ano;
>
> 5 – a limpeza do assoalho será feita diariamente, sendo preferível aplicar pano úmido, a varrer seco (REGIMENTO INTERNO DOS GRUPOS ESCOLARES, 1916).

No mesmo Regimento, as classes deveriam ser oito, sendo quatro para a seção masculina e quatro para a seção feminina. Todavia, no GE Luiz de Albuquerque existiam seis para cada um, no total de 12. Cada classe deveria contar com no mínimo 16 e no máximo 48 alunos. Então, neste grupo, no primeiro ano de seu funcionamento, poderiam ser matriculados 576 alunos no total, um número alto diante da escassez de escolas na área urbana, que atendia por volta de 125 crianças em idade escolar[17]. As matrículas no Grupo Escolar Luiz de Albuquerque – GELA foram assim distribuídas na tabela 2:

[17] Este número corresponde a uma média realizada por nós. Se havia 5 escolas municipais na área urbana, com uma média de 25 alunos frequentando, número mínimo para se abrir uma escola, então teríamos este total de crianças.

Tabela 2 – Matrículas no GELA em 1924 a 1929

Ano	Seção Feminina	Seção Masculina	Total
1924	218	124	342
1925	220	133	353
1926	214	135	349
1927	202	123	325
1928	187	144	331
1929	158	154	312
1930	172	132	304

Fonte: CORUMBÁ, LIVROS DE MATRÍCULAS, 1924-1930

Nos primeiros sete anos do GELA, o número ficou abaixo do máximo que poderia atender. Na circular expedida em 13 de março de 1924, o diretor relata:

> Tenho o grato prazer de communicar-vos que, no dia 10 do andante foi instalado o Grupo Escolar d'esta cidade sob a minha direcção e, de cujo acto, tenho o prazer de enviar-vos uma copia da acta lavrada por esta ocosião. Acha-se nele matriculados 249 alunnos dos quaes 154 são do sexo feminino e 95 do masculino. As aulas ainda [...] não estar concluido o edificio e mesmo por falta de mobiliário estão funcinando em 2 periodos: o da manhã, das 8 as 12, para a secção feminina e o da tarde das 12 e 30 as 16 e 30 para o masculino (CORUMBÁ, 1924, p. 2).

Sena e Brito (2007, p. 4) enfatizam que estes horários (8 as 12; 12:30 as 16:30) contrariaram o Regulamento de Instrução Primária de 1910, ainda em vigor em 1924, que estabelecia "que as aulas nessas instituições funcionariam em um só turno, com a duração de cinco horas diárias. A precariedade organizacional do Luis de Albuquerque, no entanto, levou a essas adaptações iniciais em sua forma de funcionamento".

A discrepância no número de alunos no dia da instalação do grupo com o do quadro acima ocorre pelo motivo de alguns alunos terem sido matriculados após este dia. No Regimento Interno dos grupos escolares, no art. 64, estabelecia-se: "A matrícula seria feita em cada ano letivo, precedendo publicação de editais por 15 dias antes do início do funcionamento das aulas". O diretor publicou o edital no jornal "A Cidade", nos dias 5 e 6 de março, com os seguintes dizeres:

> Jose de Souza Damy, director do Grupo Escolar desta cidade, faz saber que, desta data a 10 de março, das 12 as 17 horas, se acham abertas as matrículas para as differentes classes deste estabelecimento de ensino. Corumbá, 17 de fevereiro de 1924 (JORNAL "A CIDADE", 1924).

As vagas eram suficientes para todas as crianças em idade escolar? Afirmamos, anteriormente, que havia possibilidade de um número grande de matrículas, porém, teremos que analisar a quantidade da população infantil de Corumbá na década de 1920. Sá (2007)

identificou que a população mato-grossense, naquela década, era essencialmente jovem, na faixa etária de 5 a 39 anos. No referido município, tínhamos 19.547 habitantes, destes:

Tabela 3 – População infantil de Corumbá – 1920

Localidade	**Masculino (7-14 anos)**	**Feminino (7-14 anos)**	**Total**
Corumbá	1.874	2.190	4.064

Fonte: SÁ, 2007, p. 61

É possível, a partir das informações expressas na tabela acima, constatar que o número da população infantil em idade escolar (7 a 14 anos) de Corumbá era 20% do total da população. Ao responder a indagação anterior, podemos afirmar que não havia vagas suficientes para todos. Primeiro: ao compararmos a quantidade de crianças e escolas que existiam com o número de matrículas que poderiam ser ofertadas, tanto pelo grupo quanto pelas escolas isoladas, o quantitativo não atenderia 30% das crianças. Segundo: o GELA, com o entusiasmo de superar o analfabetismo das crianças, não chegou a atender 2% delas[18]; isso indica que o governo republicano, com o discurso da escola como lugar de instrução do povo para alavancar o "progresso" do país, não seria realizado nas décadas seguintes, dada a quantidade ínfima de instituições escolares. Ressaltamos que os dados gerados foram a partir da população infantil de toda territorialidade de Corumbá, que poderiam ser diferentes se considerássemos somente as crianças que habitavam a área urbana da cidade.

Dentre a parcela mínima de crianças atendidas no grupo nos indagamos: quem eram os alunos do grupo escolar? A proposta do governo republicano era a de uma educação ao alcance de toda população. Conforme Souza (1998, p. 106), o povo era o destinatário ideal das iniciativas do governo, porém, a autora destaca que em pouco tempo, ficou claro que boa parte deste "povo" encontrava-se fora da escola, enquanto apenas uma pequena parcela se apropriava dela. Sabemos que isso representa uma questão complexa, entretanto, nossos dados são uma pequena amostra das características (condições econômicas, idades e nacionalidade) dos primeiros alunos do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque. No quadro 12, demonstramos, por meio da profissão dos pais, o alcance social do grupo nos anos iniciais de funcionamento.

[18] Este resultado foi adquirido a partir do número total de crianças em idade escolar em Corumbá comparado com a média de matrículas anuais que poderiam ser disponibilizada pelo Gela.

Quadro 12 – Profissão/posição social dos pais dos alunos do GELA 1924-1929[19]

	Nº						
Profissão do pai/posição social	**1924**	**1925**	**1926**	**1927**	**1928**	**1929**	**Total**
Latifundiário	10	13	20	11	03	---	57
Comerciantes: grandes e/ou pequenos	20	30	18	01	17	25	111
Empresários (industriais, empreiteiros)	20	09	06	03	03	06	47
Administrativo de empresa privada (contadores, advogados, dentistas, etc.)	36	32	21	73	52	19	233
Artesões (alfaiates, marceneiros, sapateiros, etc.) e trabalhadores manuais	101	95	96	92	108	116	608
Funcionários públicos civis (desembargadores, juízes de direito, telegrafista, fiscais, outros)	42	62	38	37	55	46	280
Militares (Marinha)	20	19	11	14	23	16	103
Outros[20]	34	67	33	57	49	54	294

Fonte: CORUMBÁ, LIVROS DE MATRÍCULA, 1924-1929

Constatamos, com os dados obtidos no quadro 12, que o GELA atendia crianças provenientes de vários setores sociais. Isto denota a extensão do atendimento que a escola pública proporcionava a uma parcela da população corumbaense, mas não demonstra a proposta do governo republicano, de uma educação para o "povo", visto que estas profissões representam aquelas que são mais integradas à sociedade urbana, ficando de fora os trabalhadores subalternos, os negros e os miseráveis. Também destacamos o fato de o grupo localizar-se na área central, longe da área rural, onde a predominância dos mais pobres era maior.

Quanto à nacionalidade, nas décadas de 1920 e 1930, os alunos eram 99% de nacionalidade brasileira, e dentre os estrangeiros, sua maioria eram bolivianos, paraguaios e uruguaios. Assim, o grupo escolar, apesar de próxima à fronteira com a Bolívia, não atendia aquela população. Consideramos tal fato em razão de a população boliviana estar à margem da sociedade, já que o GELA não atendia os trabalhadores subalternos e os miseráveis. Eles poderiam transitar e até morar na área urbana corumbaense, no entanto, não quer dizer que compunham[21] a sociedade urbana de Corumbá.

Sobre a idade dos alunos, o Regimento Interno dos grupos escolares, no art. 66, normatizava que não deveriam matricular-se crianças em idade inferior a 6 anos completos e os que tinham completado 16 anos. Sena e Brito (2007), sobre este fato, evidenciam que a

[19] Este quadro foi baseou-se nos dados organizados por Delabrida (2001) ao abordar os alunos do Ginásio Catarinense.
[20] Refere-se aos falecidos ou outros que não encaixaram-se nas profissões.
[21] Esta palavra está relacionada a identidade da população urbana corumbaense.

falta de vagas nas escolas isoladas resultou na matrícula de um acentuado número de alunos com idade superior a 12 anos nas séries iniciais, e não houve muita procura para 3º e 4º anos. O diretor do grupo enfatiza essa situação num ofício direcionado a seus superiores:

> Communico-vos que, attendendo ao numero exigue de alunnos matriculados no terceiro ano (8) e no quarto (17) da secção masculina resolvi annexar estas duas classes, tendo sido por mim determinada a professor D.Sylvia Pompeu de Barros para regel-as. Como o numero de analphabetos do sexo feminino que pediram matricula para o primeiro ano fosse muito maior do que o marcado pelo Regulamento, 48, - aproveitei a professora D. Sylvia Leite que ora vem assumir o exercício do seu cargo, para reger o primeiro ano feminino B, classe que acabo de criar (CORUMBÁ, 1924).

O ensino primário no Grupo Escolar Luiz de Albuquerque era composto por quatro anos de duração, nos primeiros anos, 1924 – 1929, ocorrendo nos períodos matutino e vespertino. Em 1924, existia na seção feminina o 1º A e B, 2º, 3º e 4º anos, e na masculina, havia o 1º, 2º, 3º e 4º anos. Os exames aconteciam no primeiro semestre e no final do ano (orais e escritos). Ao realizá-los, os alunos aprovados eram classificados em: distinção para aqueles com nota 5,0, plenamente entre 4,9 e 4,0, simplesmente 3,9 e 3,0 e os inabilitados (reprovados) abaixo de 2,9. Destacamos os resultados dos exames finais realizados em novembro do ano letivo de 1924, com o número de alunos por ordem de classificação (quadros 13 ao 21):

Quadro 13 – 1º ano A: Seção Feminina 1924

Classificação	**Nº de alunos**
Distinção (nota 5,0)	06
Plenamente (nota 4,9 – 4,0)	08
Simplesmente (nota 3,9 – 3,0)	04
Inabilitado (abaixo de 2,9)	04
Total	**22**

Fonte: CORUMBÁ, ATA DE EXAME FINAL, 1924

Os dados do quadro 13 demonstram que 18 meninas foram aprovadas e 4 reprovadas; a maior parte obteve notas entre 4,9 e 4,0 e foram classificadas na categoria "plenamente". Ao somarmos com a classificação "distinção", temos a maioria das alunas aprovadas (13) com o conceito "bom" e "ótimo". Os dados também mostram que 22 meninas terminaram o 1º ano A. Ao realizarmos um comparativo com o quantitativo de alunas no início do ano (48 meninas), temos uma evasão correspondente a 55%, um pouco mais da metade das meninas não terminaram o ano letivo de 1924.

Quadro 14 – 1º ano B: Seção Feminina 1924

Classificação	**Nº de alunos**
Distinção (nota 5,0)	05
Plenamente (nota 4,9 – 4,0)	08
Simplesmente (nota 3,9 – 3,0)	03
Inabilitado (abaixo de 2,9)	03
Total	**19**

Fonte: CORUMBÁ, ATA DE EXAME FINAL ,1924

Na sala do 1º ano B (quadro 14) feminino, a maior parte também se classificou na categoria "plenamente" e "distinção". Nesta sala, as alunas foram aprovadas na sua maioria com o conceito "bom" e "ótimo". As matrículas iniciais somaram 48 meninas, e a evasão correspondeu a 61%, número maior comparado com o 1º ano A.

Ao confrontarmos as duas salas do 1º ano, temos a soma de 91 meninas; 41 terminaram o ano letivo de 1924, representando uma evasão escolar de 54% do total de meninas matriculadas no início do ano.

Consideramos a taxa de abandono um número alto, devido à média de frequência das escolas do Mato Grosso, que era de 80%, corroborada pelo próprio grupo escolar nos anos posteriores. Isto mostra que a frequência inicial dos alunos não confirmava sua permanência até o final do ano letivo. Em outras palavras as políticas em favor de uma educação gratuita e voltada para toda a população infantil em idade escolar não garantia que as crianças terminassem seus estudos durante o ano ou mesmo até o final do ensino elementar.

Quadro 15 – 1º ano: Seção Masculina 1924

Classificação	**Nº de alunos**
Distinção (nota 5,0)	01
Plenamente (nota 4,9 – 4,0)	10
Simplesmente (nota 3,9 – 3,0)	01
Inabilitado (abaixo de 2,9)	05
Total	**17**

Fonte: CORUMBÁ, ATA DE EXAME FINAL, 1924

Em relação aos meninos do 1º ano (quadro 15), tivemos uma grande diferença, comparados ao quantitativo de meninas. Enquanto 96 delas procuraram o grupo escolar, somente 28 meninos foram matriculados. Destes, 17 permaneceram até o final, com o resultado de 13 aprovações e 5 reprovas. A taxa de evasão, em contrapartida ao número de alunos iniciais, foi de 41%.

Quadro 16 – 2º ano: Seção Feminina 1924

Classificação	**Nº de alunos**
Distinção (nota 5,0)	04
Plenamente (nota 4,9 – 4,0)	15
Simplesmente (nota 3,9 – 3,0)	07
Inabilitado (abaixo de 2,9)	09
Total	**35**

Fonte: CORUMBÁ, ATA DE EXAME FINAL, 1924

No segundo ano feminino (quadro 16), a procura excedeu o número máximo de alunas por sala, porém, não criaram outra sala, como fizeram com o 1º ano. Das 56 crianças com pedido para o 2º ano, 48 foram matriculadas. A taxa de evasão de 27% foi baixa comparada com as outras turmas do grupo escolar. Permaneceram até o final 35 alunas, com a aprovação de 26 meninas contra 9 reprovadas.

Quadro 17 – 2º ano: Seção Masculina 1924

Classificação	**Nº de alunos**
Distinção (nota 5,0)	02
Plenamente (nota 4,9 – 4,0)	04
Simplesmente (nota 3,9 – 3,0)	04
Inabilitado (abaixo de 2,9)	10
Total	**20**

Fonte: CORUMBÁ, ATA DE EXAME FINAL, 1924

A procura pelo 2º ano masculino (quadro 17) manteve a média do 1º ano; diferente das meninas, que excederam o permitido por sala, as vagas sobraram. Foram matriculados 27 alunos, destes, 20 terminaram o ano, correspondendo a uma evasão de 25%. Seria uma baixa taxa, porém, foram reprovados metade dos alunos (10).

Quadro 18 – 3º ano: Seção Feminina 1924

Classificação	**Nº de alunos**
Distinção (nota 5,0)	05
Plenamente (nota 4,9 – 4,0)	08
Simplesmente (nota 3,9 – 3,0)	04
Inabilitado (abaixo de 2,9)	---
Total	**17**

Fonte: CORUMBÁ, ATA DE EXAME FINAL 1924

O 3º ano feminino (quadro 18) superou novamente as matrículas da seção masculina; 43 delas foram matriculadas; não houve nenhuma reprovação, então, das 17 que chegaram ao final, todas foram aprovadas, a sala garantiu a classificação “boa” e “ótima” com 13 alunas entre as categorias “distinção” e “plenamente”. Entretanto, a evasão foi um ponto negativo, com o abandono de 60% das meninas que iniciaram o ano letivo de 1924.

Quadro 19 – 3º ano: Seção Masculina 1924

Classificação	**Nº de alunos**
Distinção (nota 5,0)	01
Plenamente (nota 4,9 – 4,0)	05
Simplesmente (nota 3,9 – 3,0)	02
Inabilitado (abaixo de 2,9)	---
Total	**08**

Fonte: CORUMBÁ, ATA DE EXAME FINAL, 1924

Percebemos, por meio dos dados do quadro 19, que o número de matriculados, tanto na seção feminina quanto masculina, foram diminuindo ao longo das turmas. A procura maior foi visível para a alfabetização, o que demonstra a precariedade da educação vivida pela população infantil; por falta de escolas ou de outros fatores as crianças não eram alfabetizadas. Confirmamos este fato por meio de nossas fontes: muitas das crianças matriculadas nos 1º anos tinham idade superior a 9 anos. O 3º ano da seção masculina, representado pelo quadro 19, demonstra que apenas 08 terminaram o ano letivo de 1924, contrapondo com os 28 matriculados no início do ano escolar, o que gerou uma evasão de 71%.

Quadro 20 – 4º ano: Seção Feminina 1924

Classificação	**Nº de alunos**
Distinção (nota 5,0)	---
Plenamente (nota 4,9 – 4,0)	11
Simplesmente (nota 3,9 – 3,0)	---
Inabilitado (abaixo de 2,9)	---
Total	**11**

Fonte: CORUMBÁ, ATA DE EXAME FINAL, 1924

Os quadros 20 e 21 correspondem à seção feminina e masculina, respectivamente, da turma do 4º ano. Notamos que a diferença dos aprovados que consequentemente terminaram ano de 1924 foi de apenas um. A turma em que houve mais matrículas foi a das meninas novamente: iniciaram com 21 alunas e terminaram com 11. Entre as alunas, 52% abandaram o grupo escolar; as que permaneceram foram todas aprovadas e tiveram o conceito “bom”, ao classificarem na categoria “plenamente”.

A seção masculina do 4º ano (quadro 20) iniciou o ano de 1924 com 13 alunos. Esta foi a turma que menos evadiu, com uma porcentagem equivalente ao total de 7%. Em nossas fontes, constatamos que o 4º ano masculino, nos anos posteriores, era o que tinha a maior média de frequência entre as outras turmas do grupo escolar.

Quadro 21 – 4º ano: Seção Masculina 1924

Classificação	**Nº de alunos**
Distinção (nota 5,0)	---
Plenamente (nota 4,9 – 4,0)	08
Simplesmente (nota 3,9 – 3,0)	04
Inabilitado (abaixo de 2,9)	---
Total	**12**

Fonte: CORUMBÁ, ATA DE EXAME FINAL, 1924

Expusemos os quadros acima com a intenção de demonstrar os resultados dos exames finais do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, de 1924, com ênfase ao número de alunos que abandonaram as turmas ao longo do ano. No início, as matrículas somaram 342 alunos; ao final, permaneceram, 161. Diante disso, a taxa de evasão para esse primeiro ano de funcionamento foi de 53%, então, mais da metade das crianças matriculadas não chegaram ao término de seus estudos.

A partir das fontes arroladas não foi possível compreender a razão deste fato. Consideramos, então, as afirmações de Sá (2007). Ao abordar a permanência dos alunos nos grupos escolares, a autora identificou alguns motivos, entre eles, a nova cultura que surgiu com a instalação do grupo. Antes de ter uma escola, as crianças eram criadas livremente, brincando nas ruas, e ao frequentar as aulas, elas deveriam enquadra-se:

> [...] a horários rigorosos, hábitos, códigos, regras, sansões que, na sua maioria, não faziam parte de sua vida cotidiana, levando-as a acreditar ser esse um dos fatores que dificultava, e muito a sua permanência (SÁ, 2007, p. 208).

Além disso, os exames finais ocasionavam a repetência, fazendo muitos deles saírem da escola. Há ainda outros fatores que contribuíram para afastar as crianças dessa instituição escolar.

Os exames finais eram uma inovação da escola graduada. Nas escolas isoladas, ocorriam apenas no final do ensino primário, para obtenção do certificado de conclusão. Com a aplicação do exame, uma nova cultura é instalada: a do sucesso e o do fracasso. O aluno aprovado para o ano seguinte representava o sucesso e o reprovado, o fracasso. No caso do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, as palavras distinção, plenamente, simplesmente e inabilitados representavam essa nova cultura.

Para entendermos a evasão dos alunos, nos remetemos a Bourdieu e Passeron (1995), ao afirmarem que a ação pedagógica tende à reprodução cultural e social ao mesmo tempo. As crianças da classe trabalhadora, ao irem ao GELA, apropriavam-se de uma cultura diferente da delas. Ao moldar-se aos padrões e modelos da cultura disseminada pelo grupo por meio

dos seus atores sociais, os filhos da classe trabalhadora tinham mais dificuldades de alcançar o sucesso, porque, para eles, era mais difícil aprender um novo jeito de falar, movimentar-se e pensar, diferente dos filhos da classe dominante, que já estavam moldados aos padrões adequados à sociedade da época.

Nos anos de 1925, 1926 e 1927, a alfabetização continuou apresentando a maior procura por vagas para as meninas, com uma média de 99 crianças por ano. Em 1928 e 1929 foi a vez dos meninos procurarem mais a alfabetização, e diante do grande número de alunos por sala (48), o diretor pediu a criação do 1º ano B, da seção masculina. Os outros anos de escolarização (2º, 3º e 4º) ficaram com uma média de 30 alunos matriculados; o 2º e 3º ano da seção feminina de 1925 chegou a ter o número máximo de alunas. Vejamos os quadros 22 e 23, que demonstram o número de alunos e a média de frequência do grupo escolar:

Quadro 22 – Frequência da seção feminina - 1925

Ano	Nº de alunos	Média de frequência	%
1º	48	43	91%
2º	48	44	93%
3º	48	38	80%
4º	22	19	86%

Fonte: CORUMBÁ, LIVRO DE MATRÍCULA, 1925

O quadro 22 demonstra que as turmas do 1º, 2º e 3º da seção feminina estavam completas, com 48 alunos, entretanto, vimos em nossas fontes que a procura foi maior que as vagas ofertadas, e por falta de mobiliário não foi possível abrir mais salas. O 4º ano, seguindo o ano de 1924, foi a turma menos procurada, e a frequência manteve a média das escolas mato-grossenses (80%). Destacamos que o acesso das crianças à escolarização foi atendido pelo grupo escolar, porém, como já salientamos, isso não era prerrogativa para sua permanência na escola, visto que muitas delas desistiam durante o percurso escolar.

Quadro 23 – Frequência da seção masculina - 1925

Ano	Nº de alunos	Média de frequência	%
1º	45	40	90%
2º	30	27	90%
3º	29	26	92%
4º	20	20	100%

Fonte: CORUMBÁ, , LIVRO DE MATRÍCULA, 1925

A seção masculina (quadro 23) continuou apresentando números menores que as meninas em todas as turmas. A oferta de vagas não era totalmente preenchida. Essa limitação pode ter sido determinada por vários fatores. Um deles é a própria seleção que havia para entrar no grupo escolar. O Regimento Interno estabelecia várias regras: a idade estipulada,

entre 7 e 15 anos e 11 meses; ser saudável; não apresentar doenças físicas ou mentais; ter sido vacinado com comprovação na data da matrícula e trajar sem luxo, mas asseadamente, o que poderia dificultar a entrada de alunos, principalmente de classes de renda mais baixa. Outro fator era que apesar de o ensino primário ser obrigatório, os pais às vezes preferiam mandar seus filhos mais tarde para a escola, quando já fossem maiores e estivessem livres dos trabalhos domésticos e da ajuda que alguns realizavam no sustento do lar.

4.1.4.2 O método de ensino

O grupo escolar, como modelo de instituição escolar da República, teve seus métodos, bem como sua arquitetura, modificados A prática de ensino do século 19 não se adequava à nova educação implantada no século 20. Diante disto, introduziu-se no ensino brasileiro, e consequentemente no mato-grossense, o método intuitivo[22], no qual o ensino deveria partir do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato (SOUZA, 1998). Sobre o ensino, o Regimento Interno dos grupos escolares do Mato Grosso estipulava:

> art 4º As lições sobre as matérias de qualquer curso deverão, de acordo com o programa adaptado, ser mais praticas e concretas do que teóricas e abstratas, e encaminhadas de modo que faculdades infantis sejam incitadas a um desenvolvimento gradual e harmônico (MATO GROSSO, REGIMENTO INTERNO DOS GRUPOS ESCOLARES, 1916).

Nesse sentido, o método intuitivo, ou "lições de coisa", era voltado para um ensino que começava do mais simples para a apropriação, de forma gradual, de novos conhecimentos. A intuição deveria garantir um ensino a partir da sensibilidade e percepção dos alunos, longe das práticas de verbalização, transmissão e memorização de conteúdo. Valdemarim (1998) destaca que os manuais surgiram por meio desse novo método, destinados a orientar o uso dos mais novos materiais na prática pedagógica.

[22] Foi um método adotado na segunda metade do século 19 nas escolas europeias, americanas e brasileiras, difundido por filósofos e pedagogos como Bacon, Locke, Hume, Rosseau, Comenius, Froebel e outros. Consistia na valorização da intuição como fundamento de todo o conhecimento do espírito infantil. Significava partir de outros princípios diferentes da lógica predominante no "método tradicional de ensino o qual se pautava na aprendizagem com base na memória e na repetição, consistindo em uma abordagem dedutiva do saber -, defendendo um ensino que partisse do simples para o complexo, do particular para o geral" (SOUZA, 1998, p. 159).

> [...] Neste contexto o livro assume uma função diferenciada na instrução: passa a ser menos utilizados pelo aluno como depositário primordial das lições a serem memorizadas e torna-se o material essencial para o professor, expondo um modelo de procedimentos para a elaboração de atividades que representem a orientação metodológica geral prescrita, justificando a proliferação destes manuais no período (VALDEMARIM, 1998, p. 69).

O ensino deveria ser o mais prático possível, deste modo, foram introduzidos materiais como gravuras, mapas e objetos concretos na sala de aula. O Regulamento da Instrução Primária do Estado de Mato Grosso, de 1927, determinava:

> Os professores observarão, no seu trabalho educativo, entre outras, as seguintes normas básicas:
>
> 1º - passarão sempre, no ensino de qualquer disciplina, do concreto para o abstrato, do simples para o composto e do complexo, do immediato para o mediato, do conhecido para o desconhecido [...]
> 3º - conduzirão a classe ás regras e as leis pelo caminho da inducção [...];
> 6º estudarão os seus alunnos para os conduzir de acordo com a capacidade de cada um [...];
> 8º - transformarão os seus alunnos em collboradores;
> 9º - Tornarão as suas lições interessantes;
> 10º - Educarão pela palavra e pelo exemplo;
> 11º Evitarão a rotina e acompanharão de perto as licções a experiência didactiva e da sciencia pedagógica (MATO GROSSO, 1927, apud SENA; BRITO, 2007, p. 104).

Pelas fontes analisadas, relativas ao Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, no início de suas atividades as professoras não tinham os materiais desejados para a prática do método intuitivo, por isso, em 02 de agosto de 1924, foram solicitados pelo diretor estes objetos:

> [...] 1 bandeira nacional de 8 pannos, 6 banco para recreio, 4 banquetas para talha, 3 contadores mechanico, 5 compassos, 6 esquadro, 24 ch giz branco, 6 ch gis de cor, 8 livros de chamada – Grupo, 6 livros em branco, 1 mobilia para a directoria, 3 colecções de solidos geometricos, 4 cartas de Parker, 2 globos geographicos, 1 um, 2 museo Deyrocle, 2 mappas do Brasil, 2 mappas da America do Norte, 2 mappa da America do Sul, e mappa da Africa, 2 mappas da Europa, 2 mappas da Oceania, 2 mappas da Asia, 2 mappas do sistema métrico, 2 mappas A.B.C dos termos geographicos, 2 mappas de linguague arithmetica [...] 4 reguas, 300 boletins mensais, 100 boletins de matricula, 200 boletins de promoção, 100 relatorios mensais, 34 limpo pes de ferro, 3 capachos e 3 relogios [...] (CORUMBÁ, 1924).

Não temos a precisão de quando estes materiais chegaram ao grupo, porém, temos certeza de que alguns foram recebidos, pois foram apresentados no inventário de 1929. Um fato interessante é a ausência da Bandeira Nacional até o ano de 1928, fato este registrado em um requerimento enviado ao Diretor Geral da Instrução Pública do Estado:

> solicitar-lhe de ordenar a remessa a este grupo [...] a bandeira nacional ou verba sufficiente á sua aquisição [...] pois se aproxima o 19 de novembro e até hoje não existe um pavilhão nacional (CORUMBÁ, 1928).

Sena e Brito (2007) evidenciaram em sua pesquisa a insuficiência de materiais didáticos: os mapas, contadores, réguas, coleções de História Natural, sólidos geométricos, globos geográficos, sistemas numéricos e outros, materiais essenciais para colocar em prática o ensino intuitivo, até havia, mas em números insuficiente para que todos os alunos pudessem usufruí-los. Dessa maneira, o ensino do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque permaneceu preso à figura do professor e à memorização dos conteúdos passados oralmente por ele. Os autores afirmam que apesar da incorporação do novo método, a figura do professor continuou a mesma, além de muitos não terem o conhecimento a respeito dos princípios do método intuitivo. Em uma entrevista realizada por Maria da Glória Sá Rosa (1990), com uma ex-aluna do GELA, Magali de Sousa Baruki, nos finais da década de 1930, notamos que os métodos pouco mudaram:

> Fiz todo o curso primário no Grupo Escolar Luís de Albuquerque [...] as aulas eram dadas no estilo tradicional: cadeiras presas ao chão, uma atrás da outra. Apesar disso, havia muita vontade de aprender [...] a escola fazia parte do sistema autoritário de então. Eu me lembro da palmatória perto da lousa, para ser usada nas competições entre meninos e meninas (ROSA, 1990, p. 112).

Dessa maneira, o método introduzido no Brasil no final do Império não havia sido incorporado ao Mato Grosso na década de 1930. O que se esperava com a "lição das coisas" era superar o ensino individualizado, característico da época. Souza (1998, p. 165-166) enfatiza "uma clara interpretação do grupo escolar como escola de ensino simultâneo [...]" na configuração de instruir várias crianças ao mesmo tempo, organizadas por séries e divididas por nível de conhecimento. Vidal (2008, p. 34) considera esses tipos de carteiras fixadas ao chão:

> [...] o modelo individual [carteiras]. [...] Associavam-se à difusão do ensino intuitivo e do método simultâneo [...] os alunos eram convidados a ver para aprender. Contrapondo-se ao ensino verbalista, baseado na memorização e repetição dos conteúdos, o ensino intuitivo (ou lição de coisas como ficou conhecido) partia da observação do concreto para a formulação do pensamento abstrato. Pelo método simultâneo, os alunos eram dirigidos diretamente pelo professor, abolindo-se a figura do monitor, e as classes eram formadas por estudantes no mesmo nível de conhecimento, supondo a aprendizagem de todos no mesmo ritmo.

Souza (1998) considera também que embora o método intuitivo tenha tido dificuldade de implantação, por falta de materiais e professores capacitados, contribuiu "[...] para a constituição de uma certa sensibilidade para a infância "no qual o ensino teve que se adequar

às características do desenvolvimento infantil [...]" (ibidem, p. 170). Se nesta oportunidade não foi realizado totalmente, ao menos, deixou seus resquícios reafirmados há quase sem anos: "o apelo à experiência e à observação, o estímulo à curiosidade da criança, a organização do programa partindo do concreto para o abstrato, do simples para o geral, do conhecido para o desconhecido" (ibidem, p. 170).

4.1.4.3 Os diretores

A fiscalização das escolas no final do século 19 e início do 20, era de responsabilidade dos inspetores da instrução pública, que moravam longe das instituições escolares, e por isso, era difícil fiscalizá-las. Com a instalação dos grupos escolares isto mudaria, mas como fiscalizar tais grupos? se este era o modelo da escola moderna da República? Assim, surgiu a figura do diretor, com a função de aplicar todos os métodos, gerenciar a escola e o mais importante, fiscalizá-la bem de perto. Também fazia a interlocução junto ao governo e determinava as diretrizes administrativas do grupo. Sua influência foi tão grande, que alguns deles escreviam e eram mencionados em jornais circulados na época.

Os primeiros diretores dos grupos escolares do Mato Grosso foram os normalistas vindos de São Paulo, como Leowigildo Martins e Gustavo Kulhmann, no ano de 1910, com o objetivo de assumir a Escola Normal e os grupos escolares da Capital. Em 1912, quatros normalistas paulistas foram convidados para dirigirem os grupos de Cáceres, Poconé e Rosário Oeste, entre eles, Ernesto Sampaio, designado para o cargo em Corumbá. Por não haver casa apropriada para a imediata instalação do GELA, este foi nomeado auxiliar do diretor da Escola Normal e da Escola Modelo (Leowigildo Martins), conforme notícia publicada no jornal "O Debate", no dia 4 de junho de 1912.

> O Normalista designado para o Grupo da vila do Rosário, Francisco Azzi, em virtude do seu mau estado de saúde, recindiu o seu contrato e regressou para São Paulo. Em sua substituição nomeei o nosso coestaduano bacharel Unisses Cuiabano, cuja aptidão pedagógica é esperançosa. Atendendo ao acúmulo de trabalhos do atual Diretor da Escola Normal e da Escola Modelo, que é ao mesmo tempo professor de pedagogia daquela Escola, resolvi que ficasse como seu auxiliar até que possa instalar o Grupo de Corumbá. O normalista Ernesto Sampaio, Designado para ali (JORNAL O DEBATE, 1912, p. 2).

Ernesto Sampaio não veio a ser diretor do grupo, em razão da demora para a instalação do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, ocorrida somente em 1924. Para o cargo de diretor,

foi nomeado José de Souza Damy, normalista, pessoa conhecida da cidade, inteligente e competente. Tais impressões foram mencionadas no Jornal "A Cidade", em 8 de março de 1924.

> Do distinto professor Sr. José de Souza Damy recebemos attencioso offício participando-nos haver assumido o exercício de director do Grupo Escola esta cidade, E nos summamente grato sabel-o já investido desse elevado cargo, para o qual lhe sobram boa vontade, zelo e competência, e de cuja laboriosa intelligencia muito terá a lucrar a nossa infancia escolar. Ao jovem pedagogo os nossos agradecimentos pela gentileza da sua communicação, e com elles formulamos os melhores votos de felicidade para o bom successo dessa sua delicadissima missão (JORNAL A CIDADE, 1924).

Conforme Sena (2008), o cargo de diretor de um grupo escolar era de total importância na sociedade, e a sua nomeação ocorria "dentre os professores efetivos em exercício no magistério público estadual do Mato Grosso, ou pessoa de reconhecida capacidade profissional sendo preferido os normalistas [...]" (ibidem, p. 7). Sua nomeação era realizada pelo governo, de acordo com sua vontade, assim, a instrução pública ficava nas "mãos" daqueles que detinham o poder da máquina administrativa estadual.

O diretor executava muitas funções administrativas e pedagógicas. O Regimento Interno dos grupos escolares determinava trinta e seis atribuições, dentre elas, dar posse aos professores e porteiros, comunicar o exercício de seus funcionários, encaminhar relatórios, mensais e anuais, fazer a matrícula, classificação e eliminações dos alunos, representar o estabelecimento em todas as suas relações e outras.

> O exercício do cargo entrelaçava as normas estabelecidas e os compromissos pessoais, além de tornar a estrutura administrativa muito frágil às interferências políticas. A identidade do diretor como *autoridade do ensino* foi construída nos primeiros anos seguintes à implantação dos grupos escolares. A importância dos diretores de grupo escolar não pode ser minimizada, pois construíram, juntamente com os professores primários, o primeiro corpo profissional do magistério público. A autoridade do diretor foi construída sobre a encarnação do poder do estado, como legítimo representante do governo no âmbito de suas competências (SOUZA, 1998, p. 78), (grifos do autor).

A partir das fontes analisadas, podemos inferir o cumprimento das funções por José de Souza Damy, durante os anos de 1925 e 1927. Despachava atribuições aos professores e demais funcionários, nomeava porteiros, serventes e professores, realizava os exames finais, publicava editais de matrícula, fazia o pedido de materiais e de manutenção do prédio que eram precisos, muitas vezes não atendido pelo Diretor Geral de Instrução Pública Estadual. Ficou por dois anos à frente do GELA. No fim de 1927 saiu para assumir o cargo de diretor do "Ginásio Municipal Maria Leite", que oferecia o ensino secundário à Corumbá.

Em 1928, tomou posse o novo diretor do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, Delfino Cid de Figueiredo, e ficou até 1930. No dia 09 de janeiro de 1928, expressou seus sentimentos por meio de uma circular remetida ao próprio diretor geral e demais pessoas importantes do município, como o inspetor da alfândega, o diretor do tesouro do estado, o administrador de mesas e rendas, o delegado de polícia e outros.

> Tenho o praser e honra a vosso conhecimento que nesta data tomei posse o cargo de diretor desde estabelecimento de ensino para o qual fui nomeado pelo acto n 713 do Ex. D. Presidente do Estado no desempenho dessas função estarei sempre prompto a attender as suas ordens concemente ao serviço publico e ao vosso em particular (CORUMBÁ, 1928).

A fala de Delfino Cid de Figueiredo confirma a afirmação anterior de Souza (1998), na qual se estabelece que a autoridade do diretor era o próprio espelho do poder de Estado, pronto a atender suas ordens. A ocupação do cargo estava entregue aos "jogos" do mando e desmando do executivo estadual.

4.1.4.4 Os professores

A figura do professor era de extrema importância para colocar em prática o discurso de uma educação moderna. Em vários momentos, os discursos do presidente do Mato Grosso exaltam a profissão "cujo destino ético-social é preparar o cidadão para a boa compreensão de seus direitos e cumprimento de seus deveres, como membro da comunidade [...] tornando-os mais aptos para as lutas e imprevistos da vida real" (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1916, p. 54).

De acordo com o Regulamento da Instrução Primária do Mato Grosso, de 1927, os professores, em geral, deveriam ser idôneos, pautados em bons princípios morais e ter o Curso Normal. Os do primário deveriam ser efetivos, quando formados em escolas normais do Estado, ou interinos, quando tivessem o Curso do Liceu Cuiabano ou o curso complementar. Pessoas idôneas também poderiam lecionar e chamavam-se leigos (Capítulo II, MATO GROSSO, 1927, apud SENA, 2008). Quanto aos professores dos grupos escolares:

> As classes dos grupos escolares serão providas efetivamente por professores que contarem um ano de exercício efetivo em escola urbana; ou, dois anos em escola rural; ou, ainda, por professores normalistas, com três anos de exercício interino (MATO GROSSO, 1910 apud SÁ; SIQUEIRA, 2006, p. 56).

Muitos professores mato-grossenses foram formados pela Escola Normal da capital, após a "Revolução do Ensino" de 1910, a qual se tornou referência na formação de normalistas, já que serviu de oficina pedagógica para os alunos da Escola Normal, anexa à Escola Modelo. No período matutino, os normalistas aprendiam a teoria, e no vespertino, colocavam-na em prática, lecionando nas turmas do ensino primário da Escola Modelo (SÁ; SIQUEIRA, 2006).

Referente aos critérios para exercerem as funções nos grupos escolares, ressaltamos que havia exceções; por influência política muitas vezes eram contratados professores para lecionar nos grupos escolares sem os devidos critérios.

A nomeação era feira pelo poder público estadual, e dava-se em meio a disputas partidárias. Sena (2008) destacou uma entrevista com uma professora que trabalhou no Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, dizendo:

> a maioria do professorado ficava 'em cima do muro, porque era sua vida profissional que estava em jogo, então ninguém se manifesta a favor ou contra. Mas eram obrigados a ir no comício do Governador que estava no poder independente se fosse do partido dele ou não' (SENA, 2008, p. 11).

Isso demonstra o poder que o governo estadual exercia não só com os professores, mas também com os diretores, porteiros, serventes do GELA e demais grupos e escolas isoladas. Este fato permanece há séculos entre as práticas políticas de nosso país.

Os professores do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque eram formandos, em sua maioria, na Escola Normal de Cuiabá, portanto normalistas, e 90% eram do sexo feminino. Nos anos de 1924 a 1929 passaram pelo GELA os seguintes professores, entre adjuntos e substitutos (quadro 24):

Quadro 24 – Professoras/es do GELA 1924-1929

Professoras(es)	Formação	Efetivas/substitutas
Adelina Leite de Barros	Normalista	Efetiva
Alice Rodrigues Fontes	Normalista	Efetiva
Almira Salies	Normalista	Efetiva
Almira Machado Brunner	Normalista	Efetiva
Dinorah de Figueiredo	Normalista	Efetiva
Ercíllia de Barros	Normalista	Efetiva
Flaviano Narbosa Ferraz	Normalista	Efetivo
Grassiela Maciel	Normalista	Efetiva
Glória Pereira do Espírito Santo	Normalista	Efetiva
Hermínia Torquato da Silva	Normalista	Substituta
Maria da Glória P. do E. Santo	Normalista	Efetiva
Mariana Curvo	Normalista	Substituta
Marietta de Pinho Dutra	Normalista	Efetiva
Nathercia Pompeu	Normalista	Efetiva
Odette Moreira de Figueiredo	Normalista	Substituta
Sylvia Augusta Pompeu de Barros	Normalista	Efetiva
Sylvia Leite Curvo	Normalista	Substituta

Fonte: CORUMBÁ, LIVRO DE REGISTRO DE CÓPIAS DE OFÍCIOS-CIRCULARES 1924-1929

Como percebemos, houve naquele período apenas uma figura masculina. Nas primeiras organizações dos grupos escolares mato-grossenses, havia a permissão da inserção da mulher no contexto educativo, entretanto, diante das divisões das seções masculinas e femininas, elas só poderiam lecionar na ala feminina. Isso mudaria com a feminização do magistério, em que há uma procura maior das mulheres para este tipo de profissão. Souza (1998) enfatiza que as virtudes femininas enquadraram-se perfeitamente à educação primária, parafraseando João Barbalho Cavalcanti:

> Sabe-se que a mulher tem mais facilidade, mais jeito de transmitir aos meninos os conhecimentos que lhes devem ser comunicados. Maneiras menos rudes e secas, mais afáveis e atraentes que os mestres, aos quais incontestavelmente vence em paciência, doçura e bondade. Nela predominam os instintos maternais e ninguém como ela possui o segredo de cativar a atenção de seus travessos e inquietos ouvintes (SOUZA, 1998, p. 63).

Dessa maneira, as professoras do GELA representavam esse sacerdócio ao ensino na maneira como conduziam as aulas. A partir das diversas entrevistas realizadas com ex-alunos, Sena (2008, p. 11), servindo-se da fala destes atores sociais, destaca que eram pessoas exemplares, brilhantes, responsáveis e cumpridoras de seus deveres de mestre.

Sena (2008) também ressalta que as professoras eram mulheres de classe média, as quais complementavam a renda com os salários recebidos com a prática de ensinar. O marido era tido como principal provedor da casa. Sá e Siqueira (2006, p. 57), ao abordarem sobre as

mulheres na formação do curso normal, esclarecem que elas tinham interesses diferentes, “algumas, em busca de profissionalização, e na maioria, para melhorar sua formação enquanto aguardava o casamento”.

A movimentação de professoras era grande no GELA. A partir das fontes consultadas, chegamos à conclusão dos motivos: as várias demissões e as licenças ocorridas ao longo dos anos letivos. Muitas professoras efetivas ausentavam-se por 30, 60 e 90 dias. Em 1924, logo no início do ano (1 de abril), a professora Adelina Leite de Barros requereu ao Administrador de Mesas e Rendas do Estado:

> Comunico-vos para os devidos fins, que a professora D. Adelina Leite de Barros, solicitou do Exm, Sr. Presidente do Estado, 60 dias de licença, a contar do dia 14 do andante. Para substituil-a, conforme rege o regulamento, propuz a nomeação da professora Carmem Martinha, que no mesmo dia 14 assumiu o exercício [...] (CORUMBÁ, 1924).

Em 26 de junho de 1924, a professora Sylvia Pompeu de Barros também solicitou dias de licença para tratamento de saúde. O diretor José de Souza Damy remeteu uma circular para o Diretor Geral da Instrução Pública.

> Tenho a honra de passar em vossas mãos para o devidos fins, o incluso requerimento em que a professora D. Sylvia Pompeu de Barros com exercicio neste grupo, solicitou 90 dias de licença para tratamento de saude. Cumpre-me informar que é verdadeiro o motivo allegado, parecende estar nos casos de ser deferido a pedido. Para substituir a allusida professora proponho a nomeação da Senhora Sophia Cunha de Oliveira, que no dia 24 entrou em exercicio [...] (CORUMBÁ, 1924).

Estas circulares nos mostram que no início de seu funcionamento, o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque já sofria com os pedidos de licenças, fato corroborado nos anos posteriores com uma média de cinco pedidos anuais, um número significativo diante das poucas salas que funcionavam. Observamos que as licenças solicitadas pelas professoras foram quase sempre para tratamento de saúde, portanto, acreditamos que o motivo seja a precariedade da saúde de Corumbá. Na falta de médicos e procedimentos adequados as pessoas tinham que se deslocar até Cuiabá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futuro da instrução popular é a base fundamental de todo o progresso social (Cel. Pedro Celestino, 1910).

Uma de nossas primeiras indagações, durante o desenvolvimento deste trabalho, voltou-se para a cidade de Corumbá, local eleito para criação do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, passando pela sua fase de construção e alcançando sua implantação. Constatamos que as primeiras discussões em torno da criação da instituição de ensino nos moldes republicanos de pensar a escola remontam ao ano de 1908, quando foi normatizada a Resolução n. 508, de 16 de outubro, que deu origem aos grupos escolares de Mato Grosso.

Ao longo das análises concernentes à dinâmica relação entre o particular e geral, ou seja, o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque (GELA) e o geral - a escola republicana brasileira - foi possível compreender a importância que Corumbá já tinha no âmbito da história regional e nacional, de forma tão recorrente, que justificou a instalação de um grupo escolar na sua cultura material. Foi possível perceber os interesses políticos e econômicos que interferiram diretamente no setor educacional corumbaense. As discussões mostraram que a implantação da "nova" escola republicana universal, laica, gratuita, com modernos espaços, métodos pedagógicos e mobiliários didáticos (diferente das escolas isoladas) não aconteceu de maneira rápida e sem tropeços, como desejavam os governantes locais. Nesse sentido, pudemos notar que não era uma tarefa simples colocar em práticas todos os discursos, projetos e ideias dos republicanos.

A análise sobre o Grupo permitiu enxergar os anseios dos poderes constituídos no sentido de incutir na sociedade os princípios republicanos. Nessa direção, na alvorada da República, políticos e intelectuais discursavam para promover a educação como "salvadora da pátria", que levaria o país à modernidade e ao progresso, com vistas a retirar a sociedade das "trevas" do analfabetismo e da ignorância, entendidas como herança do Império. Os grupos escolares, naquele momento, representavam a primeira providência política a ser tomada na conformação dos novos princípios cívicos, morais e patrióticos, formando cidadãos modernos e civilizados.

Entretanto, apesar de os discursos envolverem o contexto nacional, as ações não ocorreram como uma política do governo federal, ou seja, na Constituição Brasileira de 1881, foi omitida das atribuições federais a educação popular e primária. Com esse pormenor, o governo sutilmente transferiu para cada estado e município do país a responsabilidade por implantar, à sua maneira, escolas primárias e grupos escolares.

No caso específico de Mato Grosso, as reformas educacionais demoraram a ocorrer, explicadas pelas carências financeiras, conforme revelam os discursos presidenciais do Estado

de Mato Grosso. O município de Corumbá, nas décadas de 1910 e 1920, via-se diante de sérias dificuldades econômicas, apesar de ter um perfil ligado ao eixo comercial com a bacia do Prata.

Descobrimos que as mudanças de presidência de estado também influenciavam diretamente nas decisões sobre o ensino primário, pois cada governante estadual que entrava em exercício direcionava diferentes interesses em relação à educação mato-grossense.

Assim, entre a primeira discussão do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, em 1908, passando por sua criação, em 1912, e a inauguração, em 1924, demorou 16 anos. Tempo que levou os mesmos dirigentes políticos saíssem e entrassem no poder novamente para concretizar a instalação desse grupo escolar.

Em suma, a principal indagação que nos fez enveredar na presente investigação, refere-se ao processo de institucionalização do ensino primário público em Corumbá/MT, por meio da criação e implantação do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, sob a ótica de seu funcionamento, dos sujeitos, do ensino e da arquitetura, entre os anos de 1908 a 1930. Essa questão foi desdobrada em outras que abarcaram o grupo escolar em algumas de suas especificidades. Ao longo do capítulo três, essas questões foram sendo discutidas, desde sua criação, em 1908, até a data final do nosso recorte temporal, 1930, quando o Grupo alcançou posição de destaque no processo de institucionalização do ensino primário público. Isso demandou esforços concernentes à importância do prédio no conjunto arquitetônico da cidade. Preocupamo-nos em trazer à nossa escrita a participação dos atores sociais (professores, alunos, professores, entre outros) na dinâmica relação Cidade-Escola.

Mas, a exiguidade de tempo que demanda a realização de um curso de Pós- Graduação em nível de Mestrado não permitiu alçar voos mais longos. Ficou a sensação de que precisamos estudar o período entre 1930 e 1971. Por que esse período? Porque envolve o momento em que o Grupo se consolidou como instituição de inestimável importância na escolarização da infância corumbaense, período importante para a história da educação dessa instituição escolar e da educação primária corumbaense. Cabe explicar que o ano de 1971 marcou o fim da “Era dos grupos escolares”, quando foram inseridos programas contidos nas leis 5.540/68 e 5.692/71, que alteraram sobremaneira o sistema educacional brasileiro.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

1 FONTES

1.1 Documentos oficiais

1.1.2 Mensagens Presidenciais

MATO GROSSO. **Mensagem do Presidente de Mato Grosso Exmº Sr. Coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce à Assembléia Legislativa**. CDR – 1908.

_____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, pelo 1º Vice – Presidente do Estado do Mato Grosso Coronel Pedro Celestino Correa da Costa.** CDR – 1909.

_____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, pelo 1º Vice – Presidente do Estado do Mato Grosso Coronel Pedro Celestino Correa da Costa.** CDR – 1910.

____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, pelo 1º Vice – Presidente do Estado do Mato Grosso Coronel Pedro Celestino Correa da Costa**. CDR – 1911.

____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, pelo Presidente do Estado do Mato Grosso Joaquim Augusto da Costa Marques**. CDR – 1912.

____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, pelo Presidente do Estado do Mato Grosso Joaquim Augusto da Costa Marques**. CDR – 1913.

____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, pelo Presidente do Estado do Mato Grosso Joaquim Augusto da Costa Marques**. CDR – 1914.

____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, pelo Presidente do Estado do Mato Grosso Joaquim Augusto da Costa Marques**. CDR – 1915.

____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, pelo Presidente do Estado do Mato Grosso Caetano Manoel de Faria e Albuquerque**. CDR – 1916.

____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, pelo Presidente do Estado do Mato Grosso Camilo Soares de Moura**. CDR – 1918.

____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, pelo Presidente do Estado do Mato Grosso Camilo Soares de Moura**. CDR – 1918.

____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, pelo Presidente do Estado do Mato Grosso Francisco Aquino Corrêa**. CDR – 1918.

____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, pelo Presidente do Estado do Mato Grosso Francisco Aquino Corrêa**. CDR – 1920.

____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, pelo Presidente do Estado do Mato Grosso Francisco Aquino Corrêa**. CDR – 1921.

_____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, Presidente do Estado do Mato Grosso Coronel Pedro Celestino Correa da Costa**. CDR – 1922.

_____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, Presidente do Estado do Mato Grosso Coronel Pedro Celestino Correa da Costa**. CDR – 1923.

_____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, Presidente do Estado do Mato Grosso Coronel Pedro Celestino Correa da Costa**. CDR – 1924.

_____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, pelo Presidente do Estado do Mato Grosso Estevão Alves Corrêa**. CDR – 1925.

_____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, pelo Presidente do Estado do Mato Grosso Mario Corrêa da Costa**. CDR – 1926.

_____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, pelo Presidente do Estado do Mato Grosso Mario Corrêa da Costa**. CDR – 1927.

_____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, pelo Presidente do Estado do Mato Grosso Mario Corrêa da Costa**. CDR – 1928.

_____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, pelo Presidente do Estado do Mato Grosso Mario Corrêa da Costa**. CDR – 1929.

_____ _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, pelo Presidente do Estado do Mato Grosso Aníbal Toledo**. CDR – 1930.

1.1.3 Relatórios de diretores gerais da Instrução Pública

MATO GROSSO. **Relatório apresentado ao Sr. Secretário de Interior, Justiça e Finanças, pelo Diretor Geral da Instrução Pública**. APMT – 1927.

CORUMBÁ, Prefeitura Municipal de Corumbá. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Arthur Antunes Maciel D. Interventor Federal, 30 de Novembro de 1931, pelo Prefeito Municipal Dr. João Leite de Barros.** Corumbá: Tip. Do Comercio, [1931?].

CORUMBÁ, Prefeitura Municipal de Corumbá. **Relatório apresentado ao Conselho Consultivo pelo Prefeito José Silvino da Costa**. Corumbá: Tip. Do Comercio, [1934?].

CORUMBÁ, Prefeitura Municipal de Corumbá**. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Bel. Julio Muller, DD. Interventor Federal neste Estado pelo Prefeiro Interino Estevão Augusto**. [Corumbá: 1938].

1.1.4 Regulamentos, Decretos e Regimentos da Instrução Pública

MATO GROSSO. **Decreto n. 669 de 5 junho de 1924.** Corumbá – 1924.

_____ _____. **Regulamento da Instrução Pública de 1910**. APMT – 1910.

_____ _____. **Regulamento da Instrução Pública de 1910**. APMT – 1927.

_____ _____. **Regimento Interno dos Grupos Escolares. 1916.** In: SÁ, Nicanor Palhares; SÁ, Elizabeth Figueiredo. (Org.). Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na primeira República. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

1.1.5 Atas, livros, circulares, portarias, ofícios, registro de imóvel

MATO GROSSO. Grupo Escolar Luis de Albuquerque. **Ata de fundação**. Corumbá: 1924.

_____. **Livro de Registro de Visitas de Inspeção e de Cortesia – Grupo Escolar Luiz de Albuquerque.** Corumbá, 1924.

_____. **Livro de matrícula**. Corumbá, 1924.

_____. **Livro de matrícula**. Corumbá, 1925.

_____. **Livro de matrícula**. Corumbá, 1926.

_____. **Livro de matrícula**. Corumbá, 1927.

_____. **Livro de matrícula**. Corumbá, 1928.

_____. **Livro de matrícula**. Corumbá, 1929.

_____. **Livro de matrícula**. Corumbá, 1930.

_____. **Livro de Registro de cópias de ofícios-circulares, expedidos pelos diretores do grupo escolar Luiz de Albuquerque 27/02/1924 a 07/05/1932.** Corumbá, 1924.

_____. **Livro de Registro de cópias de ofícios-circulares, expedidos pelos diretores do grupo escolar Luiz de Albuquerque 27/02/1924 a 07/05/1932.** Corumbá, 1925.

_____. **Livro de Registro de cópias de ofícios-circulares, expedidos pelos diretores do grupo escolar Luiz de Albuquerque 27/02/1924 a 07/05/1932.** Corumbá, 1926.

_____. **Livro de Registro de cópias de ofícios-circulares, expedidos pelos diretores do grupo escolar Luiz de Albuquerque 27/02/1924 a 07/05/1932.** Corumbá, 1927.

_____. **Livro de Registro de cópias de ofícios-circulares, expedidos pelos diretores do grupo escolar Luiz de Albuquerque 27/02/1924 a 07/05/1932.** Corumbá, 1928.

_____. **Livro de Registro de cópias de ofícios-circulares, expedidos pelos diretores do grupo escolar Luiz de Albuquerque 27/02/1924 a 07/05/1932.** Corumbá, 1929.

_____. **Livro de Registro de visitas de Inspeção e de cortesia – Grupo Escolar Luiz de Albuquerque 19/03/1924 a 19/03/1945**. Corumbá, 1945.

_____. **Comunicação do Profº José Luiz Damy, diretor do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, ao Administrador de Mesas e Rendas do Estado**. Corumbá, 1924.

_____. **Comunicação do Profº José Luiz Damy, diretor do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, ao Diretor Geral da Instrução Pública**. Corumbá, 1924.

CORUMBÁ. **Registro de Imóvel da Comarca de Corumbá**. Corumbá, 1912.

_____. **Ofício n. 151 da diretoria geral de 09 de junho de 1924**. Corumbá, 1912.

1.2Jornais

Jornal **A Cidade** 05 de março de 1924

Jornal **A Cidade** 06 de março de 1924

Jornal **A Cidade** 08 de março de 1924

Jornal **O Debate** 04 de junho de 1912

Jornal **O Debate** 13 de agosto de 1912

1.3 Fontes Memorialísticas

GENEROSO PONCE FILHO**. O menino que era eu (memórias).** Rio de Janeiro: Lançadora, 1967.

SOUZA, Laécio G. de. **História de Corumbá**. Cuiabá: Academia Brasileira de Letras, s/d.

RENATO BAÉZ. **Cenas da minha terra**. Bauru/SP: Brasil S/A, 1965
_____. **Corumbá e outros encantos**. São Paulo: K.M.K, 1996.

_____. **Roteiros e Seleções.** São Paulo: K.M.K, 1996.

1.4 Dados nacionais

BRASIL. IBGE. Instituto brasileiro de Geografia e Estatística**. Corumbá**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em set. 2012.

BRASIL. **Revista do Instituto e Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

2 Artigos

BRITO, S. H. A. Criação e implantação dos grupos escolares na fronteira oeste do Brasil: o Grupo Escolar Luiz de Albuquerque (1924-1954). In: Simpósio Nacional de História, 23, 2005, Londrina. **Anais do XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH**. Londrina: Editorial Mídia, 2005. v. 1. p. 1-8.

_____ . O trabalho didático nos grupos escolares Joaquim Murtinho e Luís de Albuquerque (Mato Grosso, 1910-1950). **Série-Estudos** (UCDB), v. 25, 2008, p. 157-169.

_____. ; STEIN, N. R. M. . A organização do trabalho didático na escola moderna: os grupos escolares no sul de Mato Grosso (1910-1950). In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006, Goiânia. **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação**. Goiânia: EDUCG, 2006. v. 1. p. 1-11.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. "Reformas na Instrução Pública". In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica. *214. RBHE*. n° 7 jan./jun. 2004.

GONÇALVES, A. S. ; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de . A Emergência dos Grupos Escolares: processo de implantação e de expansão no sul do estado de Mato Grosso (1920-1950). In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação - A Educação e seus Sujeitos na História, 2006, Goiânia. **Anais do IIV Congresso Brasileiro de História da Educação. Goiânia, GO** : UCG, 2006. v. 1. p. 1-10.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Autores Associados, n.1, jan/jun. 2001, p. 9 – 43.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigações. **Ecos – Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n.2, 2005, p.351-368.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **As pesquisas sobre Instituições escolares: Balanço crítico.** São Paulo: Campinas, 2005. Disponível em: htttp://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/28/art1328.pdf. Acesso em 14 fev. 2010

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. Instituições escolares: por que e como pesquisar. In. **Cultura escolar e história das práticas escolares.** Paraná: Universidade Tuiuti, 2008.

http://www.utp.br/Cadernos de Pesquisa/pdfs/cad_pesq5/2_instituicoes_cp5.pdf. Acesso em 10 jan. 2010

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de . GONÇALVES. Arlene da Silva. **A Educação primária no Sul do Estado de Mato Grosso: organização e expansão dos Grupos Escolares em Campo Grande – 1910-1950**. Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de . Política Educacional Mato-Grossense: O Processo de Implantação dos Grupos Escolares em Municípios do Sul do Estado (1910-1930). In: VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", 2009, Campinas, SP. **Anais do VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas**. Campinas, SP : FE/UNICAMP: HISTEDBR, 2009. v. 1. p. 1-22

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de . GONÇALVES, Arlene da Silva. Os grupos escolares no contexto da política educacional mato-grossense: o grupo escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, sul do Estado (1910-1950). In: **Intermeio:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação. Campo Grande. v.16, n. 31, p. 5-84, jan/jul, 2010.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. A educação escolar pública no sul do estado do Mato Grosso: o processo de implantação e de organização dos grupos escolares (1910-1940). In: Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, 2006. Uberlândia, MG: UFO, v.1, 2006.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. **Política Educacional mato-grossense: o processo de implantação dos grupos escolares em municípios do sul do estado (1910-1930)**. HISTEDBR, 2009

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. Reformas Educacionais Mato-grossenses e a Institucionalização dos Grupos Escolares (1910-1950). In. **VII Jornada do HISTEDBR**, Universidade Federal de São Carlos.

PESSANHA, Eurize Caldas; ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. Arquitetura escolar de "escolas exemplares" em quatro cidades brasileiras: expressão de projetos de modernização e escolarização de 1880 a 1954. **Cadernos de História da Educação**, n. 7, jan/dez, 2008.

REIS, Rosinete Maria dos. A implantação dos grupos escolares em Mato Grosso, p. 208. **Revista HISTEDBR on-line**. Campinas. n. 21, mar. 2006, p. 44-51.

REIS, Rosinete Maria. A análise do processo de reconstrução da Escola Pública no Estado de Mato Grosso de 1910 a 1927. **HISTEDBR-on line.** n.21. Campinas-SP. mar. 2006, p. 44-51.
Sá, Elizabeth Figueiredo de. Nicanor Palhares Sá. A escola pública mato-grossense no período republicano (1900-1930). In: SÁ, Nicanor Palhares; SÁ, Elizabeth Figueiredo. (Org.). **Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na primeira República.** Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SANFELICE, José Luís. História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.20–27, ago. 2006.

SENA, Divino Marcos de ; BRITO, S. H. A. . A organização do trabalho didático na escola moderna: o caso do Grupo Escolar Luis de Albuquerque (Corumbá/MT, 1924-1970). In: Gilberto Luiz Alves. (Org.). **Pensamento e prática educacionais: entre clássicos, instituições escolares, educadores e o mercado. Pensamento e prática educacionais: entre clássicos, instituiçoes escolares, educadores e o mercado.** Campo Grande: Uniderp, 2007, v. 1, p. 95-119.

_____ **.** A organização do trabalho didático-pedagógico no Grupo Escolar Luis de Albuquerque, Corumbá, MT (1924-1970). In: VIII Encontro de História de Mato Grosso do Sul, 2006, Dourados. **Anais do VIII Encontro de História de Mato Grosso do Sul.** Dourados: ANPUH, 2006. v. 1. p. 1-17.

_____ . Implantação, organização e inserção social do Grupo Escolar Luis de Albuquerque (1924-1970).In: **Jornada Nacional do Histedbr**. 2005, Ponta Grossa. JORNADA DO HISTEDBR, 6. Ponta Grossa; Campinas: UEPG; HISTEDBR, 2005. v. 1. p. 1-13.

_____ . Rituais escolares e civismo no Grupo Escolar Luis de Albuquerque (1930-1970). In: VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste, 2006, Cuiabá. **Anais do VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste**. Cuiabá: EDUFMT, 2006. v. 1. p. 1-16.

SENA, Divino Marcos de. Funcionários e alunos: os personagens do Grupo Escolar Luis de Albuquerque, Corumbá (1924-1970). In: **III Seminário Internacional: Fronteiras Étnico-Culturais e Fronteiras da Exclusão - As identidades/Diferenças Culturais em Contexto Pós-Coloniais, 2008, Campo Grande**. III Seminário Internacional: Fronteiras Étnico-Culturais e Fronteiras da Exclusão. Campo Grande: UCDB, 2008. p. 44-45.

SILVA. Celeida Maria Costa de Souza. Colégio Salesiano de Santa Teresa em Corumbá: O convênio celebrado entre Salesianos e o estado de Mato Grosso (1972-1987). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: USP, 2011.

SOUZA, Rosa Fátima de; FILHO, Luciano Mendes de Faria. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: Vidal, Diana Gonçalves. **Grupos Escolares: cultura escolar e escolarização da infância no Brasil (1983-1971).** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

STEIN, Neide Roseli Martins; BRITO, Silvia Helena de Andrade. A organização do trabalho didático na escola moderna: os grupos escolares no sul de Mato Grosso (1910-1950). In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006, Goiânia . **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação.** Goiânia: EDUCG, 2006, v. 1.

VIDAL, Diana Gonçalvez. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem fronteiras**. v. 9, n. 1, já/.jun. 2009 . Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.html. Acesso em 09 ago. 2010.

_____.; SCHWARTZ, Cleonara Maria. Sobre cultura escolar e história da educação.In: _____. **História das Culturas Escolares no Brasil**. Vitória: Edufes, 2010.

VIEIRA, Analúcia de Morais. A arquitetura no espaço-tempo escolar. In: **Congresso de Pesquisa em História da Educação em Minas Gerais.** 2003, Uberlândia. Disponível em: http://www.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind-nome/eixo1/completos/arquitetura-no-espaco.pdf. Acesso em jan. 2012.

FRAGO. Viñao. A. História da la educación e história cultural: possibilidades, problemas e cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**. n. 0, 1995, p. 63-82.

3 Teses e dissertações

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. **Ensino de leitura na escola primária em Mato Grosso: contribuição para o estudo de aspectos de um discurso institucional no início do século XX.** São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em Ensino na EducaçãoBrasileira) – Instituto de Educação, Universidade Estadual Paulista, São Paulo.1992.

ALMEIDA, Elaine Aparecida Cancian. **A cidade e o Rio: escravidão, arquitetura e a invenção da beleza. O caso de Corumbá (MS).** Dourados, 2005. Dissertação (Mestrado em História). UFGD, 2005.

ARRUDA, **Marcos Vieira. Arquitetura dos edifícios da escola pública no Brasil (1870-1930): Construindo os passos para a educação**. Campo Grande, 2011. Tese (Doutorado em Educação). UFMS, 2001.

BRAZIL, Maria do Carmo. **Rio Paraguai: o "mar inteiro" brasileiro**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 1999.

BRITO, Silvia Helena Andrade. **Educação e Sociedade na Fronteira oeste do Brasil: Corumbá, 1930-1954**. Campinas, 2001. Tese (Doutorado). Universidade de Campinas, 2001.

CAMARGO, Izabel Camilo. **O sertão de Santana de Paranaíba: um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830-1889)**. Dourados, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados, 2010.

CORDEIRO, Caio Nogueira Hosannah. **Arquitetura Escolar em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 1996.

CUNHA, Eduardo Ferreira .**O grupo escolar Palácio da Instrução de Cuiabá (1900-1915): arquitetura e pedagogia.** Cuiabá, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, 2009.

FILHO, Luciano Mendes de Faria. **Dos pardieiros aos Palácios: Forma e Cultura Escolares em Belo Horizonte (1906/1918).** São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, 1996.

FIGUEIREDO, Luciana Araujo. **A criança negra na literatura brasileira: uma leitura educativa**. Dourados, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados, 2010.

GONÇALVES Arlene da Silva**. Os grupos escolares no Estado de Mato Grosso como expressão da política pública educacional: O Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, Sul do Estado (1910 – 1950)**. Campo Grande, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). UCDB, 2009.

JACOMELI, Marta Regina Martins. **A instrução pública primária em Mato Grosso na 1ª República. 1981-1927**. Dissertação Campinas, 1998. (Mestrado em Educação). Unicamp, 1998.

RODRIGUES, Maria Benicio . **Educação escolar como instrumento de mediação da relação estado/povo: a Reforma Mato-Grossense em 1910**. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica,1988.

SILVA, Adriane Cristine. **Grupo Escolar Esperidião Marques: uma contribuição para os estudos das instituições escolares em Mato Grosso 1910-1947**. Dourados, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). UFGD, 2011.

SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sa Poubel. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infancia em Mato Grosso**. Cuiabá, 2006. Tese (Doutorado em Educação), UFMS, 2006.

SOUZA, João Carlos de. **Sertão Cosmopolita: a modernidade de Corumbá (1872-1918).** São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em História), USP, 2001.

TREVIZAN, Marcio Bogaz. **Grupo Escolar Mendes Gonçalves: vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil-Paraguai (1889-1931).** Dourados, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). UFGD, 2011.

4 Bibliografia

ALVES, Gilberto Luiz. (0rg.). **Pensamento e prática educacionais: entre clássicos, instituições escolares, educadores e o mercado.** Campo Grande: Uniderp, v. 1, 2007.

_____. **Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864**. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 1996.

_____. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande: Uniderp, 2003.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. A reprodução. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

CANCIAN, Elaine. **A cidade e o rio: escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza – o caso de Corumbá (MS)**. Passo Fundo: Universidade Passo Fundo, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COELHO, Walmir. Incidências educacionais no desenvolvimento histórico de Corumbá nos últimos 200 anos. Corumbá: s.n.,1978.

CORRÊA FILHO, Virgílio**. História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: INL, 1969.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e Bandidos em Mato Grosso**: 1889-1943. Campo Grande/MS: UFMS, 1985.

DALABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites. O Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

FRAGO, A. V; ESCOLANO, A.: Currículo, Espaço e Subjetividade: A Arquitetura como programa. Rio de Janeiro, Editora DP & A. 1998.

FARIA FILHO, Luciano M. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, Alice C. e MACEDO, Elizabeth. **Disciplinas e integração curricular: história e políticas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 13-36.

FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano III**: sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Construção para uma sociologia da biografia.** Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978.

HILSFORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

ITO, Claudemira Azevedo. **Corumbá: o espaço da cidade através do tempo**. Campo Grande: UFMS, 2000.

LE GOFF, J. **História e Memória.** 5. ed. Campinas: EdUnicamp, 2008.

LEITE, Geviásio. **Um século de instrução pública** (História do Ensino Primário em Mato-Grosso). Cuiabá: Academia Brasileira de Letras, 1970.

MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Educação e Cultura, 1963.

MARQUES, Rubens Moraes da Costa. **Trilogia do Patrimônio Histórico Cultural Sul-Mato-Grossense**. Campo Grande: UFMS, 2001.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU, 1974.

NASCIMENTO, Isabel Moura [et. al.], (Orgs.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

NEVES, Manuela Renha de Novis Neves. **Elites Políticas: competição e dinâmica partido-eleitoral (caso de Mato Grosso).** São Paulo: Vértice, 1998.

REIS FILHO, **Casemiro. A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

REIS, Rosinete Maria dos; Sá, Nicanor Palhares Sá. **Palácios da instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (**1910-1927). Cuibá: EdUFMT, 20066. Coleção coletânea educação e memória.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SÁ, Nicanor Palhares; SÁ, Elizabeth Figueiredo. (Org.). **Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na primeira República.** Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SÁ, Elizabeth. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927).** Cuiabá: EdUFMT, 2007.

SAVIANI, Demerval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução Histórica. **In: Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2007, p. 3-27.

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização**: A implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo. São Paulo: UNESP, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalvez. **Culturas escolares***:* Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalvez. **Grupos escolares:** Cultura escolar primária e escolarização da infância do Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

ANEXO A – Ficha Catalográfica da ata de fundação do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque

Levantamento do Arquivo da Escola Estadual Castro Brasil. Corumbá - MS- MT	Ficha nº:01	Assunto:Grupo Escolar Luiz de Albuquerque

Título: Ata da fundação do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque	Data do documento: 1924

Aos dez dias do mez de arco do anno de mil novecentos e vinte e quatro,nesta cidade de Corumbá, ás 13 horas, no salão nobre do edifício do Grupo Escolar, presentes Cel. Griaco Felix de Toledo intendente municipal, Dr Nicalão Fragelli,presidente da Camara municipal, Dr. Benedito Leite de Campos, promotor da justiça, Sr. Generoso Eleslão de Almeida, administrador da Mesa de (..rndas), Antonio Gregorio de Medeiros, vereador municipal, José de Barros Maciel, director da Cidade,e Cel Clarimundo dos Santos, director da Tribuna e outras funções gradas da nossa sociedade, não podendo comparecer enfermidade conforme justificou o advogado Major João Christião Carstens, inspetor escolar do município,assumiu a presidência da sessão o Cel. Griaco Felix de Toledo, substituto do inspetor escolar,que á vista do impedimento do effectivo(que) o substituiu no exercício e declarou aberta a sessão que tinha por fim instalar o Grupo Escolar desta cidade de acordo com instrução e ordem de S.Exª o Sr. Presidente do Estado.Declarou mais o presidente da sessão que esta instalação é de ordem provisória devida a urgência do caso ao fato do edifício não se achar completamente concluído e de não haver ainda chegado o mobiliário novo encomendado pelo governo e já em viagem e que pela instalação do Grupo que vem preencher uma grande lacuna em nossa sociedade no apparelhamento de nossa infância dos primeiros rudimentos de instrucção se congratulava com a população de Corumbá e com o honrado governador do estado que tão bem soube compreender as nossas necessidades e aspirações.Em seguida o presidente declarou instalado o Grupo Escolar e offeereceu a palavra a quem della quizesse fazer uso.Pedindo e obtendo a palavra o Dr. José de Barros Maciel em ligeira allacução allusiva as acto, disse que em nome da imprensa desta cidade se congratulava também com a população de Corumbá pela inauguração desta casa de ensino, pela importância que Ella representa na vida de um povo, como elemento primordial do qual seu o levantamento moral e physico; e como um preitode justa homenagem a quem tanto se esforçou pela conclusão desta obra e pensado traduzir o pensamento unanime de um povo corumbaense propunha e indicava a quem de direito que o grupo ao inagurado tivesse a denominação de "Grupo Escolar Pedro Celestino". Em seguida usou da palavra o Dr. Nicolao Fragelli, o qual disse que corobrava as palavras e a ideia do Dr. Maciel no tocante á escolha do nome(pagina 2) de Pedro Celestino para o grupo como também felicitava o governo e a infância corumbaense pela feliz escolha do professor Damy para seu director.

Acto continuo, fallou o director d´A Tribuna applaudindo a indicação do Dr.Barros Maciel e se mostrando de acordo com o Dr. Fragelli; no conceito emithido em relação ao professor Damy.

O coronel Clarimundo de Almeida Santos terminou seu discurso levantando um viva ao benemérito presidente doo Estado, o político de alma mais bem formada e a melhor organização da estadista que elle tem conhecimento em Matto-Grosso:homem de ideal, de energia rara,inquebrantável força de vontade e de uma honorabilidade á toda a prova.

Como seu antigo adversário político, regasijava-se de emithir estes conceitos acerca S.Exª da estima de todos os mattogrossenses e de quantos vivem neste abençoado pedaço da pátria brazileira.Usou

depois da palavra o Dr. Benedit de Campos eu em feliz e inspirada allacução saudou a sociedade corumbaense pela instalação do grupo,obra ingente do Cel.Presidente do Estado, que vinha preencher uma lacuna muito sensível,pois elle na sua qualidade de curador geral de orphãos bem comprehendia a importância do serviço que vinha prestar aquelle estabelecimento na menistração de luz á infância desvalida de Corumbá, corrigindo para o futuro muitos desvio dos homens de manhã,porque infelismente a estatística criminal accusava uma cifra muito elevada nas classes incultas da população de um Estado.Por ultimo fallaram o prof. José de Souza Damy, director do grupo que agradeceu ás pessoas presentes o seu comparecimento e fez considerações gerais sobre a importância do instituto que ia dirigire sobre a instrucção e a prof. Sª Maria da Gloria. Ninguém mais pedindo a palavra(amassado)encerrou a dentre ,do que, para constar eu Adelina Leite de barros,secretaria do acto, lavrei esta acta.

Tipo/espécie:	Estado de Conservação:
Folha solta	(x) Bom ( ) Danificada

Número de páginas/folhas:	Localização:
03 folhas	Folha encontrada na Escola Estadual Castro Brasil. Corumbá/MS

Observações:

A ata foi transcrita na integra.

Local e data do arrolamento:	Pesquisador:
Corumbá, janeiro de 2012	Charlene Correia Figueiredo